

**VALDEMAR GOMES DE SOUSA JUNIOR**

***OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S.PAULO:***

*evidências de uma solução bonapartista para a crise (1963-1964)*

**MESTRADO**

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**

**2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**VALDEMAR GOMES DE SOUSA JUNIOR**

**OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S.PAULO:**

*evidências de uma solução bonapartista para a crise (1963-1964)*

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Vera Lúcia Vieira*

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**

**2007**

**Banca Examinadora**

---

---

---

Aos meus filhos Letícia e Guilherme, fonte das  
minhas maiores alegrias, por terem me ensinado à  
ver beleza na simplicidade e serem o combustível  
que necessito para viver cada dia

## **AGRADECIMENTOS**

À minha companheira Lídia, pelo apoio e força que nunca me faltaram;

Aos meus pais, Zilma e Valdemar, que me transformaram no homem que hoje sou e que tornaram possível que eu fosse mais além do que eles foram;

À minha orientadora Vera Lúcia pela orientação, paciência e confiança. Luz nos momentos de desespero.

Ao Ronaldo pelas contribuições intelectuais à pesquisa;

Ao Toninho pela leitura crítica e a mão sempre estendida;

A toda a equipe da Fundação Carlos Chagas e bolsistas IFP do Programa Bolsa pela força e apoio;

A todos amigos e companheiros de jornada, dentro e fora da academia, que foram à fonte da força e do ânimo que sempre precisei e que tornaram esta viagem suportável e possível: Marcelo, Márcio, Marcondes, Everaldo, Elaine, Michel, Felipe, Tiago, Zé do Cacs, Alexandre, Valdeir, Ariane, Victor (livraria), Nenê, Andréia, Lílian, D. Leonilda, Paulo, Tico, Marco(Sesi), Marcus Vinicius, Henrique, Bruno, Verdasca, Hélcio, Vilmar, Zilda, Risomar, Dulcimar e tantos outros.

E ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, pelo financiamento da pesquisa, sem qual seria tudo mais difícil.

## RESUMO

Este trabalho pretende contribuir na análise do papel da imprensa no golpe militar de 1964. Já que a historiografia brasileira, que produziu uma variedade de pesquisas a respeito do Golpe Militar de 1964, possui uma escassez de estudos sobre o papel da imprensa na articulação do golpe. Apesar da historiografia reconhecer a importância dos meios de comunicação na atividade conspiratória, que garantiu unidade no interior do grupo golpista e o apoio das classes médias, é somente a partir dos anos 1990 que começaram a aparecer trabalhos acadêmicos sobre mídia e o golpe militar. Porém, ainda continua sendo um tema pouco explorado.

Com a finalidade de compreender um pouco melhor a relação entre a imprensa e o golpe, escolhemos os editoriais da *Folha de S. Paulo*, produzidos entre janeiro de 1963 e abril de 1964, como fonte documental para nosso estudo. Este período acompanha a duração do governo Goulart sob o regime presidencialista e termina no primeiro mês da ditadura militar. O objetivo principal da pesquisa é estabelecer os nexos constitutivos entre o jornal e as forças sociais que, sob a ponta da baioneta, acabaram com um governo legitimamente constituído e, ao mesmo tempo, recuperar a função social que o periódico cumpriu. Longe de reconhecer o jornal como simples instrumento para comprovar fatos e fornecer subsídios a interpretações mergulhamos no interior do jornal para compreendê-lo como produtor de ideologia e difusor de uma visão particular de mundo. A pesquisa demonstra que a *Folha de S. Paulo* ao adotar um posicionamento nos editoriais que responsabiliza o governo Goulart, por sua incapacidade administrativa, pela infiltração do comunismo no Brasil e pela crise política do período, dará legitimidade à intervenção militar, o golpe bonapartista.

**Palavras-chave:** Golpe militar, bonapartismo, ditadura militar, discurso, ideologia.

## ABSTRACT

This work intends to contribute in the analysis of the paper of the press in the military blow of 1964. The Brazilian historiography that produced a variety of research on the Military Blow of 1964, has a shortage of studies on the role of the press in the articulation of the coup. Despite the historiography recognize the importance of media activity in the conspiracy, which ensured unity within the rebel group and the support of the middle classes, it is only from the 1990 that began to appear scholarly works on media and the military coup. But still remains a subject little explored.

In order to understand a little better the relationship between the press and the coup, chose the editorial of *Folha de S. Paulo*, produced between January 1963 and April 1964, as a source document for our study. This period follows the duration of the Goulart government under the presidential system and ends in the first month of the military dictatorship. The main objective of the research is to establish the connections between the constituent newspaper and the social forces that, under the tip of the bayonet, ended with a legitimately constituted government and at the same time recover the social function that the journal fulfilled. Far from recognizing the newspaper as a tool to verify facts and provide subsidies to interpretation, deep inside the newspaper to understand it as a producer of ideology and diffuser of a particular vision of the world. The research shows that the *Folha de S. Paulo* to adopt a responsible position in the editorial that the government Goulart, for its inability administration, the infiltration of communism in Brazil and the political crisis of the period, give legitimacy to military intervention, the coup brother.

Words key: Military blow, bonapartism, military dictatorship, speech, ideology.



## **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - DA OPOSIÇÃO POPULAR AO GOLPISMO DE ESTADO.....</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO II -EM NOME DA ESTABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA .....</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO III --O PROJETO DA <i>FOLHA</i> PARA O BRASIL: DETER O COMUNISMO NO BRASIL.....</b>	<b>83</b>
3.1. Combater a inflação e articular-se com o capital estrangeiro.....	84
3.2. Racionalizar o campo: o projeto de “Reforma Agrária”.....	94
<b>CAPITULO IV- A QUESTÃO DEMOCRÁTICA E A SOLUÇÃO BONAPARTISTA PARA SALVAR A DEMOCRACIA.....</b>	<b>128</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>152</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>165</b>

## APRESENTAÇÃO

Com a morte, em dezembro do ano passado, do general e ex-ditador chileno Augusto Pinochet, emergiu, uma vez mais em toda América Latina, a necessidade, como um acerto de contas com o passado, de um profundo e verdadeiro aquilamento do significado histórico das ditaduras militares na história recente do continente, que viesse, de fato, resultar na responsabilização pelos crimes praticados; a garantia do acesso público aos arquivos secretos; a possibilidade de se dar cabo do arcabouço político-institucional de persistente caráter autoritário, que impõe um arremedo de democracia, e, por fim, o atendimento das demandas sociais violentamente represadas nos “anos de chumbo”, ignoradas na época de “redemocratização” e que hoje deságuam, em parte, no avanço político de governos identificados historicamente com o espectro político de centro-esquerda.

Em outros países do continente, como Argentina e Chile, têm-se caminhado, mesmo que lentamente, nesta direção. No Brasil, silêncio e esquecimento. Quando não, a reconstrução do processo histórico e, conseqüentemente, da memória em que os atores diretamente envolvidos no Golpe Cívico-Militar de 1964 e na Ditadura renegam e exorcizam o passado como se não tivessem qualquer relação com aqueles tempos sombrios – como se estes tivessem existido à revelia da sociedade civil!

Acontecimento que, diga-se de passagem, nenhum veículo de comunicação hoje se vê associado, mesmo que os estudos comprovem a forte participação da mídia, talvez não urdindo o golpe, mas dando respaldo público às ações dos militares. Ao mesmo tempo procuram se identificar com o período de luta pela redemocratização e pelo fim da ditadura no final da década de 70, período ao qual preferem estar associado, já que comercialmente é excelente para suas imagens, figurando como estandartes da democracia em tempos de despotismo. Ou fazem o que é mais conveniente: escondem-se por trás do manto da censura e do fim das liberdades de opinião e expressão, promovidos pelo AI-5, sugerindo que, se houve cooperação com a ditadura, foi pela coerção do sistema.

Num exemplo claro deste processo de produção da memória, temos o jornal *Folha de S.Paulo*, que fez defesa do Golpe Militar e garantiu legitimidade à ação das Forças Armadas frente à “opinião pública”, juntamente com outros meios de comunicação. Aspecto fundamental para garantir a unidade das frações de classe, que faltou nos golpes fracassados de 1954 e 1961. Apesar do periódico não negar seu apoio ao golpe, tenta minimizar seu papel, dando-lhe um caráter circunstancial e fugaz. E, por outro lado, enfatiza seu engajamento na causa da abertura democrática. Assim, em matéria publicada em 2001 - como parte integrante do caderno comemorativo de 80 anos do jornal em 20 de fevereiro de 2001 - intitulada *Militares ameaçam suspender circulação*, lê-se embaixo do título “*Folha* apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70” e “*Folha* apoiou a deposição de Goulart, mas não participou de nenhuma conspiração”. Nela, o jornal argumenta que houve “esquerdização” do Governo Goulart e que os comunistas estavam tomando conta do país e, assim, decidiu apoiar “editorialmente” o golpe, embora tenha mantido sua posição “pluralista”. Deste modo, continua a matéria, mesmo “opinando contra Jango, as reportagens, em tom seco e relatorial, vinham acompanhadas das íntegras dos discursos presidenciais mais importantes. O principal articulista político, Hermano Alves, defendia o governo com entusiasmo”.t

Então, apesar de ter apoiado o golpe, “nos anos seguintes o jornal se pautaria pela preocupação da retomada da agenda democrática”, assevera a *Folha*. Nesta matéria, vê-se claramente, por meio de dois artifícios, o jornal investir na construção de uma efígie democrática e plural. Primeiro relata todo esforço empreendido para o retorno de um regime democrático no Brasil; depois, demonstra seu caráter pluralista ao admitir dos comentaristas opiniões diversas daquela que marcavam o pensamento da direção do jornal.

Por isso, destaca com ênfase que, em 1965, contratou Cláudio Abramo, um marxista que até 1950 militava no Partido Socialista Brasileiro e que, em 1968, pregava as eleições diretas, tecia elogios às passeatas estudantis, criticava o governo por pressionar o Congresso a autorizar um processo contra o deputado do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Márcio Moreira Alves. Só teria sido silenciado com o AI-5, que “asfixiou o que restava das liberdades democráticas - inclusive a de imprensa - fazendo com que entre 1969-1974 a *Folha* vivesse um período marcadamente acrítico”. Porém, não deixa de frisar que “no noticiário tomou

cuidados para não divulgar como verdade o que era versão, muitas vezes falsa, das forças repressivas. Publicou notas sobre mortes de opositores entre aspas, apontando como fonte os órgãos policiais e militares, sem assumir como suas as informações”.

Deste modo, a Folha vai reconstruindo a história e a memória sobre seu envolvimento e participação no golpe militar, à qual dá pouca ênfase, enquanto pinta com forte realce seu empenho no processo de abertura política, num esforço em erigir uma imagem democrática.

Utilizamos memória aqui no mesmo sentido empregado por Mariani. Onde ela é compreendida como a re-atualização do passado no presente apropriada pelos grupos sociais sob as mais diferentes formas (literária, científica, historiográfica, etc). Esta memória social é resultante de um embate de diversas interpretações do passado, na qual ocorre a predominância de uma das interpretações sobre as demais. Sobre estas se produz um, às vezes aparente, esquecimento. Com isso naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, um sentido hegemônico. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague ou anule os demais ou que ele não possa vir a se modificar.

Disto isso, podemos afirmar, então, que esta matéria publicada na *Folha* se esforça em produzir sua própria interpretação sobre sua participação no golpe de 1964 com a finalidade de torná-la hegemônica ao promover “efeitos” de memória e esquecimento, na tentativa de fazer com que essa se sobreponha às demais interpretações.

## INTRODUÇÃO

Em razão do exposto, o presente trabalho nasceu do interesse e necessidade de analisar o nível de participação e o possível comprometimento da *Folha de S. Paulo* com os setores golpistas, enquanto expressão da relação entre os militares e determinados segmentos da burguesia brasileira. Objetiva-se elucidar, a partir desta relação particular, como a conformação da burguesia nacional gera a sua necessidade em apoiar-se a uma ditadura para fazer valer seus interesses de classe, o que, por sua vez, confere ao Estado brasileiro uma dada particularidade.

Tal envolvimento, conforme demonstraremos nas páginas desta pesquisa, se denuncia em suas posturas políticas, expressas na linha editorial do jornal. Nosso objetivo principal, portanto, foi procurar estabelecer os nexos constitutivos entre o jornal e as forças sociais que, sob a ponta da baioneta, acabaram com um governo legitimamente constituído e, ao mesmo tempo, desmistificar a “fabricação da história”, conforme produzida pelo jornal, elucidando, assim, a função histórica que efetivamente cumpriu naquele momento.

A pesquisa nos levou à leitura e análise dos editoriais produzidos entre janeiro de 1963 e abril de 1964, totalizando pouco mais de 400 documentos. O recorte cronológico acompanha a duração do governo Goulart, sob o regime presidencialista, – após breve período parlamentarista, onde viu seus poderes serem mutilados –, no qual passou a estar investido dos poderes político de Chefe de Estado e Chefe de Nação, podendo, deste modo, determinar os rumos do país. E se encerra no primeiro mês da ditadura militar depois do Golpe. Dentro deste recorte histórico, pretendemos acompanhar, através dos editoriais da *Folha de S. Paulo*, como o jornal vai se portando e se posicionando no decorrer deste mandato presidencial e, ainda, como ele sente as tensões que marcam a sociedade brasileira e o processamento de suas lutas sociais.

No trato com a imprensa, adotamos uma postura metodológica que encara o jornal como produtor de ideologia e difusor de uma visão particular de mundo, sendo que aquela é conceituada a partir da definição proposta por Martin Seliger, ou seja, um

conjunto de idéias pelas quais os homens postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, e especialmente da ação política, qualquer que seja o objetivo dessa ação, se preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social<sup>1</sup>.

Isto é, um conjunto de idéias mobilizadas para determinados fins, submetido a interesses de poder e direcionado para provocar determinados efeitos políticos e econômicos. Assim, a ideologia tem a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade, segundo Eagleton<sup>2</sup>. A este conceito definido por Seliger, ele acresce duas observações muito úteis para as finalidades deste trabalho: primeiro, que não devemos nos esquecer que, apesar da ideologia ser um conjunto de idéias, ela é parte integrante da própria realidade que se forja a partir da própria materialidade social, das formas de relação entre os seres humanos e de sua organização. E, por isso, não é ilusão ou falsa consciência. Segundo, que a ideologia possui função social em um dado contexto histórico de lutas sociais, denominada, por Eagleton, de finalidade.

Por isso, nosso esforço foi todo voltado para evidenciar, por meio do editorial, a posição oficial da *Folha* e, principalmente, a sua linha político-ideológica, local onde ela mais claramente se posiciona quando se trata das questões econômica, política e social do período, resultando, portanto, no balizamento do “trabalho dos que produzem o jornal, dá coerência às editorias e homogeneízam os periódicos como um todo”<sup>3</sup>.

Com o intuito de conhecer os interesses, motivações e intenções que se urdem na composição do periódico e, por fim, identificar o projeto político que a *Folha* possuía para o Brasil dos anos 60 - traduzido em um momento no qual se

---

<sup>1</sup>SELIGER apud EAGLETON, 1997, p.21

<sup>2</sup>EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997, p.20.

<sup>3</sup>FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.33.

debatiam diversas propostas ideológicas<sup>4</sup>, marcado pela forte agitação social no campo e na cidade, que foram impulsionadas pelas reformas de base em tempos de guerra fria - é que nós debruçamos para realizar este estudo.

Assim, o discurso jornalístico é encarado como instrumento dos interesses de classes e, por isso, constrói modelos de interpretação da realidade, fazendo circular sentidos que interessam a quem domina, evitando que circulem sentidos indesejáveis, mantendo silêncio quando necessário<sup>5</sup>. Os discursos contribuem, então, para a institucionalização de sentidos e colocam para o leitor quais assuntos podem/devem pensar<sup>6</sup>. Assim, os editoriais vão produzindo representações a respeito daquilo sobre o qual fala, cristalizando como verdade. Porém, isso é o ponto de vista de uma classe social que, ao tentar apagar sua própria origem de classe<sup>7</sup>, se pretende universal.

---

<sup>4</sup> Caio Toledo sistematiza em cinco projetos sociais econômicos os debates que se processavam publicamente na sociedade brasileira, por meio dos órgãos de classe, partidos políticos, órgãos governamentais, publicações entre os anos 50/60, que a ditadura estancou. Apresenta as entidades que defendiam cada uma das propostas ideológicas e os intelectuais a elas eram associados. Liberais não desenvolvimentistas (não industrialistas) - UDN, FGV, Eugênio Gudín, Octávio Bulhões; liberais-desenvolvimentistas (não-nacionalistas) - BNDE, Comissão Mista Brasil- Estados Unidos, Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva; desenvolvimentista privatistas: CNI, Fiesp, João Paulo de A Magalhães, Hélio Jaguaribe; desenvolvimentistas nacionalistas - ISEB, Cepal, PTB, BNDE, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos; Socialistas – PCB, PSB: Nelson Werneck Sodrê, Caio Prado Junior, Alberto Passos Guimarães. Nos a dividimos em apenas duas os neoliberais e os nacionalistas.

<sup>5</sup> “Acreditavam os detentores do poder que não discursivisar um fato seria suprimi-lo e colocar em discurso um não-fato seria criá-lo. O discurso do poder tem, então, a nítida finalidade de criar uma realidade, quer que o ponto vista instaure o objeto”. FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988, p.1.

<sup>6</sup> Sobre a discussão de circulação e institucionalização de sentido ler MARIANI. Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro, Revan; Campinas, SP: Unicamp. 1998.

<sup>7</sup> O conceito de classe na teoria marxista cumpre um papel central, porém, nem Marx, nem Engels nunca realizaram uma formulação sistemática do conceito. O mesmo somente aparece na obra de Marx em passagens isoladas. E nestas passagens, nos informa Ridenti, os sentidos empregados nem sempre são equivalentes. Numa a estrutura de classes é determinada pela divisão do trabalho num determinado modo de produção (asiático, feudal, mercantil, industrial, etc) no qual cada classe desempenha um papel diferente nesta divisão do trabalho. Noutra que a classe é típica das sociedades capitalistas, opondo proprietários e produtores. Com nos explica Ridenti, dialogando com diversos marxistas, se referindo ao conceito de classe na produção teórica marxiana: “Sedi Hirano mostra que Marx o empregou tanto num sentido ‘específico-abstrato’, quanto num sentido ‘específico-particular’. No primeiro são realçadas as determinações comuns e gerais pertencentes a todas as épocas, no segundo o fenômeno específico ‘ determinado pela produção capitalista moderna. Ou seja, num sentido amplo, o termo classe identifica os grandes grupos humanos que se relacionam e lutam entre si para produzir o próprio sustento, criando relações de dominação para apropriarem-se do excedente gerado além do mínimo necessário à subsistência. Assim, as ‘classes’ estariam presentes tanto nas sociedades estruturadas em castas ou estamentos, quanto nas sociedades de classe moderna: nesse sentido foi formulada a conhecida frase do Manifesto comunista, segundo a qual ‘a história e todas as sociedades até nossos dias tem sido a história das lutas de classes’. Num sentido mais estrito e específico, só caberia falar em classes nas sociedades industriais capitalistas, quando surge uma classe burguesa, que concentra em suas mãos a propriedade dos meios de

À primeira vista, os editoriais aparentam conter afirmações aleatórias, desconectadas e distantes entre si. Porém, o conjunto destes discursos, pela repetição e por sua lógica interna, vai consolidando sentidos e consensos articulados que revelam sua ideologia inerente. Nosso trabalho foi estabelecer os nexos existentes entre os discursos aparentemente aleatórios e, além disso, entre estes e a realidade social com a qual o jornal se interconecta em relações de influências recíprocas.

O período dos anos 1960 foi onde os antagonismos de classes tornaram-se mais abertos, já que, do ponto de vista do bloco de poder, os operários e camponeses haviam avançado demais em suas conquistas, levando

A burguesia (a) orientou (ar) ou mesmo comandou (ar) a desestabilização do governo Goulart. E, para isso, organizou uma ampla e intensa campanha internacional, e dentro da sociedade brasileira para desacreditar a democracia, o poder legislativo, os direitos trabalhistas, a participação do povo no processo político, a campanha pelas reformas de base, e outros temas<sup>8</sup>.

Sendo assim, buscamos elucidar a lógica interna inerente às mensagens que este jornal veicula em seus editoriais, cuja imanência se revela também ao analisarmos a interconexão entre estes discursos e as circunstâncias históricas em que foram produzidos, às quais tais editoriais respondem. Numa relação dialética entre texto e contexto, procuramos criar possibilidades de inferências e interpretações sobre o objeto no sentido de resgatar a real função social que cumpre, indo além da aparente neutralidade que divulga, revelando-se, assim, sua ideologia.

A leitura do livro *Método de Análise*, de Laurence Bardin, que utiliza a análise

---

produção. Ela investe capital para valorizá-lo mediante a extração de um sobre-trabalho não pago, fornecido pelo emprego de uma classe de trabalhadores assalariados, livres a um tempo despossuídos e sem qualquer vínculo tradicional com seus patrões ou com a terra e demais meios de produção. Esses trabalhadores vêm-se obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver, e só constituem-se propriamente como classe quando se associam para lutar contra a exploração a que são submetidos. Nesse sentido específico apareceriam as classes n' O capital". RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 13-14.

<sup>8</sup> IANNI, Octávio. *O pensamento social brasileiro*. Bauru-SP: Edusc, 2004, p.292-293.



de conteúdo para investigação psicossociológica e estudos de comunicação de massa, nos auxiliou na escolha do método de análise dos editoriais.

O primeiro passo consistiu na leitura e classificação dos editoriais, obedecendo à frequência com que temas, palavras ou frase apareceram nos documentos (democracia, povo, desordem, etc.), bem como seu valor qualitativo, positivo ou negativo, favorável ou desfavorável, otimista ou pessimista; as co-ocorrências (se determinada palavra é acompanhada por outras); e a intensidade que demarca força, grau de convicção, adesão ou oposição.

O segundo passo foi transformar os temas, palavras ou frases em categorias de análises, sobre as quais as inferências entre texto e contexto nos auxiliaram na construção das interpretações dos materiais, terceiro e quarto passos, respectivamente. As inferências e interpretações tinham por objetivo pensar quais as motivações, intenções e interesses (ideológicos, políticos, econômicos e sociais) do sujeito histórico (*Folha de S.Paulo*) ao produzir determinados enunciados e que efeitos tiveram sobre o social.

Estudamos o discurso do jornal para identificar, através de sua própria lógica interna, como o jornal, envolto pelas condições históricas de sua produção, sintetiza os conflitos sociais e se posiciona como sujeito histórico. Para isso, fez-se necessário, além da leitura dos editoriais, apoiar-se em uma ampla bibliografia produzida sobre a história do Brasil, seus processos sociais, políticos e econômicos circunscritos ao período de 1961-1964. Ademais, sobre o significado e origens do golpe, aliado, conseqüentemente, ao quadro conjuntural das relações internacionais, sobretudo aquelas que dizem respeito aos Estados Unidos e às transformações decorrentes dos padrões de acumulação capitalista, num contexto de Guerra Fria. Tais processos nos foram fundamentais para recolocar nosso objeto de estudo na turba dos acontecimentos. Toda esta discussão estará presente nesta dissertação, promovendo o debate historiográfico pertinente para o entendimento dos anos 60, sem a qual a compreensão fica incompleta. O estudo desse contexto histórico nos permitiu não só avaliar como ele determina os discursos, mas também identificar os projetos políticos que se confrontavam no período, principalmente aquele defendido pela *Folha de S.Paulo*.

Neste sentido, o periódico foi analisado como um exemplo de um segmento

do empresariado urbano, a qual tivemos o objetivo de resgatar seu ideário a partir dos editoriais. Um ideário que, segundo nossa hipótese, nos anos que antecedem o golpe militar de 64, expressa o temor de que as reformas propostas pela sociedade organizada provocassem alterações na ordem social que prejudicassem seus interesses de classe e, para impedir isso, passa a postular a intervenção militar.

\*\*\*\*\*

No processo de levantamento bibliográfico sobre o Golpe Militar e Imprensa, conseguimos mapear alguns trabalhos, que agora apresentamos.

O primeiro deles é a dissertação de mestrado defendida por Luiz Antonio Dias, intitulada *O poder da imprensa e a Imprensa do Poder: a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. É um estudo que busca identificar o nível de participação da *Folha* no Golpe de 1964, analisando a relação do jornal com a opinião pública e as razões que o levam a romper com sua pretensa “imparcialidade”, objetivando diminuir as pressões dos anunciantes e respaldar as aspirações econômicas da empresa. Por fim, procura compreender a mudança de postura do jornal, ocorrida nos anos 70, na qual manifesta o desejo de retorno a um regime democrático, deixando de apoiar, portanto, o regime militar.

Apoiando-se e se fundamentando nos conceitos teóricos da Escola de Frankfurt, que estuda a indústria cultural na modernidade - da qual a imprensa faz parte -, Dias discorda veementemente dos estudos da Escola Funcionalista norte-americana, que minimiza os efeitos dos meios de comunicação sobre a sociedade e relativiza a influência da imprensa sobre o campo social, já que eles estabelecem a opinião pública como “senhor” que decide os rumos da imprensa<sup>9</sup>.

Os funcionalistas, diz ele, omitem, também, em seus estudos o caráter

---

<sup>9</sup> Pois, para ele, os funcionalistas invertem a relação imprensa-sociedade, ao lançar peso excessivo sobre os efeitos da aceitação/recusa da opinião pública sobre determinados produtos e influenciando negativamente ou positivamente sobre as decisões das empresas. Um exemplo da força da opinião pública Atualmente nenhuma grande empresa lança um produto no mercado sem antes realizar uma pesquisa de opinião pública para avaliar o grau de aceitação do produto.

ideológico dos veículos de comunicação. Estas características, no entender de Dias, são desnudadas por Adorno, Horkheimer e Benjamim em seus escritos sobre a indústria cultural e a cultura de massa, quando recolocam o papel da ideologia nas relações entre imprensa e sociedade e discutem a notícia como mercadoria. Dessa maneira, segundo ele, fazem cair o véu que, por meio da indústria cultural, oculta o processo de homogeneização/massificação da sociedade, que procura padronizar os comportamentos sociais. Em razão disso, Dias, busca estudar o caráter ideológico da *Folha de São Paulo* e os efeitos da produção da notícia sobre os leitores do jornal. Seu interesse é saber qual representação a *Folha* faz sobre os tempos do governo Goulart, onde, assim, ela funciona como filtro da realidade.

Baseado na Escola de Frankfurt, o autor reconhece a imprensa como qualquer outra empresa capitalista movida pelo lucro e que, por isso, a relação com os anunciantes, que compram os espaços publicitários internos do jornal, será mais forte do que com o público leitor, que assina e compra o diário. Dependendo muito mais da publicidade do que das vendas, o grande “senhor” dos meios de comunicação, conclui o Dias, será o anunciante e não a opinião pública, contrariando as teses funcionalistas.

Aqui começam os problemas da dissertação. Pois ela pára no reconhecimento da importância dos anunciantes na manutenção do jornal, sem conseguir avaliar ou estabelecer como se dá a interferência dos anunciantes na produção do jornal. Apesar de levantar, mesmo que de maneira rápida, a história do diário e estar bem fundamentado teoricamente, o trabalho do autor, a nosso ver, comete equívocos que comprometem suas conclusões, principalmente aquelas relacionadas às hipóteses inicialmente apresentadas. O aparato teórico utilizado não aparece nas análises das fontes, ficando ele em um capítulo estanque ao do exame das fontes documentais. Por isso, o processo de formação da opinião pública, na pesquisa, é estabelecido de maneira automática, direta e linear, ao não considerar as mediações e contradições envolvidas na relação leitor/imprensa. Desta maneira, o público/leitor acata, sem senso crítico e questionamentos, as notícias veiculadas pelos meios de comunicação. Pois, afirma ele, “a partir do momento em que o jornal analisa o mundo de uma forma maniqueísta, ele faz com que seus leitores também

vejam o mundo desta forma”<sup>10</sup>.

Além disso, o trabalho examina o jornal sem realizar um debate historiográfico sobre as interpretações que se fazem do período e sem estabelecer as relações mais profundas entre a produção da notícia e o contexto em que as mesmas são produzidas. Nesse sentido, apenas narra e descreve os acontecimentos sem fazer menção aos autores que fundamentam as interpretações por ele utilizadas. Ao se referir às reformas de base, Dias afirma que elas “eram, e são, necessárias para o bom andamento e desenvolvimento do próprio sistema capitalista. O aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, a participação política dos estudantes, o desenvolvimento das regiões agrícolas, são fundamentais para a reafirmação do ideário capitalista e da democracia burguesa”, porém, ele não explica porque a burguesia brasileira, que seria beneficiária destas reformas, se colocou contra elas, durante os anos 60. Uma discussão historiográfica daria conta desta contradição.

Ao admitir que a *Folha de São Paulo* era favorável às reformas de base, mas, não como elas estavam sendo postas por Goulart e as esquerdas, o autor não apresenta qual proposta de reformas defendia o jornal. Embora reconheça a incoerência que há no diário quando se auto-intitula democrático, ao mesmo tempo em que faz campanha golpista contra um governo democraticamente eleito, Dias não explora a contradição exposta.

Quando afirma que a *Folha de São Paulo* se beneficiou economicamente pelo seu apoiado ao golpe dos anos 60, aumentando, entre 1963-64, vinte vezes seu patrimônio, dobrando-o em 1965, e que os anos imediatamente após o golpe representam um período de forte expansão econômica e de boas oportunidades que lhe renderam a compra dos jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*, tornando-se na década de 70 um grande conglomerado industrial, o autor não revela o estreitamento das relações entre o regime militar e o jornal (que se rompe na medida em que há um endurecimento do processo, por meio dos decretos-leis e dos

---

<sup>10</sup> DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e golpe de 1964*. Assis, 1993. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Unesp de Assis, p.62.

atos adicionais), e nem como a empresa conseguiu crescimento tão rápido. De onde vinham os recursos, por exemplo.

Outra dissertação com a qual tivemos contato foi *A Cruzada Anticomunista de Carlos Lacerda: a tribuna da imprensa na crise de 1964* de Ana Cláudia Masagão de Paula Gomes. Nela a autora estuda dois jornais cariocas, que fazia a cobertura dos eventos relativos ao governo Goulart: Tribuna da Imprensa e a Última Hora. O primeiro foi fundado e dirigido por Carlos Lacerda, “intrépido e inveterado crítico do varguismo” – do qual Goulart era herdeiro –, possuía forte tom oposicionista, conduzindo uma violenta campanha ideológica e tecendo, quase diariamente, críticas e acusações contra o governo. A principal delas estava relacionada à acusação de que o presidente conduzia o país em direção à implementação de uma república sindicalista. Este jornal será o principal material de análise da autora. Já o segundo, de propriedade de Samuel Wainer, era o único jornal de grande circulação que manifestava apoio ao governo Goulart. Este periódico, segundo Paula, será utilizado apenas como contraponto à Tribuna da Imprensa.

O trabalho, de Gomes, que se propunha a uma análise, se limita a descrever e comentar reportagens, colunas e editoriais produzidos pela Tribuna da Imprensa. Devido à falta de profundidade da análise, pouco acrescenta acerca da compreensão da função social que o jornal desempenhou naquele período. A monografia, ao estudar a campanha anticomunista do diário, não verificou em que medida o “medo de um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair do controle e levar o país à desordem e ao caos”<sup>11</sup>, funcionou como argamassa para sedimentar os setores civis e militares que se encontravam divididos e sem apoio popular, evitando, portanto, o mesmo erro no frustrado golpe militar, em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros<sup>12</sup>.

Na conclusão, a autora, mesmo asseverando que as diferentes e antagônicas posições dos dois periódicos frente ao Governo Goulart eram marcas de suas posições ideológicas e “que a imprensa escrita manipulou as informações, de forma

---

<sup>11</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 33.

<sup>12</sup> Um consenso comum entre os estudos sobre o período é reconhecer que a tentativa frustrada de golpe, após a renúncia de Jânio Quadros, foi derrotada por que não conseguiu uma base social necessária para levar adiante a conspiração. Ver Jorge Ferreira, René Dreifuss, Moniz Bandeira, Caio Toledo.

a mascarar a realidade de acordo com seus próprios interesses”<sup>13</sup>, cai no relativismo e no subjetivismo da relação entre história e verdade, pois, conforme diz:

nem sempre o que está escrito corresponde a uma verdade absoluta, mas sim a verdades parciais, distorcidas de acordo com os diversos interesses em jogo. Dessa forma, tem-se a inexistência da verdade como sacrossanta, inquestionável e única /.../. Notou-se que o objeto (governo Goulart), apesar de único, poderia gerar a formação de várias representações dessa imagem, sendo que elas geralmente não eram cópias perfeitas do objeto, mas apenas semelhantes. /.../ Essas diversas representações, acontecimentos ou versões surgiam das diversas necessidades dos setores que constituíam a sociedade<sup>14</sup>.

Assim, embora entenda que as versões dos jornais são motivadas por interesses diversos, não desvela que interesses são estes, nem quais os embates que se processavam na sociedade e o papel deles como baluartes de uma ou outra destas forças.

*Imprensa e Poder: o golpe de 64 nos jornais do Ceará*, de Maria Cleidiane Lima, foi outro trabalho consultado que discute a relação entre os meios de comunicação e o golpe militar. A autora aborda, como as dissertações anteriores, o papel da campanha anticomunista na produção de imagens negativas sobre o governo Goulart. E, como a imprensa fez circular representações e sentidos hegemônicos sobre o governo Goulart que serviram para respaldar e justificar o golpe. A priori, o que muda de maneira mais evidente são as fontes utilizadas, os jornais cearenses: *Gazeta de Notícias*, *O Estado*, *O Nordeste*, *O Povo*, *Tribuna do Ceará*, e *Unitário*. E nos fornece um panorama da dimensão do que foi a campanha anticomunista no Brasil, já que não ficou restrita a região sul-sudeste, mas se irradiou por todo território nacional.

O grande mérito do trabalho está em realizar um amplo levantamento

---

<sup>13</sup> GOMES, Ana Paula Masagão. *A Cruzada Anticomunista de Carlos Lacerda :A Tribuna da Imprensa na Crise de 1964*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP, p.223.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.224.

historiográfico, sobre o qual não há consenso, a propósito do significado das motivações políticas e econômicas dos sujeitos sociais que participaram do golpe de 64. Num breve balanço, ela pontua os limites e os avanços de cada interpretação com o objetivo de construir sua própria análise, que seria o resultado da interação “entre as tendências econômicas, bem como o arcabouço político-institucional, e as ações individuais e grupais, pois as situações históricas concretas influenciam nas ações dos autores políticos, que por sua vez também são influenciadas”<sup>15</sup>.

Porém, no decorrer do trabalho, não transparece esta interação, já que ela privilegia sempre as interpretações de caráter intencional, compactuando com as análises que colocam a responsabilidade do golpe nos movimentos sociais, que desejavam mudanças e que, por isso, tinham pouco apego aos valores democráticos, justificando-se, assim, o golpe como um contragolpe preventivo que teria impedido um processo de radicalização. Voltaremos nesta discussão mais à frente.

O trabalho, de Lima, está bem alicerçado conceitualmente, pois, com John Thompson, define seu conceito de ideologia como sendo a mobilização de sentidos e significados a serviço das relações de dominação. Dessa maneira, segundo ela, o jornal operaria na produção de símbolos que contribuiriam para a legitimação e dissimulação das relações de poder, veiculando imagens, acerca do governo Goulart, que justificariam a intervenção militar. Portanto, acreditamos, que a autora desnuda logo de cara a função social do discurso jornalístico estudado. Porém, daí para frente, a autora ao invés de demonstrar evidências que alicercem melhor sua hipótese cai na mera descrição das fontes analisadas, deixando os documentos “falarem” por si mesmos, não fazendo, conseqüentemente, uma análise mais acurada dos jornais, esmiuçando o discurso a fim de demonstrar que os nexos entre os jornais e o golpe militar são mais profundos do que podem parecer.

Por último, o trabalho *Imprensa, Nacionalismo e Radicalização*, de autoria de Christiane Jalles de Paula, que tem por objetivo considerar o posicionamento que os jornais *O Estado de São Paulo* (OESP), *Correio da Manhã* (CM) e *Última Hora* (UH) assumiram nos debates frente à crise política aberta pela renúncia de Jânio Quadros

---

<sup>15</sup> LIMA, Maria Cleidiane. *Imprensa e Poder: O Golpe de 64 nos Jornais do Ceará*. Franca-SP, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp de Franca.

que resultou na emenda do parlamentarismo, em 1961; na conjuntura histórica que levou à “radicalização” das forças sociais, que desembocou no golpe de 1964; e as propostas de caráter nacional-desenvolvimentista acerca da remessa de lucro e da reforma agrária. A autora demonstra que os jornais refletem os pontos de vista e interesses de classe dos diversos espectros políticos: à direita, representada pelo “liberalismo-conservador” do Estadão, o centro, espaço ideal para o aparecimento da proposta nacional-desenvolvimentista do CM e, à esquerda, lugar para assegurar a defesa do “nacionalismo radical” do UH.

Com competência, a autora recupera o contexto histórico entre 1945-1964, período no qual as teses de superação do subdesenvolvimento, por meio do incentivo à industrializações nacionais, defendidas pelo desenvolvimentismo cepalino e isebiano, encontraram solo fértil para aflorar e ganhar robustez, ao mesmo tempo em que, pela “radicalização” das forças sociais, defendiam as propostas nacionais, o que teria, segundo Paula, desaguado no golpe militar. Por isso, afirma, ao se referir ao CM, que esse

órgão de imprensa, ao exercer papel de termômetro, foi o mais útil instrumento de análise para uma compreensão mais efetiva da radicalização do período. Sua relutância em advogar uma solução extra-legal para a crise somente foi vencida quando considerou que a ordem instituída já havia sido abandonada, a partir da quebra da hierarquia militar. Na nossa percepção, somente após declaração explícita dos jornais que se encontravam na mesma situação do Correio da Manhã, é que a solução militar se tornou viável. /.../ Sem dúvida, o jornal centrista demonstrou que o seu comportamento se pautava nessa premissa – a ordem democrática ameaçada seria garantida com a deposição do presidente.<sup>16</sup>

Com esta afirmação, Paula, corrobora com as análises sobre o golpe que defendem que o “radicalismo social” – tema que discutiremos mais à frente – não deu alternativa para a direita, inclusive empurrou para a solução das armas os

---

<sup>16</sup> PAULA, Christiane Jalles. *Imprensa Nacionalismo e Radicalização no Brasil (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação de Ciência Política do IUPERJ. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999, p.86.



grupos mais moderados, como aconteceu no caso do jornal CM. Por isso, para ela, a imprensa cumpriu um papel de relevo neste cenário de crise, contribuindo para o desfecho do golpe militar.

O problema maior deste trabalho é a pouca profundidade das análises empenhadas, pois, embora trabalhe com três jornais de grande envergadura do período de 1961-1964, suas quase cem páginas, das quais pouco mais de quarenta dedicadas aos editoriais, não são suficientes para ir além da superfície. Então, a dissertação se restringe em citar as fontes naquilo que é mais patente, sem um exame crítico.

Além destas produções acadêmica, ainda não editada, esta dissertação nos possibilitou o contato com uma ampla bibliografia acerca das interpretações sobre o golpe de 64, porém, apenas uma parcela desta historiografia será aqui delineada. Para isso, utilizaremos como fio condutor um diálogo crítico com *Democracia ou Reformas?*, de Argelina Figueiredo, que nos ajudará a situar outros historiadores no debate, bem como, marcar posição nesta discussão, onde apontaremos nossas divergências com essa historiografia<sup>17</sup>.

Argelina Figueiredo adota, em *Democracia ou Reformas?*, uma metodologia de análise classificada por ela como “modelo explicativo intencional ou orientada-para-o-autor”. Tal classificação, para nós, é uma nítida intenção de demonstrar sua recusa à idéia de inevitabilidade do golpe, presente nas análises estruturalistas, já que, segundo Argelina, estas privilegiam as estruturas político-econômicas em detrimento das ações e escolhas dos atores sociais envolvidos no conflito político-social do período de 1961 a 1964. Nesse sentido, estas análises eliminam da história os indivíduos e grupos sociais, e concluem a favor da inevitabilidade do golpe à medida que os constrangimentos impostos pelas conjunturas estruturais reduzem “o conjunto possível de ações para um único ponto<sup>18</sup>”.

Em razão disso, a autora “concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas<sup>19</sup>”. Sua análise,

---

<sup>17</sup> Parte do debate historiográfico acerca do livro de Argelina Figueiredo produzido aqui, já foi alvo de um artigo intitulado *Intenções e limites da Democracia ou Reformas?: relendo Argelina Figueiredo*, escrito em parceria com Tiago Guerra para revista da APG-PUC, 2007, nº 33.

<sup>18</sup> ELSTER apud FIGUEIREDO, 1993, p.23.

<sup>19</sup> FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 29.

diz ela, privilegia uma abordagem que aponta escolhas possíveis dos atores sociais envolvidos num cenário de constrangimentos estruturais, contemplando a interação entre as estruturas econômicas e políticas do período e a ação política dos sujeitos.

Além de negar a inevitabilidade do Golpe de 1964, Argelina procura demonstrar que a crise dos anos 60 – considerada, por ela, um dilema entre mudanças sócio-econômicas e as instituições democráticas, em razão das instituições imporem ritmos de mudança mais lentos do que desejam os atores sociais – poderia ter sido superada ao combinar as reformas sociais e econômicas com soluções democráticas, se fossem forjadas coalizões entre os contendores, evitando, assim, a polarização e a radicalização do conflito. Conclui, então, que, por falta de diálogo, as “escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso”<sup>20</sup>.

Com isso, a autora minimiza a ação do movimento conspiratório, considerado fugaz e articulado, apenas, como reação ao curso dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, potencializa o papel do executivo que, segundo ela, com suas atitudes, foi o maior responsável por alimentar a oposição contra si, dando a esta um caráter unitário de defesa da legalidade<sup>21</sup>. Acerca deste modelo de interpretação, que apresenta o golpe militar como contragolpe, ao qual temos Argelina como uma de suas expressões, o professor de História da PUC/SP, Antonio Rago, faz a seguinte consideração

é uma interpretação política /../ nada inocente: nasce ideologicamente comprometida com a teleologia dos vencedores, propugnaram e atestaram uma única saída oriunda de uma necessidade histórica que visava a refrear a ‘algaravia’ das massas e o ‘caos e anarquia’ implantados pelo governo ‘populista’ de João Goulart (que de sua parte, intentaria desfechar, de modo golpista, um outro ‘regime autoritário’)<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem, .p.30.

<sup>21</sup> Ibidem, p.117.

<sup>22</sup> <sup>22</sup> RAGO, Antonio. “O Ardil do Politicismo: Do Bonapartismo à Institucionalização da Autocracia Burguesia” in *Projeto História* 29 Tomo I. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2004, p.140. Em conformidade com esta afirmação, Mattos citando Toledo assevera: ‘afirmação de golpismo das esquerdas tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos apologetas do golpe político-militar de 1964. Mais que isso, contribui para legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as

O comprometimento ideológico da autora – consciente ou inconsciente – com os vencedores fica mais evidente quando ela parte do imponderável, com hipóteses que são meras especulações, cuja validade não podem ser colocadas à prova porque o curso da história seguiu noutra direção. É através delas que a autora tem a intenção de demonstrar a possibilidade de uma solução alternativa e democrática à crise de 64, malfadada pelas escolhas do presidente e pelo “radicalismo” dos grupos pró-reforma.

A solução democrática para a crise seria possível, especula ela, se, no curso dos acontecimentos: a) houvesse uma aliança de centro-esquerda entre o PSD, PTB e mesmo a UDN, empurrando o governo Goulart em direção ao centro; b) o parlamentarismo fosse institucionalizado como alternativa e solução para a crise política, solucionando os conflitos de classe, estampados na questão agrária, estudantil e operária; c) a tentativa de Santiago Dantas ao organizar uma frente de centro-esquerda tivesse o impacto desejado de parar a oposição ao governo. Sob essas condições, as reformas poderiam ter sido aprovadas pelo congresso, preservando, dessa maneira, o regime democrático. Em outras palavras, a autora defende que, no início da década de 60, estava posta a probabilidade de se combinar reformas moderadas com a manutenção do arcabouço institucional, se os grupos pró-reforma não tivessem “radicalizado” dentro do parlamento, seguindo as tendências das forças sociais fora do Congresso. Pois, assim, não teriam dado oportunidade para a direita romper com a estrutura democrática.

Nessa operação da autora, as “vítimas” da ditadura, que se seguiu à deposição de Goulart, convertem-se em responsáveis, enquanto os conspiradores são legitimados em suas ações. A interpretação que imputa às esquerdas e aos movimentos sociais pela responsabilidade do golpe militar se encontra ancorada em parte da historiografia. Por diferentes caminhos, outros autores demonstram que o “radicalismo” destas esquerdas minou as possibilidades de uma solução negociada para o conflito, deixando, assim, a direita acuada e sem outra alternativa.

Entre eles, encontramos *O Cálculo do Conflito: estabilidade e crise na política*

---

responsabilidades militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964”. TOLEDO apud MATTOS, 2005, p.16.

*brasileira*, de Wanderley Guilherme dos Santos, do qual o livro de Argelina Figueiredo é tributário<sup>23</sup>. Pois é da obra de Wanderley Guilherme que se origina a tese de que a crise de 64 tem suas origens na incapacidade do sistema político em tomar decisões, decorrente do sistema partidário brasileiro ter se acercado da condição de pluralismo polarizado, fruto da fragmentação e radicalização do parlamento, gerando, portanto, a instabilidade política que motivou os golpistas. Esta incapacidade é denominada por Santos de paralisia decisória, já que os projetos apresentados no Congresso, principalmente no tocante às Reformas de Base, não aglutinavam em torno de si maioria suficiente para sua aprovação.

Diferentemente de Argelina, o autor chega a esta conclusão por meio de uma detalhada radiografia das instituições políticas, como, por exemplo, o Congresso, do qual mapeia o comportamento dos partidos políticos em cada votação ou a representação partidária após cada eleição.

Na tese de doutorado, *Conflito Político e Colapso da Democracia: o caso do governo Goulart (1961-1964)* seu autor, Alberto de Almeida, dá o mesmo arremate, porém, com uma sutil diferença: seu objetivo é elaborar uma abordagem teórica que seja capaz de englobar a dinâmica histórica que levou ao “colapso da democracia” na Europa, com o nazi-fascismo, e as ditaduras militares na América Latina. Para tal finalidade, coteja os acontecimentos dos dois continentes com a propositura de realizar aproximações. Assim, Almeida não compreende ambos fenômenos, no velho e no novo continentes, como distintos. Pelo contrário, o que dá unidade é o fato do “colapso das democracias” ocorrerem no momento em que os trabalhadores exigem maior participação política e ampliação dos direitos sociais, o que fez emergir um Estado forte que reprimiu duramente os movimentos sociais. Este é o caso de países como, por exemplo, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai. Pois, segundo o autor,

Onde a incorporação da classe trabalhadora fracassou, dentro das regras democráticas, o colapso da democracia significou a vitória das forças

---

<sup>23</sup> GONÇALVES, Maria da Glória. *Natureza da Crise Política no Brasil de 1964: Abordagens e Diagnósticos*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do IUPERJ. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994. Neste trabalho a autora aponta diferenças e semelhanças nas abordagens de cada autor para trata do “colapso” do sistema político na década de 64, percebe-se por meio deste a influência percebe-se a influência de Santos sobre Figueiredo.

políticas de direita. Não existem casos de democracias derrubadas por um movimento de massas e de esquerda autóctone, mas vários casos de movimentos militares que instauraram o autoritarismo<sup>24</sup>.

Através desse raciocínio, afirma que o “colapso” é resultado da incapacidade da burguesia em assegurar seus interesses e privilégios sob o regime democrático, rompendo com as instituições e instaurando um regime que procurava assegurar a manutenção do *status quo*. O que inicialmente parece ser uma crítica a Argelina Figueiredo e uma aproximação com o bonapartismo segue na direção oposta e, assim, chega à mesma conclusão da autora: o “colapso da democracia” é consequência da incapacidade das instituições de acomodar as novas classes sociais e suas demandas, que entram em cena como produto dos processos de modernização. Ou seja, a baixa institucionalidade política não suporta a “radicalização” das classes trabalhadoras. Dessa maneira,

o nível de institucionalização das instituições políticas é o que define se um governo está preparado para governar ou não, e é o principal indicador de desenvolvimento político das instituições. Quanto mais institucionalizado, mais capaz é um governo de responder de forma eficaz as novas demandas, e de lidar de forma legítima com o aumento da participação política. Por outro lado, um baixo grau de institucionalização resulta em um governo débil, incapaz de fazer e implementar políticas que atendam as reivindicações dos diversos setores da sociedade. O resultado é a desordem, violência e golpes de estado<sup>25</sup>.

A radicalização dos grupos sociais envolvidos na luta pela realização das reformas é tema privilegiado de Jorge Ferreira, em *O governo Goulart e o Golpe Civil-militar de 1964*. Segundo ele, Goulart era um presidente que pretendia articular um projeto de governabilidade baseado na aliança entre o PTB e PSD, para que,

---

<sup>24</sup> ALMEIDA, Alberto Carlos Melo de. *Conflito político e colapso da democracia: o caso do governo Goulart (1961-1964)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação de Ciência Política do IUPERJ. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996, p.9.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.20.

“através de acordos, negociações e compromissos entre o centro e a esquerda, pudesse implantar as mudanças econômicas e sociais por meios democráticos”<sup>26</sup>. Porém, a estratégia de Goulart fracassou não por incapacidade política, mas pela falta de compromissos e acordos entre os conservadores e a esquerda, que se radicalizaram, apoiando-se numa estratégia de confronto que terminou por ruir as estruturas democráticas<sup>27</sup>.

Assim Jorge Ferreira, tal como Figueiredo, conclui com a afirmativa de que a democracia, em 1964, desmoronou-se porque tanto esquerda como direita não tinham nenhum compromisso com o jogo democrático, pois ambos, para realizar suas intenções, não se importariam em sacrificá-la, como de fato ocorreu. “Assim, nesta versão, o golpe não se deu para controlar os trabalhadores e garantir o projeto empresarial, mas foi decorrência de uma intransigência mútua”<sup>28</sup>.

No entanto, é interessante notar a maneira como estes autores, em suas exposições, atribuem maior responsabilidade – ou toda ela – pela instauração do golpe às “esquerdas” e aos movimentos sociais pró-reformas, culpando-os por incitar a direita golpista a adotar uma postura “intransigente e sectária”. Por essa razão, segundo eles, não foi possível uma solução negociada e, deste modo, contribuíram para que a direita passasse a considerar a intervenção militar politicamente menos custosa do que a não-ação.

Porém, em nenhum momento estes autores se detêm em analisar as razões que levam estes segmentos da burguesia a sustentar uma ditadura para fazer valer

---

<sup>26</sup> FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs), *O Brasil Republicano v. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003, p. 363.

<sup>27</sup>Estas análises do “colapso democrático” apresentam diversos problemas teóricos que invalidam sua sustentação. Primeiro tomam democracia como um tipo ideal, como se o conceito de democracia tivesse valor universal em qualquer espaço-tempo, ou seja, como se não fosse produto da construção social, e que, portanto não carecesse de conceituação. Assim, num anacronismo, se referem à democracia nos anos 60, com o mesmo valor conceitual que ganhou nos anos 80. Segundo, como decorrência do anterior, “não se toma em conta também que aquela democracia (1946-1964) era restrita até mesmo para os parâmetros daquilo que às vezes é adjetivado como democracia ‘burguesa-representativa-liberal’. O PCB não possuía registro legal, a estrutura sindical era herdada da ditadura varguista, a polícia política também era uma permanência daquela fase e mostrava-se cada vez mais especializada e atuante, apenas para listarmos alguns elementos que dizem respeito às organizações dos trabalhadores”.MATTOS, op.cit. p.15. E por último, “não se leva em conta que as forças mais importantes da esquerda naquele período defendiam caminhar dentro da ordem democrática. O PCB, por exemplo, defendia a tese terceiro-internacionalista da revolução democrático-burguesa, ou seja, da aliança com a burguesia nacional para viabilizar a primeira etapa capitalista das transformações pelas quais o país deveria passar, aceitando ‘as regras do jogo democrático’ nos limites em que elas se apresentavam então”.MATTOS, op.cit. p.15.

<sup>28</sup> Ibidem, p.18.

seus interesses de classe, ou tomam esta sustentação como um traço do caráter historicamente conservador de nossas classes dominantes. Acerca dessa questão, queremos abrir um breve parêntese, com o objetivo de melhor equacionar a lacuna deixada por parte de nossa historiografia<sup>29</sup>, que chegou ao consenso de que: 1) a radicalização dos movimentos populares levou a organização da direita golpista; 2) os anos 60 foram um período em que os trabalhadores romperam com a política populista, conquistando autonomia diante do aparelho estatal corporativista de caráter “varguista”; 3) o Brasil, no período de 1946 a 1964, gozou, desde o início da República, de sua maior experiência democrática; 4) as reformas sociais, pelas quais lutavam os movimentos sociais, não possuíam nenhum sentido revolucionário, e sim, ao contrário, ocorreriam dentro dos marcos do capitalismo, que daria a ele um novo ciclo de crescimento e dinamismo, sendo também a própria burguesia industrial uma de suas beneficiárias, senão a principal. Além de reduzir as desigualdades sociais; e, finalmente, 5) que o golpe militar demonstrou a fragilidade das instituições democráticas no Brasil.

Consideramos que, em razão das análises empregadas, estes autores não dão conta de responder por que tais instituições democráticas não suportaram as reformas – dentro dos marcos capitalistas – que dinamizariam a economia brasileira (envolvida em um período de crise), diminuiriam os conflitos sociais e elevariam o nível de aceitação ao sistema. Ou, por que um conjunto de reformas – que, em si, não continha nenhum aspecto revolucionário – mas traria ganhos para a burguesia, foi responsável pela articulação da direita golpista?<sup>30</sup>.

Esses questionamentos, para serem respondidos, devem remeter à natureza conservadora e contra-revolucionária de nossa burguesia – e não ao radicalismo dos movimentos sociais, sempre criminalizados em nossa história – e a entificação do capitalismo no Brasil. Essa discussão, nos estudos destes historiadores, passa ao largo.

Por outro lado, outros autores como, por exemplo, Carlos Nelson Coutinho, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Caio Prado Júnior, José Chasin e Francisco de

---

<sup>29</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado, Jorge Ferreira, Maria Celina D’Araújo, Wanderley Guilherme dos Santos, Celso Castro, Gláucio Arys Soares.

<sup>30</sup> As estas questões se soma outras: “Além de alguns discursos mais radicalizados, de lideranças como Brizola, Julião ou Prestes, onde estariam as evidências concretas de tal ‘golpismo’ das esquerdas, se os trabalhadores não pegaram em armas, os militares fieis a Goulart evitaram o

Oliveira, que analisaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, buscaram aproximações com as formas clássicas de entificação do capitalismo e identificaram neste processo o caráter contra-revolucionário da burguesia brasileira. Demonstram ainda que há distintas formas de desenvolvimento do capital no centro e na periferia do sistema. Em que pese as diferenças de suas análises, eles concluem que a burguesia, em momentos de crise e diante da ameaça de destruição das velhas estruturas sociais, busca conciliações pelo “alto”, excluindo a participação popular, característica que marcou nosso processo de modernização. Em outras palavras, este processo de modernização conservadora aparece como uma síntese onde o velho não cede espaço ao novo, mas, ambos se combinam, configuração na qual o segundo paga alto tributo ao primeiro.

Octávio Ianni procura explicar a gênese deste processo histórico e retoma, para entendermos o caráter de nossa formação e das classes dominantes, as lutas de independência e a formação dos Estados nacionais no Brasil e na América Latina. Esse período tem a sua importância porque o capitalismo europeu vivia sua fase competitiva, não tendo entrado ainda em sua fase monopolista, condição que possibilitava a constituição de um capitalismo autônomo e independente. Porém, o ano de 1822 não significou, por meio de um processo revolucionário, a ruptura com as formas arcaicas de organização política, social e econômica. Pelo contrário, com o rearranjo das forças políticas, manteve intocada a economia assentada no trabalho escravo e na grande propriedade agrícola, em íntima ligação com as velhas estruturas sociais herdadas do colonialismo e manutenção do poder político centralizado sob a forma monárquica, cujas reivindicações, protestos e forças populares, tanto no campo como nas cidades, não foram incorporadas. O resultado dessa lógica foi o surgimento de um Estado de caráter autoritário, garantindo o predomínio dos interesses das classes dominantes – característica que, atualmente, ainda permanece no Estado brasileiro<sup>31</sup>.

Deste modo, o Brasil não fez da independência um momento de avanço na história, rompendo de vez com seu passado colonial e fazendo-o adentrar no mundo moderno, o que significaria acabar com os obstáculos que impediam o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas: a escravidão, a grande

---

combate aguardando ordens legais e o próprio presidente retirou-se evitando a confrontação?”. MATTOS, op.cit., p.16.

<sup>31</sup> IANNI, Octávio. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p.16.



propriedade, etc.

Quando o país conseguiu completar as mudanças que pareciam cabíveis em 1822, o mundo capitalista começava a impor sua fase monopolista. Então o Brasil se integrou à economia mundial como país subordinado aos interesses do grande capital, sem romper com os elos do imperialismo. Desta maneira, os interesses das elites locais se subjugam e se entrelaçam aos interesses do imperialismo europeu. A burguesia brasileira não se associou às camadas populares para realizar uma revolução burguesa que pusesse fim às velhas estruturas do Brasil colonial, mas se integrou ao grande latifúndio e ao capital internacional contra o povo, extraíndo, por meio da superexploração do trabalho e financiada pelo capital estrangeiro, a mais-valia para si.

Nesse sentido, a independência, como outros momentos de nossa história (1888-1889, 1930, 1964 e 1985), são alguns exemplos de como as classes dominantes realizam rearranjos nos blocos de poder para realizar acomodações e soluções pelo alto, sem atender as demandas do conjunto da sociedade. Segundo Ianni, a história do Brasil não pode ser compreendida enquanto não entendemos suas relações com o imperialismo, elemento ignorado por aqueles autores.

Em nossa história, as pressões dos setores populares para elevar seu nível de participação política e aumentar sua participação na riqueza do país não são novas. Datam, pelo menos, de 1822 e passam por 1888, 1889, 1930, assim como em 1964. E, nestes casos, a ação da burguesia, como explica Coutinho, sempre foi contra-revolucionária

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas pelo ‘alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma

transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático – contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada<sup>32</sup>

Em síntese, na condição de classe subordinada ao grande capital internacional, incapaz de “perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se por à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinada –, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática”<sup>33</sup>. Como necessidade da superexploração da força de trabalho – da qual necessita para extrair duplamente a mais-valia (para si e para a burguesia internacional) – é incapaz de viabilizar sua hegemonia e dominação sob forma democrática. Deste modo, a burguesia brasileira não realiza as franquias democráticas como nos países de via clássica de desenvolvimento do capitalismo.

Pois, para realizá-las, faz-se necessário romper com as relações de poder entre as classes, com a condição subalterna da burguesia brasileira, com o padrão de acumulação capitalista e, por fim, com a lógica de um país subordinado ao capitalismo internacional que não vive para suas demandas internas, mas para satisfazer as necessidades do capital internacional. Uma forma de alienação e estranhamento de sua própria existência.

O caráter conservador de nossa burguesia também se evidencia na sua relação com as demais classes sociais, colocando-a, conseqüentemente, ao lado dos setores agrícolas e contra as forças progressistas de nossa sociedade. Sobre este aspecto, diz Carone que, ao se referir ao período entre 1930-1964, a burguesia foi incapaz de quebrar de vez com o poder político das oligarquias agrárias e, no quadro da crise de 1929 e da revolução de 1930, desta maneira, aceita

passivamente o status quo, defende a agricultura e o equilíbrio político existente, não aceitando de maneira alguma o ascenso das massas operárias ou dos partidos de esquerda. Como a oligarquia, ela é

---

<sup>32</sup> COUTINHO apud CHASIN, 2000, p.54.

<sup>33</sup> Cf. Livia Cotrim em prefácio do livro CHASIN, José. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: O Golpe Militar à Crise Social*. Santo André, Edições Ad Hominem, 2000, p.VII.

conservadora e autoritária, unindo-se a todas as forças que lutam contra qualquer formulação de reforma da sociedade; como pequena exceção, para ela não existe luta antiimperialista, nem reforma agrária, nem reformas urbanas, etc. A conciliação de classe é básica, a manutenção do *status quo* é fundamental<sup>34</sup>.

Consideramos, assim, que o golpe somente pode ser compreendido em sua totalidade se observarmos esta realidade, condição não abordada pelos autores que defendem que a instauração da ditadura militar foi resultado da radicalização das forças sociais e que, portanto é entendido por eles como contragolpe. Figueiredo, para circunscrever mais ainda seu modelo interpretativo, ressalta os constrangimentos políticos partidários sofridos pelos grupos políticos dentro do Congresso. Ao deixar de lado as lutas sociais que se desenrolam fora dele, limita o conflito ao mundo da questão político-institucional, ou seja, não incorpora as possibilidades do regime político comportar também as reformas sociais.

Segue esta mesma lógica a análise de Wanderley Guilherme dos Santos. A esse tipo de estudo, que provoca a hipertrofia da dimensão política em detrimento de outros aspectos da concretude, José Chasin denomina de *politicismo*. Pois, no viés politicista, a realidade concreta sofre a

perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente os fundamentos econômicos. O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político<sup>35</sup>.

O momento político-econômico pelo qual passava o país, com o acirramento

---

<sup>34</sup> CARONE, Edgard. *A república liberal: instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985, p.143.

<sup>35</sup> CHASIN, J. *A miséria brasileira - 1964-1994: Do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.123-124

das lutas sociais que se materializam nas atividades estudantis, como, por exemplo, reivindicação por mais verbas para educação e para eleição direta para a reitoria, as lutas pela reforma agrária, impulsionadas pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião, Gregório de Bezerra e outras organizações sindicais agrárias e as atividades grevistas dos operários, principalmente liderados pela CGT, tem pouca ou nenhuma relevância no estudo de Santos.

Tais conflitos sintetizavam, conforme Toledo<sup>36</sup>, a disputa pela adoção de um novo modelo de desenvolvimento nacional (de uma política econômica), já que o antigo demonstrava, por um lado, sinais de esgotamento e jamais encaminhou soluções, mesmo que parciais, para os problemas materiais básicos da maioria da população e, por outro, a persistência de um modelo de desenvolvimento que penaliza as classes trabalhadoras no campo e na cidade, aviltando sua condição de existência aos mais baixos níveis materiais para atender às necessidades do capital – modelo defendido e posto em prática pela ditadura cívico-militar<sup>37</sup>.

Em *Democracia ou Reformas?*, as lutas das classes sociais na realidade concreta se convertem em impedimento e óbice às possibilidades de Goulart encontrar soluções legais e de compromisso para a crise. Outros “constrangimentos” são também “esquecidos”: os que poderiam advir do próprio modelo de desenvolvimento econômico brasileiro de subordinação ao imperialismo, a Guerra Fria, o anticomunismo ou, ainda, a atividade conspiratória da direita.

Ou seja, Argelina Figueiredo considera apenas os “constrangimentos”

---

<sup>36</sup> O golpe estancou um rico e amplo debate político e ideológico que processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, os anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente para defender seus projetos sociais e econômicos”. TOLEDO Caio N. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP, Edusc, 2004, p.69.

<sup>37</sup> “O movimento de 64 /.../ foi a favor da implantação de um modelo de acumulação, fundado na concentração acelerada de renda e no endividamento externo./.../ As realizações da ‘revolução’ são a contenção dos movimentos sociais das classes subalternas e a dinamização da acumulação capitalista”.(FIORIN, 1988, p.102). Modelo de acumulação que foi financiada pelo arrocho salarial, a “eliminação dos subsídios a produtos de primeira necessidade e elevação das tarifas de serviços públicos, como a água, energia e transportes, e de preços de bens tabelados, como aluguéis e gêneros de primeira necessidade”.(FIORIN, 1988, p.83) Portanto, a política de financiamento ao desenvolvimento penalizou as “classes subalternas da população, pois são elas que vivem de salários, não tem casa própria e despendem a maior parte da sua renda na compra de artigos de primeira necessidade e no pagamento de tarifas dos serviços públicos” (FIORIN, 1988, p.83). Como outro lado da mesma moeda- para a execução do plano de desenvolvimento é assegurada pela garantia de segurança, entendida como ‘estabilidade social’, ou seja, a disciplina do trabalho, pela

advindos da esfera político-institucional e as possibilidades do governo João Goulart seguir – consequentes a cenários políticos prováveis – por este único campo, admitido por ela para sanar os conflitos ao qual reconhece e confere legitimidade.

Deixando em segundo plano as lutas sociais e as tensões econômicas que expressavam a agudização do modelo de desenvolvimento brasileiro, até então em voga, e colocando o movimento conspiratório como reação às investidas da classe trabalhadora e ao programa de reformas de João Goulart, a união entre os militares e as classes dominantes, para Argelina, é meramente circunstancial e fortuita, resultante da intransigência e incapacidade do governo e de seu partido lidarem com a crise.

Esse mesmo ponto de vista também é defendido por Hélio Gaspari, que vai mais longe, ao não enxergar nenhuma “racionalidade a priori”<sup>38</sup> na tomada de decisões dos golpistas e na constituição da ditadura, mas, antes, respostas aos desafios que se colocavam. Não por acaso, os dois primeiros capítulos do livro *A Ditadura envergonhada* se intitulam *O exército dormiu janguista* e *O exército acordou revolucionário*, considera que o golpe – chamado por ele de *revolução* – foi decidido em 30 de março de 1964. Os caminhos que ele delinea para a ditadura são o da irracionalidade e o do acaso.

Contraopondo-se a esta postura, Maria Moreira Alves, em *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*, demonstra o profundo entrelaçamento entre civis e militares na ESG, IPES e IBAD, antes e depois da ditadura<sup>39</sup>. Sob tal aspecto, existe o fato de que diversos ministérios do regime (1964-1984) foram importantes membros civis da ESG: Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos, Mário Simonsen, Delfim Neto. E, o que é mais relevante, “muitas das propostas na ESG no final dos anos 50 e início dos

---

repressão violenta aos movimentos operários. FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

<sup>38</sup>“a deficiência central da Doutrina de Segurança Nacional, tanto para quem combateu a ditadura como para quem a adorou, está no fato de que ela nada teve de doutrina, muito menos de ideologia. A expressão ‘segurança nacional’ embutiu um preconceito, talvez uma idéia (...).Exagerar a importância do que seria uma astuciosa ideologia específica da ‘Revolução Redentora de 31 de Março de 1964’ faz que se veja racionalidade onde não houve”. GASPARI, 2002, p. 39-40.

<sup>39</sup> A crítica a falta de racionalidade ao golpe militar e a ditadura militar também é feita por Mattos que diz: “é questionável quando se constata que, logo nos primeiros meses de governo militar foi aprovada uma série de medidas que tinham sido estudadas e sistematizadas pelo IPES. E quem executou forma ministros e outras autoridades que integravam, com destaque, os quadros do mesmo IPES. Ou seja, ainda que se possa admitir o caráter fragmentado da direção golpista em 31 de março/1º de abril de 1964, é difícil não perceber que o golpe vinha sendo preparado de muito antes, por uma articulação que ia além dos militares, envolvia os interesses de classe do grande capital e

anos 60 seriam posteriormente incorporadas à legislação”<sup>40</sup>. Segundo ela

O General Castelo Branco tornou-se o primeiro presidente do novo Estado. Seu ministério foi quase totalmente composto de membros e colaboradores do complexo ESG/IPES/IBAD. Além disso, grande parte dos cargos administrativos secundários das estruturas de Estado foi ocupada por integrantes da aliança de classe institucionalizada nos três organismos /.../. A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente<sup>41</sup>.

Dessa maneira, ao contrário do que Gaspari afirma, a arquitetura do golpe é traçado muito tempo antes de sua instauração, já que os seus representantes civis estavam articulados nos órgãos responsáveis pela desestabilização de Goulart desde a primeira hora de seu governo, ou seja, em 1961.

Essa conspiração, como forma de validar suas teses, é detalhada por Dreifuss, quando argumenta que vários grupos (civis e militares) estavam interligados, de alguma maneira, ao IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e à ESG, pois, diferentemente de se caracterizar apenas com um golpe das forças armadas, existiu o papel civil na desestabilização e na instauração da ditadura militar, por meio da propaganda, campanhas e eventos cívicos contra o governo de Jango. Não considerar a importância do IPES e também do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) é ignorar a capacidade de mobilização dos meios de comunicação que contribuíram para sedimentar o apoio social à intervenção militar.

Os militares e as classes burguesas se armaram para combater um governo não apenas por conflitos constitucionais ou por um “ajustamento político”, mas também para resolver as agitações de classe através do uso da baioneta, elemento de união entre os militares e a elite civil, cujo acirramento seria inevitável ante a

---

isto se demonstra pela própria linha de intervenção do Estado nos momentos seguintes”. MATTOS, op.cit.,p.13.

<sup>40</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru, EDUSC, 2005, p. 29.

<sup>41</sup> Ibidem, p.30-31.

necessidade inerente de renovação das bases do desenvolvimento capitalista<sup>42</sup>. Dessa maneira, é por conta da preservação de seus interesses de classe que os proprietários se utilizam dos militares, respaldando-se nesta instituição para fazer valer seu posicionamento no interior da ordem capitalista da qual extrai seus lucros, mesmo que na forma subordinada. No sentido de preservar a ordem, a opção da burguesia foi se aproximar daqueles que detinham o poder das armas e, desse modo, uniu seu conservadorismo ao signo interventor dos militares. O golpe não seria possível apenas pelo movimento das forças armadas, já que havia a necessidade do apoio dos civis para servir de base “popular” ao movimento.

Ao subestimar a organicidade de setores da burguesia brasileira, aliados aos militares, o papel ocupado pelos movimentos sociais, no conflito entre trabalho e capital e o processo de formação do Estado Nacional, que teve as classes dominantes como sua formuladora, ou seja, um Estado claramente classista, Argelina fragmenta a compreensão do processo histórico que culminou no golpe de 1964, para sustentar o seu “modelo de intencionalidade”.

Sugere, de um lado, que essas tramas não tiveram qualquer influência no cenário contemplado e, por outro, superestima o papel do Parlamento, palco para todas as soluções e encaminhamentos das lutas sociais, negando, devido a tal raciocínio, a existência da luta de classes. Deste modo, vemos que a explanação de Argelina é uma

Explicação insustentável porque, do ponto de vista teórico, parte do pressuposto de que o Estado é um ator neutro, que paira acima das disputas da sociedade, podendo caminhar movido pelos dirigentes eleitos ou pelos que o assaltam, como se estes tivessem o papel de condutores de um veículo, uma máquina burocrática cujo rumo é ditado pelo seu condutor<sup>43</sup>.

Portanto, o modelo de interpretação de Argelina Figueiredo e de outros autores que procuram se apoiar nos mesmos pressupostos, não se sustenta a uma

---

<sup>42</sup> O que irá concentrar muitas das ações dos militares no período que se sucede: renovar o parque tecnológico no diapasão da manutenção subordinada do capitalismo no Brasil, o que demandou, entre outras coisas, a desregulação do trabalho.

prova dos nove, a um olhar crítico promovido pela história à luz dos acontecimentos que culminaram no Golpe Militar de 1964.

A partir de agora nosso papel é recuperar parte destes acontecimentos a fim de elucidar as relações entre os setores golpistas e o jornal *Folha de S.Paulo*. Identificar que as teias que ligam um ao outro são mais fortes e douradoras do que a memória construída pelo jornal reconhece. Para isto, este trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, recuperamos a história do jornal, da sua origem em 1921 até o fim dos anos 60. História que está dividida em quatro períodos, isso porque em cada fase, o diário está sob o controle de um grupo diferente de empresários. Nestes períodos acompanhamos as mudanças no ideário político do jornal e na sua prática social.

No segundo, mergulhamos, finalmente, na análise documental para demonstrar que, no discurso da *Folha*, a estabilidade econômica é a única forma de evitar a derrocada política e social do país. Por isso, a luta antiinflacionária para ser bem sucedida requer à aplicação de “remédios amargos” e uma “cota de sacrifício de todos”, além, da contenção do avanço do movimento paredista nas suas reivindicações. Como o governo hesitava na adoção destas medidas, começa a defesa do jornal por um governo capaz de adotar tais medidas para impedir o avanço dos movimentos sociais, visto como comunistas.

No terceiro, acompanhando as discussões sobre a Reforma Agrária e a Política Econômica vistas como medidas que assegurariam a paz social e o desenvolvimento, espantando assim o comunismo. A respeito da Reforma Agrária, veremos que a partir dos debates dentro do Congresso que vai acompanhando, o jornal, elabora seu próprio projeto para resolver a questão agrária. Neste capítulo conheceremos que projeto era esse.

Já no quarto e último capítulo, discutiremos qual é a concepção de democracia que emana dos editoriais. E, até que ponto esta concepção não é antagônica a solução bonapartista defendida pelo jornal. Isso nos ajuda a entender porque o jornal, que se intitulava democrático, postulava a intervenção militar para conter, entre outras coisas, às manifestações por distribuição de renda e participação política da classe trabalhadora.

---

<sup>43</sup> MATTOS, op.cit., 14.



## CAPÍTULO I: DA OPOSIÇÃO POPULAR AO GOLPISMO DE ESTADO

O objetivo deste capítulo é recuperar a história do periódico, desde as suas origens até o fim dos anos 60, como tentativa de compreender seu ideário político e sua prática social. Para isso, utilizamos como referências principais os livros *Folhas ao vento*<sup>44</sup> e a *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*<sup>45</sup>. Em ambos, a história do jornal é dividida em quatro fases, em uma divisão que obedece a mudança de proprietários. Como sujeito histórico-social, o diário sente e age sobre as condições históricas pelas quais passa o país durante este tempo.

A primeira fase tem início com a fundação do jornal, na década de 20, momento em que assiste às diversas transformações marcadas, por um lado, pelo esgotamento do arranjo político entre as classes oligárquicas – com o predomínio político das oligarquias paulista e mineira –, que excluía a participação política das outras classes, inclusive provocavam o descontentamento de setores da própria oligarquia, que se viam aliadas do poder. Por outro, também havia o esgotamento

---

<sup>44</sup> Tese de doutorado em sociologia pela USP, de Gisela Taschner, defendida em 1987 e depois convertida em livro em 1992. Estudo que acompanha a trajetória da *Folha de S. Paulo* enfocando seu processo de modernização na perspectiva do desenvolvimento da indústria cultural no Brasil.

<sup>45</sup> O livro de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato resultou do convite de Otávio Frias Filho, para recuperar a trajetória do jornal desde suas origens. Têm como principal objetivo analisar a partir dos editoriais seu ideário e práticas políticas. Em certa medida, o trabalho resulta em um trabalho ousado e corajoso, pois não hesita em identificar o ideário político do jornal com os das classes dominantes. Como defensor da ordem, mesmo quando defende a melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora, está preocupado em neutralizar as lutas sociais e assegurar de maneira mais eficaz a dominação social. Apesar de mudar entre 1921-1981 de diversos donos os autores procuram identificar a manutenção de princípios liberal-conservadores na linha editorial do jornal, o que dá uma certa unidade nesta diversidade.

do padrão de acumulação da base agro-exportadora, no qual o café se destacava como principal produto.

O processo de industrialização, ainda incipiente, acelerava o processo de urbanização e fazia emergir uma classe operária que se encaminhava para sua organização em torno de sindicatos e partidos, reivindicando melhores condições de trabalho e maiores espaços de participação política. Tal lógica também ampliava numericamente as classes médias urbanas mais ciosas de participação política. Vale lembrar, aqui, dos movimentos culturais modernistas (1922), que sinalizavam rupturas estéticas com as formas tradicionais de manifestações culturais e a ascensão de novas formas de pensamento.

Sob este cenário, bastante efervescente, no ano de 1921 nasce a *Folha da Noite*, primeiro jornal do atual *Grupo Folhas*. O jornal é fundado a partir da associação de um grupo de jornalistas que trabalhava na redação de *O Estado* de *S. Paulo*, cujos nomes eram Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Antonio dos Santos Figueiredo, e Artêmio Figueiredo<sup>46</sup>. O jornal era prensado nas oficinas do *Estado* e redigido basicamente pela mesma equipe de jornalistas – inclusive tinha, como um de seus colaboradores, Júlio de Mesquita Filho<sup>47</sup> - em caráter experimental, durante um mês, para que se pudesse sentir a viabilidade econômica do empreendimento. Ao cabo do período, se as rendas não fossem suficientes para cobrir os custos, a experiência se encerraria. O custo financeiro e material então cobertos pelo *O Estado*<sup>48</sup> seria ressarcido à empresa, pelos proprietários da *Folha da Noite*. Este foi o acordo firmado com o superintendente do *O Estado*, Dr Armando Salles de Oliveira. O empreendimento teve sucesso financeiro e obteve uma boa vendagem avulsa<sup>49</sup>, consolidando-se, conseqüentemente, enquanto empresa capitalista.

---

<sup>46</sup> Em 1925 Olival Costa e Pedro Cunha passam a ser os únicos proprietários e em 1929 Pedro Cunha abandona a sociedade

<sup>47</sup> "Foi o próprio Júlio de Mesquita Filho que se encarregou de escrever o artigo de apresentação do jornal ('Nosso Programa'). Deve-se observar que, segundo Paulo Duarte, Júlio de Mesquita permaneceu pouco tempo na *Folha da Noite* em função de divergências quanto à orientação da linha editorial. Mas foi tão grande a sua participação no início do empreendimento, que Pedro Cunha o considerava também um dos seus fundadores (...)" TASCHNER, 1992, p. 39.

<sup>48</sup> Somente em 1925, com uma posição mais consolidada no mercado e uma situação financeira mais confortável é que *Folha da Noite* aluga instalações próprias num casarão na Rua do Carmo 7-A. Pois, até então utilizava as oficinas do *O Estado*.

<sup>49</sup> "Neste período, ao contrário dos dias de atuais, a venda avulsa era mais importante economicamente para o jornal, do que a publicidade. Um grande jornal era quase sempre aquele que tinha uma grande vendagem" DIAS, 1993, p. 57.

Concebido para ocupar o espaço deixado pela edição vespertina do *O Estado*, *O Estadinho* (cancelado ao fim da Primeira Guerra), a *Folha da Noite* pretendia, com “uma linguagem mais simples, menos sóbria, pendendo mais para o noticiário do que para o artigo de fundo, fazendo da caricatura seu ponto mais alto”<sup>50</sup>, conquistar as crescentes classes médias urbanas e parcela do operariado paulista, com os quais *O Estado* não dialogava, por ser um jornal elitista. Somente em 1925 surge a idéia de lançar outro jornal, com uma linguagem mais sóbria (*Folha da Manhã*) e com o intuito de atingir outro segmento de público, como, por exemplo, comerciantes, profissionais liberais, pequenos proprietários em geral. Nesta linha, concorreria diretamente com *O Estado* e se aproximaria da imprensa mais tradicional, já que “apenas na apresentação acabavam se diferenciando as duas *Folhas* – o conteúdo seria praticamente o mesmo”<sup>51</sup>. Portanto,

A *Folha da Noite* foi fundada como o objetivo que, de certa forma, a diferenciava dos demais periódicos criados na mesma época. Pretendiam seus fundadores torná-la um ‘jornal popular’ nos moldes do que havia sido o *Estadinho*/.../. O término dessa publicação deixara um campo livre para que se lançasse outra no gênero, atingindo um tipo de público para qual não se dirigiam os demais jornais existentes. Enquanto um jornal como OESP endereçava suas mensagens aos setores politicamente dissidentes da classe dominante e aos setores mais da classe média, /.../ a *Folha da Noite* procuraria atingir o que genericamente denominava ‘povo’, ou seja, as ‘classes populares’<sup>52</sup>.

Não somente a linguagem, mas a criação de diferentes seções direcionadas a distintos segmentos sociais pretendia funcionar como atrativo para este público. Nesse sentido, o periódico se autodefinia como um “jornal local, voltado para os problemas da cidade, que procurava chamar a atenção para as necessidades da população urbana. Dessa forma as dificuldades de habitação, saúde, educação, transporte, lazer /.../ eram freqüentemente abordados”<sup>53</sup>.

Nesse período, diante do poder público, assumia posição fiscalizadora das

---

<sup>50</sup> Reprodução de trecho de editorial. Cf. MOTA e CAPELATO, 1980, p.26

<sup>51</sup> MOTA e CAPELATO, op.cit.,28.

<sup>52</sup> Ibidem, p.26.

<sup>53</sup> Ibidem, p.28.

ações do governo, seguia uma linha de crítica à política oligárquica, condenava os vícios do sistema eleitoral vigente e se colocava em defesa da melhoria de vida dos trabalhadores.

Em 1929, em decorrência da crise mundial, que passou a sinalizar possibilidades de transformação radical da ordem social, a linha editorial sofre mudanças, principalmente no que diz respeito ao governo federal. De opositor ao governo Washington Luis e à política oligárquica, converte-se em um situacionista, fazendo defesa da vitória eleitoral de Júlio Prestes. O jornal, que chegou até a falar em “revolução pacífica” através das urnas, em artigo publicado por Mario Pinto Serva<sup>54</sup>, sem descartar, ainda, a possibilidade de uma revolução pelas armas, como forma de ruptura com as formas de governabilidade da Velha República, volta atrás em suas posições. Posteriormente, em uma atitude legalista, passa a condenar os aliancistas que, liderados por Getúlio Vargas, ameaçavam tomar uma medida de força para se apoderar do poder federal.

Para Mota e Capelato, as mudanças ocorridas na linha editorial, mais do que contradições, revelam a coerência do jornal. Pois as *Folhas* se distanciavam do pensamento oligarca apenas na medida em que não encaravam a questão social como caso de polícia, mas propunham novas formas de controle social que pudessem servir para minimizar as tensões da sociedade. A melhoria nas condições de vida dos trabalhadores e o direito à cidadania seriam, para o periódico, instrumentos mais eficazes na garantia da harmonia e estabilidade sociais. É por isso que defendiam tais valores.

Contudo, de modo algum, significava a identificação com os interesses da classe operária. Nesse sentido, continuam a explicar os autores, apesar das críticas ao governo Mussolini, admitia que o governo brasileiro poderia tirar muitas lições com a experiência italiana de organização da classe operária, nos moldes de uma “autonomia controlada” de inspiração fascista. O combate ao analfabetismo, com a propagação da educação popular e profissional, o combate à vadiagem e aos problemas sociais, entre outros temas do jornal, funcionariam como métodos para

---

<sup>54</sup> “Nos escritos de Locke, o Governo representa um contrato através do qual os homens, por consentimento próprio, se reúnem em sociedade, abandonando o estado de natureza (...) Tomando como base essa idéia de contrato, Mario Pinto Serva afirmava: ‘...No entanto, se os mandatários da Nação, aos quais é confiando o poder (...) violam o seu mandato e querem confiscar em seu proveito o direito da Nação, restabelece-se, então, o estado da natureza entre eles e os cidadãos – o pacto

neutralizar a luta de classes<sup>55</sup>.

Assim, segundo os autores, embora se colocassem, até 1929, como anti-oligárquica, as *Folhas*, não propunham a transformação das relações sociais, porém, pelo contrário, estavam preocupadas com a questão da “Ordem”, com a manutenção do ordenamento social e defendiam, para isso, pequenas reformas que pudessem assegurar meios mais eficazes de dominação. Sendo assim, não teriam nenhum problema em se aproximar das oligarquias, principalmente à paulista, pois

Diante da questão social, da concepção de Estado, da visão de sociedade, orientavam-se pelos postulados do positivismo e liberalismo. A mescla das duas doutrinas aparentemente antagônicas, mas coincidentes enquanto formas de consciência burguesa compunham o ideário dos periódicos. Nesse sentido, nenhuma contradição existe, pois nenhuma delas é negadora da Ordem e o que os jornais, acima de tudo, defendiam era a consolidação da estrutura social vigente<sup>56</sup>.

Portanto, a respeito do período que vai de 1921 a 1931, a direção do periódico, ao propor construir um jornal popular, não ultrapassou, “em momento algum, os limites da ideologia dominante”<sup>57</sup>.

A segunda fase se caracteriza no conturbado contexto da crise de 1930 e vai até 1945. Entramos na década de 30, na qual o café, principal produto de exportação, tem uma queda vertiginosa no preço, fazendo com que os cafeicultores percam sua hegemonia política, forçando um novo pacto político entre as classes dominantes. Entretanto, isso não veio a significar o fim do poder político dos setores agrários, pois, mesmo com a crise, o café continuava como importante produto econômico, gerador de divisas que financiavam a industrialização.

Em razão de sua importância, apesar do investimento na industrialização, o governo não descuidava da agricultura. Em 1931, é criado o Conselho Nacional do Café, que implementa a “política de sustentação” do preço no mercado

---

fica rompido. Uma vez de volta o estado de natureza, a força torna a ser legítima, pois não há mais a autoridade legítima que possa julgar o conflito”. Ibidem, p.44.

<sup>55</sup> Cf. MOTA e CAPELATO, p. 32-36.

<sup>56</sup> Ibidem, p.50.

internacional, através da compra e queima dos excedentes que estavam estocados em depósitos do governo. Com as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola, o governo promove investimentos no desenvolvimento industrial, como saída para a dependência externa. Industrialização impulsionada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que, ao reduzir a oferta de artigos importados dos países em guerra, forçou a substituição das importações e fomentou o desenvolvimento das indústrias locais, ajudadas pelo Estado ao elevar sua participação nas atividades econômicas, principalmente naquelas consideradas vitais e estratégicas para o desenvolvimento nacional e que necessitavam de um grande aporte de capital, como, por exemplo, a siderurgia e a exploração do Petróleo.

Na mesma década, em 1932, explodiu o chamado Movimento Constitucionalista, em São Paulo, revolta patrocinada pela oligarquia paulista como pretexto para exigir do governo federal a reconstitucionalização do país, já que se dizia prejudicada com o fortalecimento do poder central.

Entre 1930-1945, Vargas procurou exercer o controle sobre a classe operária, por meio da cooptação política e com a regulamentação de uma legislação social de proteção ao trabalhador, porém, sem abrir mão da coerção, principalmente com a criação de um aparato de controle dos sindicatos que, entre outras coisas, proibiu a greve. O Estado se converteu, assim, em mediador da relação entre capital/trabalho. Em 1937, a premente necessidade de renovação do parque tecnológico necessário ao desenvolvimento de mais uma fase do capitalismo sem alteração na sua posição subordinada no cenário internacional, faz com que os proprietários se unam aos militares para assegurar a continuidade do governo Vargas, convertendo o regime em uma ditadura a pretexto de combater o comunismo. A segunda fase do jornal, coincidente com a duração do governo de Getúlio Vargas, acompanhou todo este processo.

Empasteladas por terem se colocado favoravelmente à posse de Júlio Prestes e contra a Aliança Liberal, as *Folhas* deixam de circular durante curto período, até que seus despojos são aquinhoados por Octaviano Alves Lima, em janeiro de 1931, que passa a denominá-las de Empresa Folha da Manhã Ltda.

Com Alves Lima, importante produtor e comerciante de café, a empresa se

---

<sup>57</sup> Ibidem, loc.cit.

colocará a serviço das classes ligadas à produção e comércio internacional do produto. O jornal é adquirido para ajudar em sua tentativa de articular as classes do setor, em torno a um projeto político que se projetasse como projeto nacional e que servisse para restabelecer o antigo poder dos cafeicultores. Acreditando na vocação agrária do país, defendia o anti-industrialismo e a modernização capitalista no campo. Por seu turno, o jornal se distanciará dos grupos populares da primeira fase, fazendo com que a *Folha da Noite* perdesse sua importância dentro do projeto da empresa, refletindo-se, conseqüentemente, na vendagem do jornal. Em defesa dos interesses do café e do anti-industrialismo, colocou-se como oposição aos planos do governo em diversificar a produção agrícola e estimular a industrialização. Em luta pela liberdade de comércio, criticava duramente ao intervencionismo estatal, manifestado principalmente pelo protecionismo, que sacrificava o consumidor nacional, assegurava a manutenção de uma indústria “artificial”, que produzia artigos de péssima qualidade e elevava o custo de vida, tudo com o beneplácito do Estado<sup>58</sup>.

A oposição ao governo não se deu logo de início, mas na medida em que o Movimento Constitucionalista foi ganhando forma e se organizando para o enfrentamento com o governo federal. Com a censura estabelecida pelo Estado Novo, as *Folhas* se calaram, já que “A censura impedia que se manifestassem politicamente – a partir desse momento apenas os assuntos de natureza econômica são discutidos em suas páginas”<sup>59</sup>.

Analisando esta segunda fase do jornal, Mota e Capelato defendem que, apesar das mudanças na linha editorial, em que se pese a diferença antes e depois de 1930, o que configura o discurso político do jornal é que permanece fiel a uma linha liberal-conservadora, calcada na defesa da ordem e na crítica ao Estado intervencionista, principalmente no campo econômico.

Nos quase 20 anos seguintes, que configuram a terceira fase do jornal (1945-1962), muitas transformações ocorreram no plano nacional e internacional. Como resultado do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o antagonismo entre os blocos econômicos, terá início a Guerra Fria. É a partir dessa fase que se

---

<sup>58</sup> Ibidem, p.69-70.

<sup>59</sup> Ibidem, p.94.

fortalecerá o anticomunismo no Brasil, existente desde a fundação do PCB, em 1922, e agudizada ainda mais com a Revolução Cubana, em 1959. A ameaça comunista será pretexto para justificar toda sorte de ataque e restrição às liberdades democráticas. Com a derrota do totalitarismo nazi-fascista, as pressões internas e externas pela redemocratização do Brasil se acentuam, uma vez que o Estado Novo não se coadunava com os princípios democráticos defendidos pelos países aliados, vencedores do conflito. Em outubro de 1945, a ditadura estado-novista tem seu fim, com a deposição de Vargas, por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio governo. Assim, após 15 anos de governo – dos quais oito foram de regime ditatorial – Vargas deixa o cenário político e o Brasil volta a viver sob uma democrática<sup>60</sup>. Entre 1945 e 1964, o país procurou assegurar a consolidação do regime democrático, todavia a ameaça de golpe militar (1954, 1955, 1961, 1964) esteve sempre presente.

No plano econômico, o país passa por acelerado processo de industrialização, com o Plano de Metas de Juscelino, que prometia fazer o país crescer “50 anos em 5”. Desenvolvimento que não se realizará sem problemas, já que, ao final dos anos 50, o país se encontrará com sérios problemas econômicos: o aumento de dependência e da dívida externas, hiper-inflação, problemas com a balança de pagamentos e uma acentuada queda no crescimento. No mesmo período, ocorre o ascenso das classes trabalhadoras no campo e na cidade, que lutam por maior participação política e por reformas que venham distribuir melhor a riqueza nacional.

Neste contexto, em março de 1945, Alves Lima colocou à venda a empresa, que foi adquirida por José Nabantino Ramos, juntamente com Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Quiroga. É durante esta administração que o jornal passa a ocupar o atual prédio da empresa, na rua Barão de Limeira, centro de São Paulo. Porém, isso ocorre apenas em 1953, antes disso, o jornal teve outros endereços. Em 1946, a impressão dos jornais sai da Rua do Carmo – lugar que ocupava desde 1925 – para a Rua Anhangabaú. Em 1949, a redação, que havia permanecido na

---

<sup>60</sup> Embora restringida, pois perduram as leis cerceadoras da liberdade de organização partidária, o aparato repressivo montado no regime anterior consolida, amplia e mantém a vigilância sobre as atividades das pessoas públicas consideradas críticas ao sistema. Neste sentido ver REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: A polícia política no pós-guerra*. Editora FGV. São Paulo, 2004. Acrescentar na bibliografia



Rua do Carmo, foi transferida para a Alameda Cleveland. E, no ano seguinte, mudou-se para lá também a administração, a publicidade e a composição. Neste ano, também a impressão já começava a ser feita no prédio, ainda em construção, na Rua Barão de Limeira, para onde, em 1953, todos os setores do jornal se dirigiram.

Em 1949, a empresa passa a editar um novo jornal, *Folha da Tarde*<sup>61</sup>, que, em pouco tempo, se revelou como o periódico mais vendido da empresa. Ele vem substituir a primeira edição diária da *Folha da Noite*. Onze anos depois, os diários são reunidos sob o título *Folha de S.Paulo*, com três edições diárias. Segundo José Nabantino, a união dos três se justificava por duas razões: 1) não havia fatos novos que pudessem alimentar em quantidade suficiente três periódicos distintos; 2) e, ao longo dos anos, a distinção entre eles se reduziu gradativamente e se resumia ao acréscimo de novas notícias por edição e a atenção e o enfoque dado a cada notícia. Portanto, não havia elementos que justificassem a permanência dos três diários. Mais tarde, em 1962, as três edições diárias da “Folha de S.Paulo” foram reduzidas a uma matutina e outra vespertina<sup>62</sup>.

Ao adquirir a empresa, José Nabantino dá início a um processo de reestruturação e modernização para adequá-la dentro de uma racionalidade capitalista. Para isso, procurou reduzir o grau de improvisação que caracterizava a indústria jornalística e abandonou a perspectiva do jornal como porta-voz de interesses de classes e seu comportamento como partido. Além disso, enquadrou a linha editorial numa carta de princípios liberais, norteadas pelas noções de “neutralidade política”, de defesa do “interesse público”, de “objetividade”, de “opinião desapassionada” e de defesa do “pluralismo democrático”.

As mudanças no padrão de qualidade, inauguradas por Nabantino na década de 50, correspondem ao momento em que o

modelo norte-americano se implantou no jornalismo nacional, provocando

---

<sup>61</sup> “Em 1924, Olival Costa, então proprietário do jornal, havia lançado um diário com este título, que teve vida muito breve. O lançamento não passou de uma estratégia para driblar a censura. A *Folha da Noite*, censurada pelo governo, passou durante alguns meses a ser publicada com o nome de *Folha da Tarde*”. TASCHNER, op.cit., p. 73

<sup>62</sup> Ibidem, p.73.

não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era jornalismo e qual era sua função social<sup>63</sup>.

Este momento corresponde à fase de transição de um jornalismo político-literário para o jornalismo informativo. Pois, com estes novos padrões de qualidade importada do jornalismo americano, a atividade jornalística passa a ser pensada como uma prática neutra e independente, e não mais como um espaço para comentário, experimentação e opinião. A respeito desta transição, Carla Luciana Silva considera que

padrão da suposta neutralidade passa a ser visto como moderno, e torna-se modelo para a imprensa em geral, buscando-se constituir como grande imprensa e empregadora de jornalistas profissionais, mas isso acaba abrindo campo para atuação partidária. Ao mesmo tempo, essas mudanças tornam as empresas jornalísticas progressivamente dependentes do capital externo. /.../ Isso implicou em criar aparência de objetividade e neutralidade, partindo da desvinculação direta com a sociedade política, mas ficando livre para agir partidariamente no sentido de classe, embora os jornais busquem sempre ocultar essa face<sup>64</sup>.

Ou seja, a carta de princípios liberais, na qual a *Folha de S.Paulo* deveria se enquadrar durante a gestão de Nabantino, foi apenas um recurso para camuflar seus vínculos políticos e sociais, suas relações com o capital externo e com seus interesses de classe. Vejamos, agora, como foi a atividade prática do jornal.

Dentre as características que o jornal adquire a partir deste período, os historiadores Mota e Capelato ressaltam seu antagonismo ao populismo e ao comunismo, assim como os objetivos de sua aproximação com a União Democrática Nacional (UDN). Segundo eles, o anti-populismo do jornal condenava a relação personalista entre o governante e a sociedade, que passava ao largo das

---

<sup>63</sup> RIBEIRO apud Silva, Carla Luciana. "Imprensa e ditadura militar". In Revista *História e luta de classes*. Rio de Janeiro: Associação para o desenvolvimento da imprensa alternativa. Abril de 2005, ano 1, nº1, p.44.

<sup>64</sup> SILVA, op.cit.,p.44.

instituições. Negava papel político relevante para as classes populares – “facilmente manobradas pelos governantes populistas” – por serem incultas e despreparadas para ação política, devendo-se os assuntos políticos serem restritos ao universo das elites intelectuais. A elas atribuía o papel de condutoras da política e formadora da consciência nacional. Considerando-se parte desta elite, outorgava a si a missão de contribuir para a formação da massa inculta e da opinião pública<sup>65</sup>.

Como forma de combater este “populismo”<sup>66</sup>, os autores ressaltam a defesa do jornal na adoção de um sistema bipartidário e, para tanto, destacam suas assertivas de que os 14 partidos brasileiros, “ao invés de cooperarem para a consolidação da democracia, estão só aumentando a confusão política e dando pretexto para os que querem destruir o regime”<sup>67</sup>. Sob o bipartidarismo, os setores conservadores poderiam se aglutinar dentro de uma única sigla, fortalecendo a oposição ao populismo. Com os campos políticos mais bem definidos, os eleitores poderiam guiar-se por tendências e programas, e não mais por simpatias pessoais. Outra estratégia para vencer o populismo seria conseguir que os partidos conservadores tivessem maior penetração nos setores da população, ou seja, aqueles que lhes davam mais sustentação. Praticando um populismo com o sinal trocado, deveriam os setores conservadores, como a UDN, usar as mesmas armas do populismo para se chegar às massas, porém sem o seu conteúdo político.

Assim, segundo Mota e Capelato, poder-se-ia neutralizar os partidos populistas, na medida em que aceitassem as camadas populares no universo político e atendessem suas reivindicações, garantindo a elas cidadania e participação política. Os autores ainda ressaltam que, para este periódico, tão nocivo quanto o populismo era o comunismo e, neste sentido, defendia a idéia de que o desenvolvimento econômico e social funcionava como fator de segurança contra o “perigo vermelho”. Pois as populações dos países pouco desenvolvidos estavam mais expostas às influências do comunismo e às lutas de classes poderiam ser facilmente aguçadas. Portanto, na conclusão dos autores, o jornal passou a

---

<sup>65</sup> MOTA e CAPELATO, op.cit.,p.151.

<sup>66</sup> Termo usado inicialmente para designar governos cuja representatividade se baseia na cooptação ou aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo, particularmente operários na década de 30 a 50 e é a este sentido que a Folha de S. Paulo se refere. Mais recentemente este termo tem sido associado a governos que não aplicam as políticas de ajuste fiscal preconizados pelas prédicas neoliberais

<sup>67</sup> MOTA e CAPELATO, op.cit.,p.155.

defender o desenvolvimento do capitalismo como fator para promoção do bem-estar social e de melhoria das condições de vida, como maneira de neutralizar a ideologia que ameaçava o país.

Dessa maneira, as formas de combate ao populismo e ao comunismo não poderiam jamais esquecer das reivindicações populares, que levavam os trabalhadores a aderirem ao radicalismo. Além disso, a ordem e a paz social também seriam asseguradas pelo aparato legal e coercitivo do Estado sobre a classe trabalhadora, amortecendo os conflitos entre capital e trabalho.

Os autores destacam ainda que este anticomunismo e anti-populismo aproximavam a *Folha* da UDN, partido pelo qual nutria certa simpatia e afinidade. Conforme eles, a *Folha* considerava que a UDN tinha como “missão histórica representar, por determinação do eleitorado, como por origem e vocação, a vigilância indispensável à ordem democrática, sem a qual tenderíamos para o império do arbítrio, que é a ditadura”<sup>68</sup>. Outras afinidades são identificadas pelos autores entre a UDN e a *Folha*, com algumas poucas diferenças, já que

Ambos se caracterizam pelo moralismo, pelo temor ao comunismo, pela crença na presciência das elites, pela ênfase no formalismo da lei, por uma postura antiestatista e favorável ao capital estrangeiro, por uma prática política antigetulista e antipopulista. No entanto, em alguns pontos, a ‘*Folha*’ se diferenciava da UDN. Enquanto esse partido assumiu sempre a posição de recusa de participação política das classes populares, a ‘*Folha*’, acompanhando a evolução do capitalismo e das lutas sociais e demonstrando uma visão mais realista da política brasileira, apontava para a necessidade de não se ignorar a presença das classes populares, dando atendimento a umas tantas reivindicações como forma de se evitar os conflitos<sup>69</sup>.

Outro traço de distinção entre ambos, ainda segundo os autores, é o de que a *Folha* se manteve legalista e anti-golpista, como no caso da tentativa de impedimento de posse de Juscelino Kubitscheck. Assim, a luta contra o populismo

---

<sup>68</sup> Ibidem, p.162.

se manteve dentro dos limites da legalidade democrática.

Abandonando o antigo anti-industrialismo da fase anterior, o jornal passa a admitir a importância do desenvolvimento industrial para o país. A respeito do desenvolvimento econômico industrial, defende maior participação do capital estrangeiro – aspecto imprescindível para o país – e se coloca contrário ao intervencionismo estatal. Assegurar a estabilidade social e econômica era garantia fundamental para atração do capital estrangeiro, essencialmente para o Brasil, já que poderia significar parceiros estratégicos com vantagens através da cooperação econômica.

O período que vai de 1962 a 1981 marca o que consideramos a quarta fase deste jornal, pois ele vai atuar em um contexto no qual se aprofunda o acirramento das lutas de classe, em torno do projeto político econômico de desenvolvimento nacional<sup>70</sup>, que a classe dominante respondeu com o Golpe Militar de 1964, objetivado a controlar os trabalhadores e garantir o projeto empresarial da burguesia<sup>71</sup>. A partir daí, o que se viu foi um modelo de desenvolvimento fundado na concentração acelerada da renda e no endividamento externo, que promoveram a “compressão salarial, a eliminação dos subsídios aos produtos de primeira necessidade e elevação das tarifas de serviços públicos, como a água, energia e transportes, e de preços de bens tabelados, como aluguéis e gêneros de primeira necessidade”<sup>72</sup>.

Tais medidas penalizavam duramente a classe trabalhadora. Dessa maneira, a violência e coerção se tornam métodos para assegurar a disciplina do trabalho e, conseqüentemente, a paz social, sufocando o antagonismo com o capital. Estas são as bases para o “milagre econômico” da ditadura. O esgotamento do modelo de acumulação capitalista começa a provocar fissuras no bloco de poder que estava à frente do Estado, a partir de 1973, perdendo suas bases de apoio. No final da década de 70, os movimentos das massas trabalhadoras, fustigadas pela repressão do regime e o arrocho salarial, principalmente no Grande ABC. Junto com elas,

---

<sup>69</sup> Ibidem, loc.cit.

<sup>70</sup> Ricardo Bielschowsky em seu livro *Pensamento Econômico Brasileiro* fala em três vertentes distintas de projetos econômicos para o Brasil, que lutavam pela hegemonia durante o período de 1930-1964: o desenvolvimentismo, o neoliberalismo e a corrente socialista.

<sup>71</sup> Ver autores como Ianni, Chasin, Fiorin, Fernandes, Dreifuss, Bandeira, Toledo, entre outros.

<sup>72</sup> FIORIN, 1988, p.83

outros grupos da sociedade civil. Era o início do fim da ditadura, com o processo de “distensão controlada” pelo governo militar.

Todas estas mudanças ocorrerão durante a quarta fase do jornal, quando em agosto de 1962, o jornal se encerra, já que a empresa atuava no vermelho desde 1961. A venda, do grupo *Folhas*, foi feita à Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, empresários e investidores em diversos negócios. Frias de Oliveira provinha do setor financeiro e era um dos maiores granjeiros do país, enquanto que Caldeira Filho tinha origens na construção civil. Ambos possuíam ainda investimentos também na área rodoviária<sup>73</sup>.

Sob a sua direção, a empresa saiu do vermelho e, entre os anos de 1963 e 1965, o patrimônio líquido do grupo cresceu quase vinte vezes, como aponta Dias, afirmando que “em 1965 seu patrimônio dobra e no ano seguinte obtém acréscimo de 50%”<sup>74</sup>. Foi durante esta fase de forte crescimento do patrimônio líquido que o grupo adquiriu os jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*, em outros negócios na área gráfica, como é o caso da Companhia Litographica Ypiranga. Em 1968, assumiu o controle da Fundação Cásper Libero.

No entanto, este crescimento líquido foi acompanhado pelo endividamento, o que acabou por provocar a aproximação do grupo *Folha* com o governo militar, voltando somente a ficar livre das dívidas por volta de 1975. Como deixa claro em entrevista, Boris Casoy, editor-chefe da *Folha* em 1981, ao se referir à falta de independência política do periódico preso à ditadura por compromissos financeiros. Segundo Boris, “a *Folha* foi atrelada, até um determinado momento, por razões econômico-financeiras, de pagar as suas dívidas. Então ela se atrelou ao governo”<sup>75</sup>.

A partir de 1966, a *Folha de S.Paulo* aprofundou o processo de modernização tecnológica. Para isso, foram fundamentais os incentivos do governo militar – através do programa GEIPAG (Grupo Executivo da Indústria do Papel e Artes Gráficas) – para importação de papel de equipamentos gráficos e captação de recursos externos. O programa tinha como meta disciplinar e estimular o desenvolvimento do setor. Entre 1966 e 1970, ajudou a dobrar a capacidade instalada das indústrias, beneficiando fundamentalmente os grandes grupos. As empresas de jornal, rádio e TV se beneficiaram também da venda de espaços

---

<sup>73</sup> CONTI apud Silva, op.cit,p.48.

<sup>74</sup> DIAS, op.cit.,p.95.

publicitários para o governo.

A adesão dos meios de comunicação ao golpe militar e o silêncio durante a ditadura diante da violência praticada pelo sistema, do arrocho salarial, do profundo aumento da desigualdade social, do ataque às liberdades democráticas, igualmente se conseguiu ao se cooptar financeiramente os meios de comunicação, além do emprego da censura. Sem se esquecer, ainda, de seus interesses enquanto classe

e empresas capitalistas, que a colocou a favor do golpe contra a organização e reivindicações da classe trabalhadora dos anos 60.

Em 1967, é introduzido o sistema de impressão *offset* e, em 1971, a fotocomposição, substituída depois (em meados dos anos 70) pelo processo de composição informatizada. Tais processos reduziram o domínio dos gráficos no processo de composição do jornal, restringindo também a interferência do trabalho na produção. A logística de distribuição também sofreu modificações nos anos 70, pois, com as linhas férreas construídas na época de Nabantino e, conseqüentemente, com a otimização da malha rodoviária e o surgimento de novas rotas, o jornal foi favorecido na distribuição de sua mercadoria. A empresa adquiriu uma frota de veículos, posteriormente vendida aos distribuidores, que passaram a ganhar uma porcentagem sobre as vendas do jornal.

Taschner nos informa que o processo de modernização se realizou, ademais, com a centralização das operações nas redações, principalmente com a criação, em 1967, da Agência Folha. Em suas palavras,

A centralização da produção da mensagem pode reduzir substancialmente os custos de pessoal, e até o volume de instalações físicas, veículos e outros materiais de trabalho. Além disso, a agência foi utilizada pela empresa para centralizar a auto-censura dos jornais. Assim, a maior parte dos jornalistas não chegava nem mesmo a tomar conhecimento de certos assuntos, pois as notícias eram cortadas antes de chegarem às redações<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> TASCHNER, op.cit.,p.117.

<sup>76</sup> Ibidem, p.161-162.

Porém, como agiu politicamente o jornal durante esta quarta fase? Que envolvimento teve com o golpe militar e a ditadura?

Pelas análises feitas por Mota e Capelato, sua participação foi muito pontual. Os autores, que analisam o ideário e a prática social do jornal, perdem o vigor e o rigor críticos utilizados nos estudos das fases anteriores. Nesta, o periódico, que fora anteriormente considerado liberal-conservador, “defensor da Ordem”, ligado aos interesses da “classe dominante”, é classificado como liberal-democrático. Dessa forma, os autores não fazem, em nenhum momento, referência à defesa que a *Folha* faz do golpe militar. O grupo *Folhas* já estava comprometido politicamente com articuladores do golpe militar por meio do IPES, como demonstra Dreifuss<sup>77</sup>. E, posteriormente, atrelados por compromissos financeiros como disse Boris Casoy. Questões que Mota e Capelato não faz qualquer menção.

Pelo contrário, os autores praticamente ignoram o envolvimento e participação nos acontecimentos de 1964. Nesse sentido, o trabalho que realizam sobre os editoriais da *Folha*, como fontes documentais, perde força, já que, em relação ao período que vai de 1963 a 1974, Mota e Capelato **apreciam apenas um editorial**, revelando um silêncio absoluto sobre o que o jornal escreveu no momento de maior de efervescência social, entre 1963 e 1964, onde se pode ter a dimensão de seu compromisso com os militares. Com isso queremos dizer, que as relações entre o golpe militar e *Folha*, poderiam ser facilmente identificadas, mesmo ignorando sua participação no IPES e os recursos financeiros recebidos do governo militar. Isso, por que a própria análise do corpo documental composto pelos editoriais deixariam transparecer. Porém, ao se perder, propositalmente, a visão de conjunto destes documentos vai-se com ela, também, o rigor científico dos autores. Que apoiado em apenas um único editorial não identifica compromissos do jornal com o golpe militar. Ao mesmo tempo, dão um salto histórico para a década de 1970, para mostrar a posição e participação do jornal no processo de “abertura”. É exatamente neste período entre 1963-1964, ignorado por Mota e Capelato, que centramos nossa pesquisa, discutida a partir do próximo capítulo, onde nossas conclusões estão em evidente oposição as de Mota e Capelato.

O único editorial analisado pelos autores está relacionado à afirmação do



jornal em professar princípios liberais-democráticos desvinculados de quaisquer compromissos políticos e econômicos. O editorial publicado curiosamente em 31/03/1964, dia do golpe militar, tem a nítida pretensão de se desvincular dos arquitetos do golpe e afirmar suas posições democrático-liberais e seu compromisso com o leitor, negando quaisquer compromissos com grupos econômicos ou políticos. O texto é aqui reproduzido parcialmente

O jornal livre só tem duas fontes de renda: a venda, e os anúncios/.../ A resposta está na filosofia do jornal, que se mantém desde o seu início alheio a grupos e partidos, sem radicalização de espécie alguma. Procurou situar-se dentro de uma carta de princípios liberal e democrática, porém sem faccionismo de qualquer espécie. Possui uma página de editoriais que marcam o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incutir em suas páginas artigos de outros comentaristas, que defendem pontos de vistas diversos... Dando ao leitor a possibilidade de encontrar opiniões diversas... Não aceita a Folha, é claro, a pregação subversiva nem o comentário que isto equivalha, isto é, o comentário que negue a democracia e procure de algum modo destruir os princípios pelos quais se torna possível a todo cidadão a liberdade de opinião e de crítica. Apoiada na confiança do povo e na compreensão de seus anunciantes pode-a manter-se desvinculada de compromisso políticos econômicos ou quaisquer outros. /.../ 1963 foi o ano em que mais gente passou a comprar e ler a Folha. Os esforços do jornal no sentido de conservar-se sempre imparcial e equilibrado foram bem compreendidos pelo público leitor... Cabeça no lugar, trabalho consciencioso e defesa dos legítimos interesses da pátria pontuam as normas de trabalho da Folha<sup>78</sup>.

Os autores, Mota e Capelato, não exploram as contradições entre o discurso “liberal-democrático” e sua prática social golpista. Pelo contrário, procuram demonstrar que, diante da agitação política que o país viveu entre 62 e 64, o jornal “procurava atuar com extrema imparcialidade – perspectiva liberal tradicional –

---

<sup>77</sup> Dreifuss cita o relacionamento privilegiado do IPES com os mais importantes meios de comunicação na campanha ideológica a favor do golpe. Lembra também que Octavio Frias era associado do instituto. DREIFUSS, 1981, p. 233.

<sup>78</sup> “Missão da imprensa e informar e formar a opinião, Folha de S.Paulo, 31/03/64.

abrigando e ouvindo as opiniões contrárias, mas evitando se posicionar claramente”<sup>79</sup>. Analisando o editorial acima, afirmam que

A posição da Folha a 31 de março não deixava margem a dúvidas: ela se auto-definia como ‘liberal e democrática’ /.../. Em artigo publicado sob o título ‘Missão da Imprensa é informar’ opinião pública, assentavam-se alguns princípios que norteavam o periódico, naqueles tempos de grande inquietação social /.../. Em qualquer hipótese é de assinalar que o jornal oferecia ponderável contraste com os jornais mais conservadores, igualmente auto-proclamados liberais /.../. A Folha procurava o equilíbrio entre os dois pontos extremos: o populismo reformista (tipo PTB) e o liberalismo oligárquico (tipo UDN e PSD)”<sup>80</sup>.

Prosseguindo nesta análise, a adesão ao golpismo fica reduzida a um compromisso casual e circunstancial, pois “assim é que o golpe de Estado de 1964 foi bem-recebido pela ‘Folha’ /.../ cedo, porém o jornal se distanciava do apoio incondicional ao movimento de 1964”<sup>81</sup>.

O silêncio que o jornal manteve durante parte da ditadura é justificado pela existência da censura, já que, “durante certo tempo, chegaria até suspender seus editoriais em face das pressões que recebia do regime implantado pelo golpe de 1964”<sup>82</sup>. E mais, a “*Folha* sofreu bastante com a censura, porque, diversamente de outros, não possuía censores em sua redação. Nessa medida, o exercício da auto-censura era mais difícil”<sup>83</sup>.

Porém, por outro lado, os autores, ao se referirem ao processo de abertura política promovida pelos militares a partir de 1974, iniciado no governo Geisel, enfatizam a ousadia da *Folha de São Paulo* ao atuar no sentido da democratização do país, na qual “jogaria todas suas cartas”. Por isso é que dão destaque ao corpo de jornalistas que trabalhava no periódico e que teve como resultado a renovação da linha editorial, principalmente o primeiro deles: Cláudio Abramo, Paulo Francis, Alberto Dines, Perseu Abramo, Osvaldo Peralta, Mino Carta, Pimenta

---

<sup>79</sup> MOTA e CAPELATO, op.cit.,p.188.

<sup>80</sup> Ibidem, loc.cit.

<sup>81</sup> Ibidem, loc.cit.

<sup>82</sup> Ibidem, p.192.

<sup>83</sup> Ibidem, p.206.

Neves, A.Gambirasio, Luiz Alberto Bahia, Tarso de Castro, Samuel Wainer, entre outros.

Com o vento soprando noutra direção, o jornal reformula sua linha editorial e, em 1978, o Conselho Editorial indica para qual direção irá caminhar, associando-se com os novos tempos, identificação que permanece atualmente como, a partir de uma análise de conjuntura

Esboço histórico /.../. A industrialização, empreendida a partir dos excedentes econômicos da exportação cafeeira, precipitou a urbanização do País e o alargamento das camadas médias da população. Com esse alargamento, viabiliza-se a primeira experiência liberal moderna no País: o período 1945/1964. Mas as contradições internas da sociedade são tão profundas e o liberalismo é uma solução tão pobre para resolvê-las que surge o colapso de 64. Forma-se então uma coligação de forças sociais, que oferece suporte político para a alta burocracia estatal (especialmente o oficialato) que opere o Estado a partir de uma proposta desenvolvimentista, antiliberal e anti-distributiva. /.../ 3-avaliação do momento: Acreditamos que o regime político autoritário vem-se tornando obsoleto à medida em que não mais atende os interesses de setores importantes da população. /.../ Como a sociedade civil brasileira é muito bem organizada de um certo nível para cima /.../. A partir de então, estimulados pela ação da imprensa que informa e opina com maior liberdade, setores da sociedade passam a discutir e participar de política /.../. E, nesse ano, o próprio setor avançado das camadas subalternas da sociedade começa a se mobilizar (greves em São Paulo e ABC)<sup>84</sup>.

O que se depreende da análise encampada pelos autores é que o livro ajuda na produção da memória sobre participação da *Folha de São Paulo* no golpe militar e no período de redemocratização, apresentando o jornal como democrático e progressista. Porém, esta memória não corresponde ao ideário e a prática social do diário no período do golpe militar. Ambos, ideologia e prática social, indissociáveis, são temas deste estudo, e apresentamos nos capítulos a seguir.

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 241-242

## **CAPITULO II : EM NOME DA ESTABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA**

Neste capítulo, demonstra-se o compromisso do jornal com o bloco de poder que aplicou o golpe, conferindo a ele legitimidade. Deste modo, contrapomo-nos à construção histórica produzida pelo jornal, segundo a qual ele teve apenas uma participação pontual porque, o próprio jornal, pouco depois do golpe, teria se “desvinculado” dos civis e militares envolvidos no processo de desestabilização do governo e no golpe de 1964, para participar ativamente, nos anos 70, do processo de abertura democrática.

Também nos contrapomos às suas declarações de neutralidade ante às circunstâncias tão conturbadas que caracterizaram o período que antecederam aos *anos de chumbo*, como a que se enuncia no editorial publicado um dia antes do golpe militar, isto é, em 31 de março de 1964, quando esclarece sua função social e sua posição diante do governo Goulart e dos acontecimentos da época, ressaltando que era um jornal não vinculado a grupos de interesses políticos e/ou econômicos de qualquer espécie, pois

O jornal livre só tem duas fontes de renda: a venda e os anúncios... A resposta está na filosofia do jornal, que se mantém desde o seu início alheio

a grupos e partidos, sem radicalização de espécie alguma. Procurou situar-se dentro de uma carta de princípios liberal e democrática, porém sem faccionismo de qualquer espécie. Possui uma página de editoriais que marcam o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incutir em suas páginas artigos de outros comentaristas, que defendem pontos de vistas diversos... Dando ao leitor a possibilidade de encontrar opiniões diversas... Não aceita a Folha, é claro, a pregação subversiva nem o comentário que isto equivalha, isto é, o comentário que negue a democracia e procure de algum modo destruir os princípios pelos quais se torna possível a todo cidadão a liberdade de opinião e de crítica. Apoiada na confiança do povo e na compreensão de seus anunciantes, pode manter-se desvinculada de compromissos políticos econômicos ou quaisquer outros. (...) 1963 foi o ano em que mais gente passou a comprar e ler a Folha. Os esforços do jornal no sentido de conservar-se sempre imparcial e equilibrado foram bem compreendidos pelo público leitor... Cabeça no lugar, trabalho consciencioso e defesa dos legítimos interesses da pátria pontuam as normas de trabalho da Folha.<sup>85</sup>

Os anos do governo Goulart foram períodos bastante conturbados, em razão do acirramento das lutas sociais, em torno das reformas de base e do aumento da participação popular na política, acompanhados por uma forte crise econômica que comprometia o desempenho econômico do país. A economia já não impetrava os mesmos níveis de crescimento da década anterior; a taxa de lucro das empresas se apresentava em queda; a inflação só aumentava, encarecendo os custos de reprodução da mão-de-obra e reduzindo o poder de compra dos salários; ocasião, também, em que venciam os pagamentos da dívida externa, que crescera bastante nos anos Kubitschek, tendo efeito sobre a balança de pagamento.

Simultaneamente a este cenário, nos “porões” do IPES/IBAD e da ESG, – ante as pressões internacionais dos que se sentiam ameaçados com um não pagamento da dívida externa, ante ao receio da “cubanização” da América latina em decorrência da revolução desencadeada naquele país, ante ao aumento das mobilizações de diferentes segmentos sociais pressionados pelo processo inflacionário e ainda reagindo à permanência de leis excludentes à livre associação das organizações partidárias –, os setores conservadores se articulavam desde os

---

<sup>85</sup> “Missão da imprensa e informar e formar a opinião, Folha de S.Paulo, 31/03/64

fins da década de 50 para colocar os trabalhadores fora do processo político, bloquear o processo de ascensão política popular, destruir as conquistas “democráticas” e elevar a taxa de exploração para garantir a acumulação capitalista como dantes.

A necessidade deste jornal ao se colocar neutro em relação às disputas entre os diferentes segmentos sociais e, em particular, no interior dos segmentos burgueses não era de todo sem razão, porque desde a década de 30 estes conflitos marcaram o cenário nacional e explicitam as duas características básicas da formação social brasileira, ou seja, uma burguesia cuja fragilidade se evidencia em suas contendas internas e nos acordos que permanentemente faz com as antigas

oligarquias, enquanto tenta sistematicamente alijar do processo decisório das políticas nacionais os trabalhadores e demais segmentos sociais.

O final da década de 1920, com a crise de 1929 e a “revolução de 1930”, veio a significar uma ruptura com o período, iniciado em 1889, que Carone classificou de *era das oligarquias*, momento “em que a classe agrária atingiu o ápice de seu poder, expresso pelo total domínio econômico, social e político”<sup>86</sup>.

Porém, o crack em outubro de 1929, que levou a atividade agrícola a um progressivo declino, não provocou o fim da hegemonia política dos latifundiários, mesmo que no plano econômico o país tenha marchado para um novo padrão de acumulação de preeminência urbano-industrial, em detrimento do setor agro-exportador.

Pelo contrário, tais transformações revelaram a capacidade dos fazendeiros de se adaptarem aos novos tempos, continuando a dominar o sistema político, abrindo espaço para a participação de outras frações de classe, por meio de um novo pacto de poder.

Isto ocorreu porque nenhum grupo foi capaz de ocupar sozinho o vácuo de poder deixado pela oligarquia, antepondo-se a ela e tornando-se a dono exclusivo do poder. O novo pacto se urdiu com a participação da burguesia, os latifundiários e os grandes comerciantes. Assim, mesmo com a decadência do sistema oligárquico

---

<sup>86</sup> CARONE, Edgard. *A república liberal: instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985, p.133.

e o fortalecimento econômico da burguesia industrial, esta não foi capaz de assumir hegemonicamente o poder político, neste hiato, dessa maneira, não pôde “defender por conta própria os seus interesses junto ao governo ou face aos partidos políticos representativos da classe oligárquica, das classes médias e da própria classe operária”<sup>87</sup>.

Com isso, diferentemente dos países de via clássica, não houve uma revolução burguesa que provocasse mudanças no modo de produção social, sem sequer alterar as relações de poder político e econômico entre as classes rurais e a burguesia industrial. Como nos explica Oliveira, na via clássica de entificação do capital se fez necessário à revolução, porque

no modelo europeu, a hegemonia das classes proprietárias rurais é total e paralisa qualquer desenvolvimento das forças produtivas, pelo fato mesmo de que economias ‘clássicas’ não entravam em nenhum sistema que lhes fornecesse os bens de capital de que necessitavam para sua expansão: ou elas produziram tais bens de capital ou não haveria expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias. A ruptura tem que se dar, em todos os níveis e em todos os planos. Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora<sup>88</sup>.

Assim, em termos econômicos, nas palavras de Oliveira, a agricultura e a industrial firmam uma “integração dialética”, que assegura a manutenção do pacto político. Deste modo, a agricultura terminou por adquirir um novo papel em uma economia industrial incipiente, pois deixou de ocupar a centralidade no sistema econômico<sup>89</sup>. Como unidade de produção para exportação, ela passou a “suprir as

---

<sup>87</sup> Ibidem, p.142.

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista / O ornitorrinco . São Paulo: Boitempo, 2003, p.63-64.

<sup>89</sup> “A crise do domínio oligárquico permitiu que pressões cada vez maiores fossem exercidas pela fração industrial, apoiada por outros grupos sociais, principalmente pelas classes médias. A fração industrial formou um bloco burguês que lutou por redefinir as relações de poder dentro do Estado brasileiro, tarefa esta que foi facilitada por pressões sofridas pela economia oligárquica em consequência da crise capitalista de 1929. A burguesia emergente, porém, não destruiu, nem política nem economicamente, as antigas classes agrárias dominantes para impor sua presença no Estado;

necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo”<sup>90</sup>.

A necessidade de mantê-la ativa (a integração dialética) está associada ao papel do setor agrícola no desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. Pois, o setor agrícola, além, de cumprir o papel de criar de divisas para importação de bens de produção para a indústria, garantia a acumulação capitalista na cidade. Primeiro, incrementando o exército industrial de reserva, por meio do êxodo rural que achatava os salários. E segundo, porque os preços dos produtos agrícolas tinham reflexos diretos sobre os custos de reprodução da mão-de-obra e das matérias-primas para a indústria.

Com poucas mudanças, esta estrutura de poder entre as classes dominantes se manteve até 1950, quando a capacidade dos setores agrícolas de gerar divisas para importação de bens de produção diminuiu, havendo reflexos sobre o dinamismo do processo de industrialização e que, juntamente com a agudização das lutas políticas com a classe trabalhadora, fragilizaram as relações dentro do bloco de poder. Conforme Marini

assiste-se, nesse período, à deterioração das condições em que se baseavam essas regras, o que se deve /.../ ao crescimento constante do setor industrial, /.../ às dificuldades, que aparecendo primeiro no setor externo, fizeram com que a complementaridade até então existente entre o desenvolvimento industrial e as atividades agro-exportadoras se convertessem numa verdadeira oposição <sup>91</sup>.

Para sanar esta debilidade econômica que enfraqueceu o surto industrial, o governo Vargas (1951-1954) promoveu reformas cambiais com o objetivo de incrementar as exportações e diminuir as importações brasileiras, medidas que equilibraram provisoriamente as contas externas do país. Ao mesmo tempo, o

---

pelo contrário, aceitou em grande parte os valores tradicionais da elite rural./.../ O importante é que a burguesia industrial conseguiu identidade política face ao bloco oligárquico e, ao mesmo tempo, estabeleceu um novo ‘compromisso de classe’ no poder com os interesses agrários, particularmente com os setores agro-exportadores”. Dreifuss, 1981, p. 21-22.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, op.cit.,p.42.



Estado reduziu o volume de capital empregado na compra de café dos agricultores, que fora disposto com o intento de evitar a queda acentuada do preço do café no mercado internacional e, conseqüentemente, a taxa de lucro dos cafeicultores.

As medidas não provocaram o efeito desejado, pelo contrário, dificultaram as importações de equipamentos e reduziram as divisas criadas pelo setor agrário. No governo Café Filho, o ministro da fazenda, Gudín, “abertamente favorável a mais estreita colaboração com o capital estrangeiro”<sup>92</sup>, abriu as portas para o capital, por meio da Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Com as dificuldades da agricultura em gerar divisas para importação de bens de produção, aumentaram os investimentos estrangeiros no país e também a dependência externa, enquanto Kubitschek prosseguiu com esta política<sup>93</sup>. A Instrução concedia vantagens ao capital estrangeiro, possibilitando a importação de máquinas e equipamentos obsoletos, “valorizados como novos fossem, sem cobertura cambial /.../ ao tempo que negava o mesmo direito às firmas brasileiras”<sup>94</sup>. Seu efeito foi à desnacionalização do setor de bens de produção, vital para a reprodução capitalista, incentivando a transferência do controle acionário de empresas nacionais às multinacionais.

Assim, segundo Bandeira, o Brasil se acomodou às conveniências do capitalismo internacional, o que lhe valeu certa estabilidade política. Porém, ao fim do período, o país mergulhava em crise, devido aos conflitos sociais e ao grande déficit no balanço de pagamentos, que quase dobrou no período Kubitschek, reflexo das remessas de lucros, juros e dividendos praticados pelas empresas, com o respaldo da lei. Agravado pela prática ilegal do sub e superfaturamento das empresas, debilita-se a economia e reduz-se a capacidade de importação e de reinvestimentos.

O setor agro-exportador, em crise, permaneceu politicamente importante, porque os “lucros obtidos pelas empresas imperialistas no Brasil só podem ser liquidados /.../ com os saldos de nosso comércio exterior”<sup>95</sup>. Assim, com a entrada

---

<sup>91</sup> MARINI, Ruy Mauro. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*. Petrópolis-RJ, Buenos Aires: Vozes/CLACSO.2000, p.13.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p.18.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p.19.

<sup>94</sup> BANDEIRA, Moniz. *O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.18

<sup>95</sup> MARINI, op.cit., p.21.

de capital externo, os atritos de interesse entre o setor industrial e o agro-exportador diminuiriam, no tocante à balança de pagamentos, mas a estrutura agrária do país se converteu em um novo ponto de conflito.

A nossa intocada estrutura agrária permitia a transferência de renda da cidade para o campo, através da mecânica de preços. Os preços dos produtos agrícolas para o mercado interno cresciam mais que os dos produtos urbanos, em decorrência da baixa produtividade que mantinha a oferta de bens agrícola, aquém das necessidades materiais da população. A mesma estrutura agrária também mantinha os camponeses numa situação permanente de subemprego e miséria, tornando-se, com isso, um “obstáculo à ampliação do mercado interno para os produtos industriais”<sup>96</sup>.

Em 1960, com o declínio da entrada de capitais estrangeiros e o aumento da remessa de lucros das empresas como retorno aos investimentos, a balança de pagamentos foi afetada. Deste modo, a

expansão industrial brasileira será contida de duas maneiras: do exterior – pela crise da balança de pagamentos, que não deixa alternativa senão a desvalorização da moeda, dificultando ainda mais as importações essenciais – ou conter a exportação de lucros e ampliar o mercado internacional para os produtos brasileiros; e do interior, pelo esgotamento do mercado para os produtos industriais, que só pode ampliar-se através da reforma da estrutura agrária<sup>97</sup>.

A fim de suplantar a crise, os grupos mais progressistas, no início dos anos 60, defendiam, como solução, a reforma agrária e a limitação da remessa de lucro, assim como a ampliação do comércio com a América Latina, África e os países socialistas. Por sua vez, o bloco ligado ao capital estrangeiro defendia a liberação do câmbio, restrição ao crédito e compressão dos salários.

Paralelamente ao desenrolar desta conjuntura, desde 1955, as lutas no campo vinham se tornando mais agudas, aumentando ainda mais os combates pela reforma agrária, como reflexo da concentração fundiária, da mecanização da lavoura, da utilização de insumos agrícola, o que alimentava o êxodo rural e o

---

<sup>96</sup> Ibidem, p.24.

<sup>97</sup> Ibidem, loc.cit.

desemprego no campo.

A questão agrária já entrara na pauta ao tempo de Kubitschek, ao se organizarem, em Pernambuco, as Ligas Camponesas. O desemprego e a fome eram companheiras inseparáveis dos trabalhadores do campo e dos pequenos posseiros, que realizaram inúmeras invasões de terra. Reformar a propriedade era mecanismo necessário para ampliar o mercado interno. Porém, com um Congresso que era um reduto do conservadorismo rural, ficava impossibilitada qualquer solução que não obedecesse ao artigo 141 da Constituição, que condicionava a transformação da propriedade a uma justa indenização em dinheiro antecipada, tornando a propriedade intocável. A burguesia brasileira, como vimos, estava umbilicalmente ligada ao latifúndio de onde se originava parte do seu capital e, assim, também impediria qualquer alteração na propriedade.

Na cidade, o êxodo do campo provocava o estacionamento dos salários pelo excedente de mão-de-obra, o que, somado ao aumento do valor dos produtos agrários e à inflação, ajudou a desestabilizar a relação entre os preços e os salários. Neste mesmo período, que vai de 1930 a 1964, observa-se um processo de amadurecimento político do proletariado, aumentando seu poder de pressão e sua autonomia diante do Estado, principalmente após 1950. Estado de herança varguista, que procurava submeter os sindicatos ao seu controle. O fortalecimento do movimento operário foi resultado direto do crescimento industrial, que transformou um país agrário atrasado, no início do século XX, em um industrial relativamente desenvolvido, nos anos 60<sup>98</sup>, mas cujo desenvolvimento mantém as características de uma atrofia, um atraso e uma subordinação atávicos.

A incorporação de novas tecnologias acelerou o processo de concentração de renda ao elevar a taxa de exploração da força de trabalho e os excedentes de acumulação. Entre 1944 e 1968, houve forte deteriorização dos salários – perdas que não foram maiores por conta da força política dos trabalhadores –, processo

---

<sup>98</sup> Segundo Koval, em 1960 o peso da atividade industrial no produto social bruto do Brasil se aproximando da participação da agricultura (26% contra 28%). Atualmente, o Brasil ocupa o primeiro lugar na América Latina em volume de produção de ferro, aço, laminados, cimento e energia elétrica. Cabe ao Brasil mais de 34% de toda produção de energia elétrica dos países (30 bilhões de quilowatts-hora por ano”. Koval, Boris. *História do Proletariado Brasileiro 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 405.

que se deu simultaneamente ao aumento da produtividade do trabalho<sup>99</sup>. Conforme Koval, “a parcela do salário dos operários na renda bruta da indústria de transformação do Brasil em 1919 era de 34,7%; em 1939, de 29,7%; em 1959, de 22,6%; em 1959, de 18,5%, isto é, reduziu-se quase à metade”<sup>100</sup>.

Apesar desta realidade, os sindicatos não restringiram sua atuação ao campo econômico-corporativo, mas se converteu numa força que pretendia participar dos rumos da vida política nacional, ampliando seu leque de reivindicação. Exemplo disso foram as teses defendidas pela delegação carioca, no IV Encontro Sindical Nacional, em 1962, que explicita a necessidade de

revisão dos níveis de salário mínimo; luta contra a inflação e a carestia; reforma urbana com única solução para o problema da casa própria; reforma bancária com a nacionalização dos depósitos; reforma eleitoral: voto aos soldados, cabos, analfabetos e instituição da cédula única; reforma universitária; repúdio à política financeira do FMI, aprovação da lei que assegura o direito de greve; encampação das empresas estrangeiras que exploram o serviço público; controle da inversão de capitais estrangeiros no país; limitação da remessa de lucros; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; fortalecimento da Petrobrás; cumprimento da que institui o 13º salário<sup>101</sup>.

O número de greves se multiplicou, envolvendo uma quantidade maior de trabalhadores de diferentes categorias organizadas em novos sindicatos, federações e confederações que indicavam o grau de articulação e o aprofundamento de consciência da classe trabalhadora. Diante desta realidade, o movimento operário

---

<sup>99</sup> “Segundo dados do IBGE, a produtividade do trabalho na indústria em uma série de anos aumentou em 17%, enquanto que o salário real aumentou apenas em 4,5%. Em 1959 a situação foi ainda mais contraditória: o salário real reduziu-se em 2,7%, com um aumento simultâneo da produtividade do trabalho também em 2,7%”. in KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 432. Partindo das mesmas premissas que Koval, Oliveira conclui que é “ingênuo pensar, como fazem os adeptos da ‘teoria do bolo’, que os trabalhadores devem primeiro esperar que o ‘bolo’ cresça para reivindicar melhor fatia: nos 25 anos decorridos o ‘bolo’, isto é, o produto bruto, cresceu sempre, interrompido apenas pela recessão 1962-1966, enquanto a fatia dos trabalhadores decrescia”. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.80.

<sup>100</sup> KOVAL, op.cit.,p.42.

<sup>101</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil 1961-1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p.55.

passou a pressionar para reaver suas perdas. As lutas entre as classes se tornaram, assim, mais evidentes do que as de 1954, radicalizando-se as contradições entre a “burguesia industrial , setor agro-exportador e os grupos estrangeiros /.../ soma-se agora à oposição entre as classes dominantes como um todo e às massas trabalhadoras da cidade e do campo” <sup>102</sup>.

De janeiro de 1961 a abril de 1964, segundo Marini, o país presenciou três tentativas de implantar um governo que fosse capaz de conter as contradições. Tais intentos se basearam em diferentes coalizões de classe e refletiram, em última instância, na correlação real de forças da sociedade brasileira. A primeira foi com Jânio Quadros, que, livre de compromissos partidários, creditava poder a si mesmo em nome do interesse nacional, com o objetivo de arbitrar os conflitos de classes. Porém, governava sozinho e ignorava os movimentos políticos organizados, partidos, associações de classe, etc.

Jânio liberou o câmbio (Instrução 204 da SUMOC) para desafogar o setor externo e ampliar os recursos do Estado no atendimento aos compromissos da dívida; negociou a dívida externa e buscou novos mercados para os produtos nacionais, direcionados aos países socialistas, africanos e latinos. Criou, ainda, o instrumento de crédito para o pequeno e médio produtor, sendo que isso, “feria profundamente a estrutura do domínio dos latifundiários e especuladores comerciais sobre os camponeses, estrutura que se apoiava principalmente na fixação de preços à produção e no ágio”<sup>103</sup>.

Depois dele, João Goulart teve o apoio de frações da burguesia que acreditavam em sua possibilidade de contenção do movimento sindical, já que era dotado de ascendência sobre o proletariado. Uma vez no governo, pôs em vigor o Plano Trienal, que tinha a pretensão de retomar o crescimento econômico e controlar a inflação – que devorava os salários. Paralelamente ao plano, traçou um conjunto de reformas, com o intuito de reverter a queda da taxa de lucro. Em longo prazo, isso deveria ampliar os mercados interno e externo para os produtos nacionais e, em curto prazo, suprimir o movimento operário. Para complicar ainda mais a aliança, a esquerda se fragmentou em diversos grupos, proliferando-se os organismos de massa. Não tardou para a direita, organizada desde a tentativa

---

<sup>102</sup> MARINI, op.cit., p.29.

fracassada de golpe em 61, pregar o golpe como solução à crise política e econômica. Ou seja, “com a intensificação da luta de classes e a estagnação da produção, a burguesia retirava /.../ seu apoio a João Goulart e se deixava ganhar pelo pânico difundido pelos grupos reacionários”<sup>104</sup>.

A partir daí, passou a apoiar a direita, porque ela poderia realizar medidas capazes de deter a queda da taxa de lucro. Que se traduziu, durante a ditadura militar, a terceira tentativa de governo para deter a contradições que se agudizavam, em arrocho dos salários, restrição do crédito, aumento da carga tributária e repressão ao movimento político dos trabalhadores.

As classes médias, que viram seu nível de vida cair entre 196-1964, tornavam-se vulneráveis à propaganda anticomunista que alardeava sobre o perigo eminente do bolchevismo e que via nas greves e manifestações de toda ordem a confirmação do avanço comunista. Tal lógica resultou, portanto, na instauração do bonapartismo. A “indústria” do anticomunismo, que ao nosso ver, forneceu parte dos pretextos para a constituição de governos bonapartistas no Brasil, foi analisada por Motta, que explica sua utilidade nos contextos de crise política

A forma mais conhecida e, certamente, mais importante da ‘indústria’ foi à utilização do anticomunismo para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional. A alegação era que as instituições liberal-democráticas não forneceriam os meios adequados para conjurar os riscos de subversão revolucionária, tornado urgente, portanto, a adoção de medidas extraordinárias. Com algumas adaptações e modificações, este roteiro básico foi encenado no Brasil duas vezes, em 1937 e 1964, para não falar de ensaios menores, que não chegaram ao palco principal da política brasileira. Em 1964, apresentou-se um argumento adicional à tradicional crítica sobre a suposta fraqueza das instituições para combater o comunismo: a fragilidade da democracia não estaria apenas na incapacidade de prover a repressão necessária, mas na facilidade com que permitia a infiltração comunista no aparelho do Estado<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> Ibidem, p.34.

<sup>104</sup> Ibidem, 41-42.

<sup>105</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 162-163.

No desabrochar destes acontecimentos, a *Folha* se apresentou aos seus leitores como um jornal neutro, que não se posicionou diante destes conflitos e tensões, que marcaram historicamente aqueles tempos. Seus editoriais afirmam sistematicamente que se esforçava para “conservar-se sempre imparcial e equilibrado”<sup>106</sup>, já que possuía como tarefa e missão informar ao povo os verdadeiros interesses e desígnios do governo. Incumbência que, segundo ela, realizou com fidelidade e compromisso com a verdade, não importando o lado em que ela estivesse. Em conformidade com isso, “nunca se furtou em fazer críticas aos erros do governo, bem como aplaudir seus acertos”<sup>107</sup>. Em razão disso, explicita sempre ter publicado em suas colunas, durante o governo Goulart, “opiniões diametralmente opostas, que variavam das duras críticas à “defesa do governo /../ sem nenhum subterfúgio”<sup>108</sup>.

Porém, as análises destes editoriais do jornal refutam facilmente aquilo que ele empenha-se em negar: seus vínculos ideológicos com os promotores do golpe. Pois, ao mesmo tempo em que afirma manter-se “desvinculada de compromisso políticos econômicos ou quaisquer outros”<sup>109</sup>, em que assevera que “o trabalho consciencioso e a defesa dos legítimos interesses da pátria pontuam as normas de trabalho da *Folha*”<sup>110</sup>, manifesta-se favoravelmente à “Revolução de 1964” – que, em “defesa da legalidade,/.../ interrompeu um governo que intoxicava o Brasil com a agitação e a subversão comunista”<sup>111</sup> –, posição que, segundo ela, se harmonizava com sua postura “democrática”. Justifica tal apoio alegando que não fez mais do que representar “correntes de opinião, /.../ das quais recebe “o apoio de que necessita para sobreviver”<sup>112</sup>. Por esta razão, felicita a intervenção do exército, que, “sem traumatismo/.../, restabeleceu/.../ o regime de legalidade que se achava suprimido”<sup>113</sup> e foi capaz de conter “os desmandos de um político que cercado de assessores comunistas procurava manobrar o país de acordo com o pensamento desse reduzido grupo”<sup>114</sup>.

Porém, ao assumir estas posições em defesa do golpe, contrariava suas

---

<sup>106</sup>. “Missão da imprensa é informar e formar a opinião pública”, *Folha de S. Paulo*, 31/03/64.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> “Missão da imprensa é informar e formar a opinião pública”, *Folha de S. Paulo*, 31/03/64

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> “Em defesa da lei”, *Folha de S. Paulo*, 02/04/64.

<sup>112</sup> “Missão da imprensa é informar e formar a opinião pública”, *Folha de S. Paulo*, 31/03/64

<sup>113</sup> “Em defesa da lei”, *Folha de S. Paulo*, 02/04/64.

declarações de profissão de fé com a democracia, a pátria e seus leitores, principalmente quando afirmara estar “desde o /.../ início alheio a grupos e partidos”<sup>115</sup>.

Estas contradições serão exploradas a partir daqui, pois, recolocando e resignificando suas palavras, objetivamos identificar a lógica interna de seus discursos e seus nexos constitutivos, desvendando, assim, a que interesses atende, ou seja, a função social que cumpre. Revela-se, desse modo, seu conceito de “democracia”, já que é em defesa deste ideário que justifica seu apoio ao golpe – que fechará os canais de expressão desta mesma democracia. Tal postura nos remete a seus posicionamentos enquanto um segmento da burguesia, cujos interesses, ante um processo de renovação da organização da produção, não aceita

articular-se com os trabalhadores, preferindo, pelo contrário, respaldar-se nos militares.

Um dos temas recorrentes em seus discursos é o “caos” provocado pelo comunismo” que se infiltrava nas estruturas do Brasil, devido à complacência e permissividade do governo Goulart, e que estaria, pouco a pouco, solapando as instituições democráticas. Esta postura se revela com muita clareza particularmente em uma edição do encarte denominado *Caderno Especial*, de julho de 63, onde se lê a manchete “Uma Ideologia Ameaça o Brasil”. Tal Caderno compreende um conjunto de matérias escritas por Antonio Aggio Júnior, a partir do contato que teve com documentos oficiais do Exército Brasileiro sobre a “infiltração comunista” no Brasil. Na matéria, o autor considera que encontrou nestes documentos a evidência da existência de uma tática insurrecional que estaria dividida em diversas etapas, as quais ajudam a identificar o grau de comprometimento das instituições política e administrativa do Estado e da sociedade civil com o comunismo. Nesse sentido, ele afirma que

As técnicas destrutivas destinam-se a atuar sobre a estrutura social,

---

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> “Missão da imprensa é informar e formar a opinião pública”, *Folha de S. Paulo*, 31/03/64



globalmente, e, em particular, sobre cada indivíduo, no regime legal vigente, com a finalidade de destruir ou reduzir sua posição ou resistência à revolução. São elas: **Intoxicação**: provoca o antagonismo, a luta de classe, o rompimento da estrutura social, mediante greves /.../ **Intimidação** /.../ **Visa estabelecer o temor, através de demonstração de força (movimentos de massas, como comícios e desfiles)** /.../ **Desmoralização**: visa a dissolução dos costumes e dos valores morais /.../ **Eliminação**: consiste em produzir o desaparecimento dos irreductíveis, com procedimento que varia da simples intimidação à agressão e ao assassinato. As técnicas construtivas visam organizar os quadros da revolução e a população que se vai dominando. É a construção da sociedade revolucionária. São elas: **Seleção e formação básica** – recrutam-se e preparam-se ativistas e os quadros civis e militares necessário à chefia do movimento insurrecional, com instrução em escolas especializadas de dentro e fora do país. **Infiltração** – **Ativista são introduzidos nos meios políticos, militares e econômicos.** **Enquadramento** – O indivíduo conquistado é mantido numa rede de vigilância e responsabilidade, que permite seu controle total, através das chamadas ‘hierarquias paralelas’, isto é, entidades de classe, organizações estudantis etc. **Impregnação**: **Assenta-se na propaganda ferreamente orientada, porque a ideologia subversiva deve ser levada as populações de maneira a, iludindo-as, aparentar satisfazer as aspirações locais**<sup>116</sup>.

As informações e idéias contidas neste *Caderno* é claramente uma interpretação da realidade nacional, daquele momento histórico, à luz dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG). É também, uma evidência da convergência de pensamento entre os militares e a *Folha de S. Paulo* proximidade que aparecerá em diversos momentos. Uma dessas proximidades é a presença, tanto neste artigo acima como na Doutrina, do conceito de guerra revolucionária, entendida como o braço armado do comunismo e uma estratégia para conquistar o terceiro mundo, posição geopolítica fundamental para assegurar a vitória do comunismo internacional<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> “Ação vista por dentro. 21/07/63. parte integrante do caderno. Uma ideologia ameaça o Brasil”, *Folha de S. Paulo*. Grifos nossos

<sup>117</sup> COMBLIN, Padre Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro, 1978, p.49.

Tais estratagemas indicariam, segundo o jornal, táticas do comunismo internacional para estimular as guerras revolucionárias penetrando no tecido social por meio de entidades da sociedade civil (entidades de classe, organizações estudantis etc), provocando o antagonismo e o ódio entre as classes, estimulando a luta de classes e promovendo o esgarçamento do tecido ao dissolver os “costumes e valores morais” cristãos. A tática mesmo de dividir, por meio da luta de classes, era estratégia do comunismo. Passo necessário para dominar, como um lema que “Napoleão deixou para os comunistas /.../. Dividindo o inimigo, podemos batê-lo por partes. Quanto mais dividido, mais fraco ficará”<sup>118</sup>

Assume assim a visão maniqueísta e reducionista da realidade social da DSN, ao entender que todo e qualquer ato de oposição e descontentamento popular são manifestações de um mesmo fenômeno: guerras revolucionárias. Sejam elas: as lutas sindicais, os conflitos sociais, a oposição política, as discussões de idéias, as lutas de independência, os movimentos nacionalistas, guerrilhas, subversão, terrorismo, os inconformismos de toda natureza. Não há distinção entre elas, são exemplos cabais na presença soviética.

Neste discurso, os conceitos de diferença, conflito e classes sociais, desaparecem, pois são vistos como efeitos colaterais das fissuras provocadas pelo comunismo no edifício social e não como contradições naturais do desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesta lógica, para eliminá-las bastava acabar com o “perigo vermelho”. E em todo o texto justifica sua postura em nome do “povo”, da “nação”, das “vontades gerais”, das “aspirações de todos”, dos “anseios nacionais”, da “opinião pública”, dos “interesses nacionais” e outras correlatas.

Desta forma, o jornal homogeneiza as diferenças que se diluem no uso do termo genérico ‘povo’ e mantém ocultos os interesses de classe dos grupos sociais que plasmam a nação. Portanto, não há patrões, operários, burgueses e proletários, mas apenas brasileiros. Assim, os conceitos povo e nação ignoram as particularidades das classes sociais e consideram apenas as características em comum.

Estas características do discurso da *Folha* são peculiares à DSN, que pretendia “eliminar as idéias de conflito e contradição, vistos como elementos de

---

<sup>118</sup> “Dividir para conquistar”, *Folha de S.Paulo*, 21/07/63.

desagregação, a fim de afirmar a integração e harmonização das classes”<sup>119</sup>. Deste modo, observa-se a utilização do mesmo conceito de ordem fundamental à DSN, assegurada com o uso da repressão, tratamento adequado aos males patológicos: o conflito social e a luta de classes.

Logo, ao considerarem qualquer mobilização social como “subversão da ordem”, negam que estes compõem a unicidade social e, portanto, deixam de reconhecer a sociedade, sem máscaras, como um ente constituído por classes com interesses diferentes e divergentes, pois, como explica Chauí,

Quando as elites periféricas designam ações e palavras como subversiva, deixam claro o que entendem por subversão. É considerada subversiva toda palavra e toda ação que atestem o óbvio, isto é, que a sociedade e a política existem, simplesmente. Admiti-las como existentes é o primeiro passo para admitir, em seguida, que possuem conflitos e problemas, de sorte que é preciso impedir esse segundo passo, condenando de antemão o primeiro. Discurso do limite, o discurso acusatório e condenador é a forma canônica do discurso dominante bruto porque realiza caricaturalmente o mesmo fim a que se propõe a dominação mais cultivada, isto é, apagar a realidade social e política como constituída pela luta de classe<sup>120</sup>.

Assim, as lutas sociais dos anos 60, em torno das reformas de bases, das reivindicações salariais, serão enquadradas pela *Folha* como manifestações da subversão comunista no Brasil e, seguindo esta lógica, a CGT, UNE, Ligas Camponesas são tomadas como instrumentos agitadores da ordem, pela qual o comunismo vai realizando a sua obra. Pois, são em organizações como esta que o “credo vermelho” recruta seus quadros para a ação insurrecional. Com isso, a “tática insurrecional aprendeu a camuflar-se, a confundir-se com movimentos reivindicatórios legítimos para, depois, explodir em sangrentas subversões e deixar a mostra seu objetivo único: a tomada do poder”<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da PUC-SP. São Paulo, 1999, p.61.

<sup>120</sup> CHAUI apud FIORIN, 1988, p.63.

<sup>121</sup> “Uma ideologia ameaça o Brasil”, *Folha de S.Paulo*, 21/07/63.

Para esta postura, o funcionamento de entidades deste caráter é nocivo à existência da paz social, da democracia e da ordem, pois todas têm como objetivo fundamental desmoralizar e subverter as instituições. Porque a ruptura com a ordenação democrática começa, segundo o diário, com “homens do próprio governo, ou a ele vinculados por laços de várias naturezas, pois estão aí a pregar abertamente a subversão e a criar clima favorável a um levante incontrollável”<sup>122</sup>. Este era o caso, segundo o periódico, do Ministro do Trabalho, Almino Afonso, que acolitava “homens do tipo do sr. Miguel Arraes (...) que conclamam o povo à desordem, em defesa de umas tantas teses que eles desejam fazer prevalecer”<sup>123</sup>.

Tais acusações vão se intensificando no decorrer de 1963, na medida em que o presidente vai trilhando um caminho diferente daquele que o jornal considerava ideal, isto é, o de garantir a ordem e a manutenção do *status quo* sem concessões de espécie alguma: distanciando-se e reprimindo os movimentos sociais; recusando-se ao diálogo com parlamentares mais radicalizados e se aproximando dos partidos mais moderados, além da adoção de um programa de combate à inflação.

Em janeiro de 1963, logo após o plebiscito, o presidente compôs um novo ministério com San Tiago Dantas, na pasta da Fazenda. O plano econômico elaborado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento, levado a cabo pelo ministro da Fazenda, comprometia-se com um programa de austeridade econômica. Em março, como parte do programa de estabilização, Dantas viajou para os Estados Unidos, com o objetivo de discutir a ajuda financeira norte-americana ao Brasil e a renegociação da dívida externa.

Em meio às negociações, a *olha* passou a temer pelo fracasso da Missão Dantas, quando o governo americano anunciou não prestar auxílio às “nações cujo governo seja manobrado por comunistas”<sup>124</sup>. As conversas, a duras penas, progrediram para um resultado positivo e o jornal chega a lamentar a atitude do governo americano, divulgando que sua posição revelava uma “obsessão anticomunista que lhe tolda a objetividade e a correta compreensão dos problemas brasileiros”<sup>125</sup>. Porém, alegava que, ainda assim, não era possível responder negativamente à questão: “há infiltração comunista no governo do sr. João

---

<sup>122</sup> “Fomentando a desordem”, Folha de S.Paulo, 24/05/63.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Idem.

Goulart?”<sup>126</sup>. Por outro lado, dizia que isso não significava que eram os comunistas que davam “o tom do governo brasileiro, ou tem possibilidade de assenhorear-se da situação, determinando, ostensiva ou veladamente, a orientação da política nacional”<sup>127</sup>. E que, assim, seria um terrível “erro norte-americano castigar toda uma nação porque uma ínfima minoria comunista conseguiu alguns cargos no governo”<sup>128</sup>.

Além disto, afirmam, mesmo que vez por outra o presidente “se apóia nas esquerdas e que um o outro assessor de s. exa. tem também coloração vermelha”<sup>129</sup>, que estas não eram razões suficientes para negar ajuda econômica ao Brasil, já que

Com todos os defeitos que tem ou possa ter, o atual governo brasileiro exprime as tendências e aspirações do povo desta terra. Esse povo, na sua maciça maioria, repele o credo vermelho. Se o governo se decidisse, por hipótese, a imprimir orientação marxista aos negócios do país, teria contra si a opinião pública nacional, numa proporção esmagadora<sup>130</sup>.

Este é um caso típico a que nos referimos acima. Pois, na medida em que o presidente segue com o plano de estabilização econômica, no caso específico, buscando auxílio econômico do Estados Unidos como parte do Plano Trienal, o “compromisso” de Goulart e seu governo como o comunismo não ameaça a ordem no país, porque é apenas pontual, circunscrito a uma esfera do governo.

No mesmo compasso, uma ação enérgica do governo contra os sindicatos em tempos de greve é um sinal claro de quem não deseja a “liquidação do regime democrático no Brasil”<sup>131</sup>. No início de junho de 1963, o sindicato dos estivadores do Porto de Santos ameaçava iniciar um movimento paredista em recusa à determinação do Tribunal Federal, para que o órgão aceitasse a sindicalização dos chamados “braguinhos”. Em solidariedade ao sindicato, trabalhadores de outros setores ameaçam parar também. Contra estes, a *Folha* cobrava do governo todo o

---

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> “Brasil, país democrático”, *Folha de S. Paulo*, 19/03/63.

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> “A liquidação do regime democrático”, *Folha de S. Paulo*, 06/06/63.

rigor da lei para fazer valer a decisão da justiça e o incitava à recusa de qualquer “fórmula conciliatória capaz de impedir a eclosão da greve geral”<sup>132</sup>, como estava a fazer o ministro do trabalho. Dessa maneira, afirma o jornal que

não cabe as autoridades do executivo federal intervir com panos quentes e com atitudes de súplica, diante dos trabalhadores que pretendem colocar-se acima da própria lei e da ordem do país. O que realmente cabe, o que realmente se impõe, o que o governo federal não pode deixar de fazer /.../ é uma advertência severa aos estivadores e quantos os que queiram seguir na aventura temerária em que se meteram, de que a greve será posta fora da lei e todos os trabalhadores nela envolvidos terão suas matrículas sindicais cassadas, pura e simplesmente. Essa linguagem dura, áspera, autoritária, é a única que se apresenta no momento como recurso capaz de conter a onda de agitação que grupos de dirigentes sindicais vem alimentando<sup>133</sup>.

Era o momento, segundo a *Folha*, do governo demonstrar que rumo pretendia dar ao país, “se o rumo da legalidade, dentro das instituições democráticas, ou se o rumo da ditadura ou mesmo desordem completa”<sup>134</sup>.

A solução “dura e áspera”, mais do que evitar os prejuízos para a economia nacional, serviria de exemplo aos “fomentadores da desordem”, para “evitar que os movimentos grevistas de instrumentos legítimos e legais (...) se transformem em arma política de agitação, manejada contra os mais altos interesses da coletividade brasileira”<sup>135</sup>. O que acontecera na cidade de Santos era um típico exemplo do que vinha ocorrendo no Brasil, ou seja, “crise na democracia”. Fomentada, por um lado, pela “insensata e calamitosa utilização que vem sendo feita de certos agrupamentos de trabalhadores, ou que em nome deles agem, para pura agitação política”<sup>136</sup>, e, por outro, pela “semente da desordem, plantada por gente com responsabilidade de governo, e por gente da mesma condição carinhosamente adubada, está em plena

---

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> “A seara da desordem”, *Folha de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo.*, 08/06/63.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> Idem.

afloração”<sup>137</sup>.

Por fim, além da manutenção do firme propósito de perseverar na adoção de uma política econômica austera de combate à inflação; de reprimir os movimentos sociais que tumultuam a vida nacional e se desfazer de membros coniventes com a subversão da ordem; o que poderia conservar a confiança *Folha de S. Paulo* no governo é este se afastar de uma vez por todas, para também “ganhar a confiança do povo”, dos “setores radicalizados” que se intitulam forças populares (CGT, UNE, FPN), e agem no sentido de perturbar a ordem, e simultaneamente se aproximar dos partidos e das forças do centro.

Cumprir à risca cada um destes pontos seriam sinais claros de que o governo estaria compromissado com as “forças democráticas” e não envolto por “agentes vermelhos”. Entretanto, como um pêndulo, o tom das acusações e das denúncias recrudescia ou amenizava conforme o governo se afastava ou se aproximava do que era recomendado ou rejeitado pelo jornal.

Quando entende que o governo passa a trilhar o caminho da “radicalização” sem volta, demonstrando com este gesto a impossibilidade de conciliação com o centro “moderado” e “progressista”, a *Folha* vai passar a defender mais nitidamente um governo forte, como maneira de deter os grupos comunistas que intoxicavam a nação. Em razão disso, condenava a possibilidade do presidente vir a participar do comício na Guanabara, no dia 23/08 – véspera do aniversário da morte do ex-presidente Vargas – em prol das reformas. Nele estariam presentes, além de UNE, CGT, deputados da Frente Parlamentar Nacionalistas, membros da Frente de Mobilização Popular, entre outros. O jornal via com temeridade a presença e a participação do presidente no comício, pois “na medida em que se deixa envolver por essas organizações, o Sr. João Goulart perde prestígio em outras áreas, não reacionárias e direitistas”<sup>138</sup>. O PSD, por exemplo, exigia do presidente, como garantia para assegurar a composição de uma base aliada com PTB - PSB, a adoção de uma postura “sem subterfúgios de suas diretrizes políticas e administrativas”<sup>139</sup>, que eram as mesmas defendidas pela *Folha*, até aqui. Então, quanto mais o presidente se envolvia com estas organizações e se afastava de um programa de estabilização econômica, mais o PSD se afastava do governo na

---

<sup>137</sup> “Querem parar o Brasil”. *Folha de S. Paulo*, 08/06/63.

<sup>138</sup> “Mal avisado”. *Folha de S. Paulo*, 20/08/63.

tentativa de compor uma base aliada de centro.

A Folha avaliava que, para que o presidente pudesse governar, “coisa que não tem feito” até o momento, a fim de resolver os problemas nacionais dentro de um clima de tranqüilidade e poder realizar as reformas, era necessário que contasse com uma forte base parlamentar, o que lhe seria garantido por meio de aliança com o PSD, partido majoritário nas duas casas do parlamento. As forças populares, “por mais atuantes e barulhentas que sejam, não poderão oferecer sustentação política e parlamentar”<sup>140</sup>. Se, por ventura, adverte, a opção de Goulart fosse pelas “forças populares”, isso seria uma “confissão clara de que descrê da solução dos problemas nacionais pela via pacífica e democrática e a esperança de resolvê-los pela pressão de dispositivos duvidosamente legais”<sup>141</sup>.

Quando, por outro lado, o presidente sai em busca de apoio nas diversas “tendências de opinião”, a iniciativa recebe aplausos da *Folha*, que assevera que com isso o presidente, mais do que nunca, se aproxima do povo, já que “a maioria do povo brasileiro é centrista”<sup>142</sup>. Pautada por pesquisa de opinião elaborada na época, o jornal destaca a repulsa que o povo manifesta aos extremismos de esquerda e direita, a composição do congresso composto por uma maioria centrista, eleita pelo povo, e as recentes eleições municipais de São Paulo, onde “nenhum elemento extremista foi vitorioso”, como sinais evidentes de que se o presidente se aproxima do centro, se distanciando dos “radicais”, de que o presidente novamente passa a se identificar com o povo e vai à procura de uma solução pacífica e democrática para os problemas nacionais.

Assumir a posição de centro não é, como dizem as “forças populares”, a “aceitação resignada das injustiças que a organização social e política do país”<sup>143</sup> produzem, mas sim uma forma de acreditar “nas armas que a democracia oferece para superação de nossos problemas”<sup>144</sup>. Pois a tarefa que o momento exige é “aparar arestas, e não aprofundar antagonismos: tentar somar, e não dividir”<sup>145</sup>. Baseado em tal raciocínio, finaliza dizendo que, se o governo quer mesmo se aproximar do “povo”, não é se associando aos grupos de agitação política, que não

---

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Centrismo. Folha de S.Paulo, 18/08/63.

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> Idem.



representam a maioria dos trabalhadores, que conseguirá este objetivo.

Vai se configurando, assim, o posicionamento deste matutino que, como representante da burguesia alinhada com os interesses do desenvolvimento do capitalismo nos moldes que já vinham se configurando historicamente, solicita a entrada na cena política dos militares, para afastar as classes trabalhadoras dos centros de decisão política, expressando com isto a lógica do bonapartismo. Conceito elaborado por Marx em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, no qual se refere ao golpe de Estado perpetrado por Luis Bonaparte no pós-1848 francês, onde o poder político é capitaneado pelos militares e pela burocracia, cujas medidas mantêm assegurados os interesses da burguesia e o refreamento, pela violência aberta, dos avanços sociais. Segundo as análises do pensador alemão,

todas as classes e partidos se haviam congregado no *partido da ordem*, contra a classe proletária, considerada como o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Tinham 'salvo' a sociedade dos 'inimigos da sociedade'. Tinham dado como senhas a seus exércitos as palavras de ordem da velha sociedade – 'propriedade, família, religião, ordem' – e proclamado aos cruzados da contra revolução: 'Sob este signo vencerás!'<sup>146</sup>.

Grosso modo, bonapartismo se refere a "um tipo de dominação burguesa em que o poder político não é exercido diretamente pela burguesia, mas é delegado a uma força militar que o absolutiza"<sup>147</sup>. A incapacidade da burguesia de assegurar sua dominação e hegemonia no terreno *democrático* a impele à aliança com as Forças Armadas e coloca, em prática, formas de violência que se traduzem, principalmente, no *terrorismo de Estado aberto*<sup>148</sup>. Qualquer similaridade com as ditaduras militares latino-americanas não é mera casualidade, mas decorre da forma

---

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> MARX, Karl. 18 Brumário e Cartas a Kugelman. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 31.

<sup>147</sup> ASSUNÇÃO, op.cit., p.24.

<sup>148</sup> Marx assim se refere ao bonapartismo: "Se jamais houve um acontecimento que, muito antes de ocorrer, tivesse projetado diante de si a sua sombra, foi o golpe de Estado de Bonaparte' (...) 'A sombra do golpe de Estado tornara-se tão familiar aos parisienses sob a forma de fantasma, que quando finalmente apareceu em carne e osso não queriam acreditar no que viam" (...) "O Poder Executivo, em contraste com o Poder Legislativo, expressa a heteronomia de uma nação, em contraste com a sua autonomia. A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo". MARX, op.cit., p.116.

particular da entificação capitalista na região, como vimos em capítulo anterior. Sendo incapaz de cumprir o seu papel histórico, ou seja, a implementação de uma revolução burguesa própria dos capitalismo entificados pela *via clássica*, as burguesias latinas sempre oscilam entre práticas que apontam para as formas mais abrandadas de dominação, isto é, a autocracia burguesa institucionalizada, ou o terrorismo de Estado aberto, ou seja, o bonapartismo, pois

do mesmo modo que aqui, a autocracia burguesa institucionalizada é a forma da dominação burguesa em tempos de paz, o bonapartismo é sua forma em tempos de guerra. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a história republicana evidencia<sup>149</sup>.

Isso explica, portanto, a necessidade de se resolver às contradições sociais sempre *pelo alto*, não permitindo a participação das forças populares nas decisões políticas. Dependente e subordinada ao grande capital, esta burguesia promove renovações conciliando-se com as forças sociais mais reacionárias às mudanças e, nesta lógica, os caminhos para o progresso se manifestam enquanto modernizações conservadoras, ou seja, com exclusão, sem a presença efetiva dos trabalhadores e, portanto, sem incorporar minimamente suas demandas e reivindicações. Pois sente que as concessões podem pôr em risco suas possibilidades de lucro, o qual, de fato, para alguns segmentos da própria burguesia, é exíguo em decorrência da subordinação ao capital internacional.

Daí a configuração do bonapartismo, isto é, a articulação da burguesia com as forças armadas para viabilizar as “modernizações necessárias”, represando os movimentos sociais. Dessa maneira, mantém a ordem social a partir da configuração de Estados de caráter autocrático, não cumprindo sua função histórica de garantir as franquias liberais, conforme proposto desde o período da Revolução Francesa.

Na execução do “terrorismo de estado aberto”, a imprensa cumpre um papel capital ao divulgar seu ideário que o configura, justifica e reafirma, abrindo caminho para sua elaboração e contribuindo para a unidade das classes dominantes. Por isso é compreensível a percepção de que a *Folha* antecipa muito dos temas que serão tratados pelos militares. Tal fenômeno é facilmente compreensível quando se tem em conta que ambos os discursos são influenciados pelas mesmas matrizes de pensamento, ou seja, pela ideologia do “Estado autoritário”<sup>150</sup>, que denominamos de Estado bonapartista e pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>151</sup>. Porém, queremos deixar claro que, com esta afirmação, não pretendemos asseverar que os militares e a *Folha de S. Paulo* tenham uma compreensão unívoca para os problemas de nossa realidade, circunscrita aos anos 60, mas que, naqueles tempos, apresentavam muitas convergências. O golpe militar se insere no jogo das forças políticas em conflito na década de 60. O apoio que os militares receberam foi sinal evidente de que a ação das Forças Armadas correspondia a uma realidade social objetiva: as tensões sociais tinham chegado a um ponto crítico e não se resolvia mais com acordos de cúpula, como vinha ocorrendo desde a década de 30, mas somente pelo golpe bonapartista.

---

<sup>149</sup> CHASIN, op.cit., p.128.

<sup>150</sup> Segundo Ricardo Silva ideologia do Estado autoritário pode ser entendida como um conjunto de idéias, de representações e símbolos que são mobilizados para legitimar e justificar a organização de um Estado autoritário. Dotando de sentido uma ordem política que não apenas estabelece a preeminência do Estado sobre a sociedade civil, mas também a reconhece no interior do Estado a supremacia do poder executivo sobre os demais e também no seio do poder executivo, a preeminência das elites técnicas sobre as elites políticas. Ver SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado Autoritário*. Chapecó, SC: Argos, 2004. Nesta ideologia o Estado forte e centralizado deve proteger o povo de si mesmo, assumindo uma ação civilizadora, por meio da coerção, em nome do próprio povo. Nestes termos a *Folha de S. Paulo* faz a defesa do controle dos movimentos sociais, principais responsáveis pelo caos social durante o Governo Goulart, da qual sempre cobra rigor no trato com este movimentos.

<sup>151</sup> Segundo Comblin, a característica mais marcante dos sistemas militares dos países latinos foi (e tem sido) as violações dos direitos dos homens. A permanência e a similaridade dos regimes militares na América Latina supõe a existência de uma ideologia que seja o arcabouço teórico dos regimes. Esta ideologia é a Doutrina da Segurança Nacional, que legitimou a violação dos direitos políticos e as liberdades políticas. Tinha como finalidade a manutenção da ordem, da coerência e a unidade nacionais. Para isso foi preciso manter, afastadas dos centros de decisões políticas, às massas populares na condução do Estado, a fim de evitar qualquer tentativa de participação política. Ver COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro, 1978.

### **CAPITULO III : O PROJETO DA FOLHA PARA O BRASIL: DETER O COMUNISMO NO BRASIL**

Mais do que neutralizar a influência do comunismo na administração pública federal, como vimos no capítulo anterior, a *Folha* apresenta uma “fórmula” para torná-lo inócuo no meio social, anulando os danos que porventura poderiam vir causar. Para deter o avanço do comunismo no Brasil, a *Folha de S. Paulo* argumenta a favor de três táticas, que se evidenciam nos editoriais, que têm como objetivo eliminar as fontes que alimentam a ideologia: a realização de reformas, o controle sobre os movimentos sociais e a luta contra a inflação.

As reformas de base seriam o caminho para se resolver a questão social, caldo de cultura para os “radicalismos de esquerda” e arma contra o regime democrático. Portanto, em artigo cujo título fala por si “*Contra os extremismos*”, ela declara “aqueles que se opõem com unhas e dentes a qualquer tipo de reforma que vise a resolver problemas fundamentais do país, estão fazendo o jogo dos agitadores da esquerda”<sup>152</sup>.

Conforme continua o editorial, a “pregação radical” da esquerda, que quer o desvirtuamento das instituições, “encontra campo propício nos desajustes sociais, nos desnivelamentos econômicos chocantes, na miséria perpetuada”<sup>153</sup>. Porém, estas forças sociais podem ser desbaratadas e seu discurso perde a força e capacidade de aglutinar a massa, na medida em que se constitui “uma ordem social e econômica mais humana”<sup>154</sup>.

Conclui dizendo que se deve, pelas razões expostas, repudiar os extremismos de esquerda e direita e, “dentro dos postulados democráticos /.../, resolver nossos problemas, sem os invocar para defender situações inaceitáveis e

---

<sup>152</sup> “Contra os extremismos”, *Folha de S. Paulo*, 23/07/63.

<sup>153</sup> Idem.

contrárias ao interesse da coletividade”<sup>155</sup>, como faz a direita, que não aceita modificações na estrutura social. Sob esta postura, a *Folha* afirma que ela fazia a defesa de instrumentos mais eficazes de dominação social, que não descarta – como veremos – a existência de um Estado repressivo para conter os “perturbadores da ordem”.

### 3.1. Combater a inflação e articular-se com o capital estrangeiro

Se o problema era a perturbação da ordem pelos “sucessivos movimentos de indisciplina”, a solução seria fortalecer as instituições políticas para se evitar o clima de intranqüilidade e insegurança. O fortalecimento delas – intitulado de “esquema da ordem” – seria a garantia para assegurar a paz e harmonia sociais, baseado no seguinte tripé: O DISPOSITIVO FINANCEIRO, O DISPOSITIVO MILITAR E O DISPOSITIVO POLÍTICO.

Tais dispositivos consistiam em uma série de medidas que o governo necessitaria tomar para garantir a luta antiinflacionária e o crescimento econômico, fatores que pesariam favoravelmente contra os desajustes sociais e, para tanto, propunha, inicialmente, a nomeação de um ministro que pudesse, “por suas qualidades técnicas, servir de garantia /.../ do efetivo cumprimento dos programas traçados /.../ e o respeito de todos os círculos seriamente interessados na recuperação financeira e econômica do país”<sup>156</sup>, promover tais reformas.

Em face aos problemas econômicos que alimentam a instabilidade social e a ausência de crescimento econômico significativo desde o início dos anos 60, a *Folha de S.Paulo* não se ausenta de participar dos debates econômicos, travados principalmente em torno de economistas estruturalistas e monetaristas. Por isso, salta de suas páginas um projeto econômico para o Brasil, capaz de superar nossas deficiências, capaz de controlar a inflação e retomar o crescimento. Deste modo, seus editoriais discutem os problemas frente aos desafios da economia brasileira, procurando se inserir nos debates pertinentes aos temas e influenciar as decisões

---

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Esquema da ordem, *Folha de S.Paulo*, 22/09/1963.

estatais.

A inflação, no discurso do jornal, assume caráter privilegiado. Seu combate é imperativo para garantir o desenvolvimento econômico, o saneamento da economia e, principalmente, evitar a desordem social. Assim, não importa qual nome esteja à frente do ministério da Fazenda, seja San Tiago Dantas, Carvalho Pinto ou Ney Galvão, desde que haja “capacidade e seriedade de propósitos /.../ para conquistar a confiança dos círculos econômico-financeiros”<sup>157</sup> e também capacidade de “inspirar confiança quanto aos propósitos de persistir na execução da política antiinflacionária”<sup>158</sup>.

Por isso, recusa à indicação de Brizola, pelas esquerdas, para ocupar o ministério, após o pedido de demissão de Carvalho Pinto. Segundo a *Folha*, faltava ao ex-governador gaúcho tais qualidades. Ademais, seu nome surge na boca daqueles que desejam “tumultuar a vida nacional”. O Ministério da Fazenda é denominado de “dispositivo financeiro” – em analogia ao dispositivo militar instrumento para estabelecimento da ordem social e política que ameaçavam as instituições –, dada a importância que o combate à inflação tem na manutenção da tranquilidade do país para salvaguardar as instituições democráticas. Pois

ninguém ignora a que terríveis conseqüências podem a inflação desbragada conduzir um país. Lutar contra ela é uma tarefa de salvação nacional e por isso mesmo se impõe preservar ao máximo a autoridade do ministro da Fazenda e dar-lhe plenas condições de ação no cumprimento de seu programa.

Já que o “que está em jogo não é o êxito de uma política ou de um governo, mas a própria preservação de condições necessárias ao desenvolvimento ordenado da vida nacional”<sup>159</sup>.

Monetarista, como Gudin, a *Folha* acreditava que a inflação era produto do aumento da quantidade de moeda circulante. Por isso, sua proposta de combate à

---

<sup>157</sup> “Não se interrompa a luta contra a inflação”, *Folha de São Paulo*, 14/06/63.

<sup>158</sup> Idem.

inflação convergia em três pontos professados pelo economista<sup>160</sup>. A fim de melhor esclarecermos esta associação entre o ideário da *Folha* e o deste liberal-conservador, tomamos o preceito “gudiniano” cotejado com as assertivas da *Folha*.

A similaridade com Gudin está, em primeiro lugar, na defesa da redução da despesa governamental. Assim, em agosto de 1963, a *Folha* aplaude a iniciativa do Ministro Carvalho Pinto de criar um grupo de planejamento que, entre outras funções, buscaria aperfeiçoar o sistema de arrecadação, evitando a evasão e sonegação de impostos. Dessa maneira, justificava a necessidade da medida, afirmando que os

déficits orçamentários da União, que constituem uma das fontes da pressão inflacionária crônica não decorrem apenas do excesso de gastos em relação à receita, mas também de uma arrecadação de impostos inferior ao que seria se todos os contribuintes /.../ cumprissem correta e rigorosamente os seus deveres<sup>161</sup>.

Porém, ressalta que tal medida não nega a necessidade de “racionalização da despesa e de eliminação de desperdício abundantes em toda a administração pública”<sup>162</sup>.

Em segundo lugar, defende a redução no ritmo de crescimento do crédito bancário. Logo após o lançamento do Plano Trienal, ela comenta a possibilidade de derrota e malogro se os ritmos dos preços, com “aumentos abusivos e excessivos”, se mantiverem durante o ano – como estava ocorrendo na ocasião –,

---

<sup>159</sup> “Não se interrompa a luta contra a inflação”, *Folha de São Paulo*, 14/06/63.

<sup>160</sup> Os três pontos também se evidenciam em editorial, no qual, a *Folha* comenta porque o governo obteve até aquele presente momento, êxito relativo na política antiinflacionária. Apesar de que sem, as medidas até aqui colocadas em prática os índices de inflação seriam maiores. Primeiro, tem se conseguido relativo êxito na contenção do crescimento dos gastos da união. Houveram também emissões, principalmente em setembro, provocadas por fatores políticos e greves. A ação especulativa dos mercados, que provoca elevações dos preços, que por sua vez, “determinam expansão do crédito e, através deste e das emissões a que ele dá lugar ou requer, de crescimento inflacionário dos méis de pagamentos”. Assim, há necessidade de “melhor disciplina do crédito bancário para que sua expansão /.../ não forneça apoio ou cobertura a elevações especulativas dos preços; e financiamento do déficit do tesouro sem emissões ou com mínimo delas, utilizando-se principalmente recursos já existentes/.../; é preciso que os reajustamentos salariais não determinem aumentos de preços não justificados.”Inflação”, *Folha de São Paulo*, 13/10/63

<sup>161</sup> “A oportuna ofensiva do ministério da Fazenda”, *Folha de S. Paulo*, 04/08/63.

Isso porque, a persistir essa alta, a procura de crédito bancário atingirá proporções incompatíveis com o Plano, exigirá expansão dos meios de pagamento maior do que a prevista e lançará o país na inflação galopante, que deve ser evitada para impedir-se que a desordem financeira leve ao caos político-social<sup>163</sup>.

Em terceiro lugar, defende reajustamentos salariais inferiores ao aumento dos preços. Por esta razão, critica o governo federal por elevar os salários dos funcionários públicos sem possuir os meios de pagamentos, e, em virtude disso, seria necessária a emissão de papel moeda, o que aumentaria o meio circulante, repercutindo na elevação dos preços e anulação do reajuste salarial. Um círculo vicioso que o Poder Público deveria evitar se quisesse obter êxito em suas investidas contra a inflação. O mesmo pensamento valia para a iniciativa privada, pois,

no caso de aumentos de salários /.../ quando não decorrem de aumento de produtividade ou não podem ser absorvidos pelas margens de lucros, podem constituir ponto de partida de novas altas de preços e de expansão do crédito bancário, tornando-se este fator de aumento inflacionário dos meios de pagamentos.<sup>164</sup>

Posto isso, passa a explicar que a tarefa de combater a inflação deveria envolver toda Nação, porque afetava a todos, já que “a desenfreada alta de preços castiga o povo, ao mesmo tempo em que diversos setores são severamente atingidos no nível de sua produção”<sup>165</sup>. Assim, “as elevações dos preços provocam inquietações social e política”<sup>166</sup>, porque subvertiam “os padrões morais do comportamento econômico e social dos grupos e dos indivíduos”<sup>167</sup>.

Portanto, segundo o periódico, o combate à inflação não dependia

---

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> “Essencial a disciplina também dos preços”, *Folha de S. Paulo*, 12/02/63.

<sup>164</sup> “A colaboração de todos na luta contra a inflação”, *Folha de S. Paulo*, 13/02/63.

<sup>165</sup> “Sinceridade e boa intenção na Fazenda”, *Folha de S. Paulo*, 06/07/63.

<sup>166</sup> “Inflação”, *Folha de S. Paulo*, 13/10/63.

<sup>167</sup> “A colaboração de todos na luta contra a inflação”, *Folha de S. Paulo*, 13/02/63.



exclusivamente do Ministério da Fazenda, pois a responsabilidade era compartilhada por diversos grupos de interesses. Nesse sentido, uma das tarefas do ministro era “despertar em todos /.../ a consciência de que aceitar sacrifícios é imperativo de salvação nacional”<sup>168</sup>. A *Folha* alertava àqueles que esperavam a luta contra a inflação de que a tarefa não seria fácil, porque dependeria do sacrifício de todos, independentes da classe social.

Assim não bastava a indicação de um homem competente para assumir a Fazenda e pensar que a luta contra a inflação já estava vencida. Para isso, a *Folha* asseverava que seria “indispensável a unidade de comando, não sendo possível quebrar a coerência de todo um programa para atender a injunções político-partidárias ou pressões de grupos econômicos eventualmente inclinados a sobrepor suas conveniências aos interesses gerais”<sup>169</sup>. Segundo ela, tudo tinha remédio, no entanto a “verdade nem sempre agradável é que todo remédio tem seu preço, e o preço da vitória de uma política antiinflacionária se chama sacrifício”<sup>170</sup>.

Todos (o povo), segundo o diário, deveriam então ser convencidos de que as medidas contra a inflação eram “indispensáveis para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da nação /.../. Desejamos que o governo acerte, persevere na política antiinflacionária e assegure melhores dias para o povo brasileiro”<sup>171</sup>. Os esforços e sacrifícios a serem empreendidos por toda a nação, no combate à inflação, era comparado ao “caso da Inglaterra, quase destruída e economicamente aniquilada na última guerra e que, ainda após a paz, anos a fio, realizou a sua grande obra de reconstrução nacional, dentro de um regime austero e de restrições, até mesmo alimentar”<sup>172</sup>. Pois, “sem sacrifício, sem desprendimento de cada um por seus próprios ideais cívicos, não se reconstruirá a pátria no curto prazo em que todos o desejam, de modo que ela possa ser entregue, livre de males fundamentais, aos eleitores de 1965”<sup>173</sup>.

Durante a gestão do presidente Goulart, o jornal não se cansa em cobrar dele autoridade e seriedade – apontando que este sempre cedia a pressões dos sindicatos – para a aplicação de uma política antiinflacionária que incluísse a adoção

---

<sup>168</sup> “Inflação”, *Folha de S. Paulo*, 13/10/63.

<sup>169</sup> “Sacrifícios e não milagres”, *Folha de S. Paulo*, 23/06/63.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> “Crédito e confiança”, *Folha de S. Paulo*, 21/02/63.

<sup>172</sup> “Sacrifício e confiança”, *Folha de S. Paulo*, 14/03/63.

de medidas impopulares e que, por isso, haviam falhado em períodos anteriores.

O discurso de combate à inflação, assentado na cobrança do sacrifício de todos, tinha por objetivo principal ocultar os interesses de classe. O desejo da *Folha* era que o governo aplicasse uma política salarial rígida, que penalizaria duramente a classe trabalhadora, através do arrocho salarial. Porque, como já foi dito, para este jornal, a inflação funcionava como combustível para greves e agitações dos trabalhadores, em busca da recuperação salarial. Neste compasso, o matutino se esforçava por apresentar o planejamento econômico como expressão da “neutralidade da ciência econômica”, com suas verdades indiscutíveis e “regras fixas que não podiam ser impunemente violadas, pois, se o governo agisse de outra forma, criaria o caos econômico”<sup>174</sup>.

Portanto, agir conforme os princípios econômicos era ter a certeza do crescimento e o desenvolvimento desejados, resultando em benefícios coletivos, após os sacrifícios necessários. Em outras palavras, com o remédio amargo de agora, não se evitava apenas males maiores, mas, também, tinha-se a garantia de benefícios futuros. Pois “nada de novo há a acrescentar-se à afirmação corriqueira de que sem sacrifícios gerais, com a cooperação honesta e consciente de todos, não será fácil conter-se a inflação”<sup>175</sup>.

Para garantir, então, a paz – a tão sonhada “estabilidade social” – era conveniente a disciplina do trabalho, o que, na análise de Fiorin, que estudou o discurso oficial da ditadura, não é senão a ausência de reivindicações operárias. Segundo ele, a partir do momento em que a ditadura adota o arrocho e repressão como parte da política econômica para assegurar “estabilidade social”,

os sindicatos só poderão reivindicar aumentos de salários na proporção do aumento da produtividade e da riqueza nacional, pois, caso contrário, contribuiriam para reduzir o nível de investimento e de emprego /.../. Para disciplinar a força de trabalho, o governo altera a lei de greve. Na prática,

---

<sup>173</sup> “O sacrifício necessário”, *Folha de S. Paulo*, 24/04/64.

<sup>174</sup> FIORIN, op.cit.,p.89.

<sup>175</sup> “Emissões anulariam aumento dos salários”, *Folha de S. Paulo*, 04/05/63.

essa lei extingue o direito de greve<sup>176</sup>.

Dessa maneira, segundo as conclusões do autor,

permeia esse desejo de estabilidade social a visão de que a sociedade se organiza como um pacto em função de interesses maiores, que pertencem a todos. Com base nessa concepção, nega-se que o capital e trabalho sejam antagonistas, ou seja, nega-se a luta de classes e considera-se a luta, existente no interior da sociedade, como algo implantado de fora por agitadores<sup>177</sup>.

Deduz-se, então, que o controle sobre o trabalho, que virá a ser aplicado na ditadura, já era tema de defesa do jornal, em 1963. Neste ano, o Congresso discutia a regulamentação da lei de greve e a *Folha* se manifestava favoravelmente à votação, crente que esta pudesse acabar com os abusos que eram cometidos contra o “legítimo direito reconhecido pelas democracias aos trabalhadores”<sup>178</sup>, visto que o direito estava sendo instrumento de subversão de “profissionais da desordem, de direções sindicais dominadas em grande parte por elementos extremistas, de minorias sem escrúpulos para lançar sindicatos e categorias profissionais em aventuras inglórias que comprometem a paz social no país”.<sup>179</sup>

Assim, conclui a *Folha* que a greve se constituiu, por isso, numa permanente ameaça aos interesses coletivos e deixou de “constituir meio hábil e honesto de defesa de direitos fundamentais, para se transformar em violento atentado à economia do país e a paz social. Cessa /.../ a ordem econômica e, com ela, desorganiza-se também a social”<sup>180</sup>. Deste modo, as greves não eram “contra determinados patrões, mas pura e simplesmente contra a própria nação”<sup>181</sup>.

\*\*\*\*\*

---

<sup>176</sup> Ibidem, p.101.

<sup>177</sup> Ibidem, loc.cit.

<sup>178</sup> “Uma campanha urgente”, *Folha de S. Paulo*, 12/06/63.

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> “Greve contra a nação”, *Folha de S. Paulo*, 05/09/63.

Já mediante as discussões referentes à presença do capital internacional no Brasil, a *Folha* se posicionava favoravelmente à participação do capital estrangeiro na economia, porque assegurar sua presença era condição necessária ao nosso desenvolvimento.

No entanto, advertia que o governo deveria garantir segurança econômica, estabilidade de tratamento ao investidor e meios para evitar que os “investimentos assumam caráter espoliativo”<sup>182</sup>. Por isso, duas medidas eram importantes: regulamentar a remessa de lucros para o exterior e o combate à inflação, ou seja, uma lei de remessa de lucros que não venha representar “manifestação de hostilidade ao capital de fora, /.../ mas cautelas que qualquer nação adota”<sup>183</sup> e que, por isso, não afugentasse investimentos. A inflação, por sua vez, além de elevar o custo de vida, gerava “desconfiança das entidades financeiras do exterior”<sup>184</sup>, em empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos; estudo de esquemas de uma relativa estabilização dos preços de nossas exportações

As negociações que envolviam o refinanciamento, reescalonamento e amortização deveriam ser “realistas”, compatíveis com nossa capacidade de pagamento, considerando a escassez de divisas geradas pelo comércio brasileiro para honrar nossos compromissos com os credores. Ou seja,

O total dos compromissos brasileiros no exterior não representa quantia excessiva; são cerca de três bilhões de dólares, o que corresponde à receita de aproximadamente dois anos de exportação (em 1931, /.../ a dívida externa /.../ representava período muito maior)<sup>185</sup>.

O problema maior, dizia, é que estas dívidas venciam nos anos de 64 e 65, o que provocaria a redução de nossas importações e estancaria o próprio processo de desenvolvimento. As negociações ajudariam o país nas metas estipuladas pelo Plano: reduzir a inflação, que havia alcançado 52%, em 62, para 10%, em 65, e aumentar a taxa de crescimento em 7% ao ano.

---

<sup>182</sup> “Remessa de lucros”, *Folha de S. Paulo*, 19/01/64

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> “Aspectos da missão Dantas aos EUA”, *Folha de S. Paulo*, 08/03/63.

Confiando na equipe econômica envolvida nas negociações – “que tem conduzido em face do problema com serenidade, objetividade e capacidade técnica altamente louváveis”<sup>186</sup> –, avaliava que a tarefa mais difícil do ministro seria negociar com o FMI, por discordar dos métodos que o Brasil adotou no combate à inflação. Pois, o Brasil rompia com as tradicionais políticas econômicas de combate à inflação, que propunham a redução dos investimentos sociais.

Por isso, a *Folha* criticava o FMI, apontando-o como detentor de incapacidade técnica de “compreender os problemas estruturais da América Latina, dentro dos quais devem ser situados o da inflação”<sup>187</sup>, defendendo que o Brasil seguisse “uma política econômica própria, sem se atrelar às políticas do FMI”<sup>188</sup>, visto que a “política do FMI já tinha levado alguns países da América do Sul /.../ a estagnação econômica e crises políticas”<sup>189</sup>, pois, “Como já temos dito, há países nos quais as medidas clássicas esposadas e impostas pelo FMI causaram agravamento da crise ao invés de encaminhar um processo de estabilização com desenvolvimento”<sup>190</sup>.

Nesse sentido, dizia em razão ao FMI, que sua teoria de contenção de inflação não aceitava “planos menos rígidos, como o nosso, que leva em conta a fragilidade de certos aspectos da estrutura econômica, que não suportariam sem graves riscos, até mesmo políticos, o trauma de um estancamento repentino da inflação”<sup>191</sup>.

Com o sucesso das negociações do governo brasileiro nos Estados Unidos resultando na assinatura de um acordo com o FMI, que previa a liberação de 120 milhões de dólares, o que aliviaria as dificuldades da balança de pagamentos, o diário ajuizava que o empréstimo tinha a importância de referendar, em termos internacionais, a política econômica do Brasil em “combater a inflação sem interromper o processo de desenvolvimento econômico”<sup>192</sup>. Além disso, o empréstimo significava um novo critério, usado pelo FMI, para conceder financiamentos, pois, pela primeira vez, houvera “financiamentos compensatórios à

---

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> “Tudo indica êxito da missão Dantas”, *Folha de S. Paulo*, 15/03/63.

<sup>191</sup> “Posição certa em face da dívida externa”, *Folha de S. Paulo*, 10/03/63,

<sup>192</sup> Idem.

queda da receita das divisas”<sup>193</sup>.

Tal queda, segundo o jornal, vinha prejudicando os países subdesenvolvidos, principalmente pela redução dos preços dos produtos que exportavam, dificultando não só novos investimentos e a importação de produtos necessários ao seu desenvolvimento, mas também o “cumprimento de obrigações internacionais” junto aos credores. Porém, a *Folha* continua sua crítica ao FMI, pois os empréstimos concedidos

são como certos comprimidos: acomodam os sintomas dos males, mas não lhes atingem as causas. Os verdadeiros remédios são outros: são os que o Brasil está propondo como objeto temário da conferência internacional de comércio /.../ e são as transformações estruturais da economia, como as promovidas pela industrialização. São necessários esquemas mais amplos de estabilização dos preços das exportações de produtos primários nos mercados mundiais. Sem isso e sem programas menos rígidos de financiamentos internacional do desenvolvimento econômico, o crescimento equilibrado da economia interna será inevitavelmente uma tarefa mais difícil e mais demorada<sup>194</sup>.

O jornal considerava ainda que a balança de pagamentos era ponto sensível da economia brasileira, por isso o país deveria procurar caminhos por meio do comércio exterior para que a “formação de maiores e novos excedentes exportáveis (sobretudo de novos produtos e para novos mercados) concorra para elevar o volume e o valor de nosso intercâmbio, ampliando a receita de divisas necessárias para elevar a taxa do desenvolvimento econômico do Brasil”<sup>195</sup>. Destaca ainda que o comércio exterior vinha se intensificado desde o governo JK, inclusive com a União Soviética. Porém, os problemas internos e externos, ou seja, a “inflação aliada ao sistema cambial com taxas fixas, reduz a disponibilidade e a criação de excedentes exportáveis”<sup>196</sup>, causando deteriorização dos termos de troca, sem concorrer “para elevar o volume e o valor de nosso intercâmbio, ampliando a receita de divisas

---

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> “Oportuno reexame do comércio exterior”, *Folha de S. Paulo*, 23/01/63

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem.

necessárias”<sup>197</sup> ao desenvolvimento do Brasil.

### 3.2. Racionalizar o campo: o projeto de “Reforma Agrária”

#### Os movimentos rurais

O problema fundiário e os seus desdobramentos são temas privilegiados nas páginas da *Folha de S. Paulo*, como reflexo da forte e crescente agitação no campo e da necessidade de uma solução “dentro da ordem”.

A estrutura fundiária no Brasil, herança do período colonial, se mantinha intocada, uma vez que a terra ainda permanecia nas mãos das oligarquias regionais. A Lei de Terras de 1850, por exemplo, estabelecia que as terras somente podiam ser adquiridas pela compra. Desta maneira, mesmo havendo vastas áreas de terras livres, o ex-escravo e o imigrante tiveram que se sujeitar a “trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com qual pudessem mais tarde comprar terras”<sup>198</sup>.

Década mais tarde, em 1891, com a Constituição, as terras devolutas passaram para o controle dos Estados, feudos políticos das oligarquias regionais que, ao definirem a política de concessão das áreas devolutas, promoveram a transferência maciça das terras para seu domínio. No decorrer da primeira metade do século XX, com a manutenção do monopólio dos fazendeiros sobre a terra, a propriedade fundiária se constituiu no principal instrumento de subjugação do trabalho<sup>199</sup>. Em decorrência disso, surgiram diversas modalidades de trabalhador rural, constituídas por camponeses não-proprietários e trabalhadores assalariados: foreiros, bóias-frias, posseiros, meeiros, parceiros, moradores de condição,

---

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1986, p. 42.

arrendatários, proletários rurais etc.

Na condição de não-proprietário, o agricultor estava sujeito a todo tipo de desmando e violência do fazendeiro, sendo os mais comuns a expulsão da terra; a extração de uma segunda renda, paga pelo foreiro ou arrendatário, pelo uso da terra, e a proibição do camponês cultivar áreas de subsistência na fazenda, quando assalariado. A expulsão acontecia com muita freqüência com os arrendatários que, contratados para derrubarem a mata, preparavam a terra e plantavam capim para pastagem, sendo banidos da fazenda com o término do contrato. Terminava em expulsão também a recusa ou a impossibilidade do posseiro de pagar mais de uma vez pelo uso da terra a cada grileiro que se apresentava com o “título” de propriedade.

Ao mesmo tempo, os foreiros, que se convertiam em trabalhadores assalariados ou volantes (bóias-frias) e perdiam o direito de possuir um pedaço de chão onde pudesse plantar para sua subsistência, “percebiam que o que passaram a ganhar como salário permitia adquirir menos meios de vida do que conseguiam antes”<sup>200</sup>.

A expulsão da terra, a proibição de cultivar roçado de subsistência e depreciação dos ganhos com o trabalho assalariado foram algumas das condições materiais<sup>201</sup> que empurraram os camponeses às lutas sociais, que convergiram,

---

<sup>199</sup> Cf. MARTINS, op.cit., p.44.

<sup>200</sup> Idem, p.82.

<sup>201</sup> Um relatório do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) publicado nos Estados Unidos em 1966 pôs a nu a as condições de trabalho no campo: “O trabalhador agrícola médio é enganado a cada passo de sua vida: no momento de ser contratado; quando recebe seus salários; quando o produto é dividido; ou no momento de ser despedido. Trabalha num regime de instabilidade e insegurança quase completa. Vive em continuo temor de dispensa, de punição e as vezes de terror. Não tem uma casa decente, nem alimento e água suficientes, nem instrução, nem facilidades médicas e nem sequer esperanças de melhorias (...). Reivindicações para a melhoria das condições de vida e de trabalho só podem ser feitos em circunstâncias humilhantes para quem as faz (...). Para cada trabalhador despedido, existem muitos substitutos nos arredores. Os patrões geralmente tem mantido os seus trabalhadores ‘em movimento’, desorganizados e desorientados, pobres e sem instrução. Em razão que, sistematicamente, são eliminadas as possibilidades de poupar, resulta um estado permanente de dependência em relação ao patrão. Na qualidade de devedores, penhorados, arrendatários ou ‘vendedores’ de produtos agrícolas, chegando, inclusive a ser considerados uma fonte de renda adicional para os proprietários das terras (...) Acontece também que quem está bem organizado é o patrão: rebate qualquer ameaça ao seu quase absoluto controle sobre o trabalhador por meios coletivos sutis e sem alarde (...). Ainda que alguns patrões que contratam mão de obra admitam a existência de graves injustiças e de maus –tratos ao trabalhador rural (...) o modelo de conduta que domina o cenário rural é o dos grandes proprietários de terras e seu conteúdo está marcado pelo ponto de vista que considera os trabalhadores rurais como instrumentos de trabalho, e não como indivíduos com direito a benefícios sociais, políticos e econômicos que a sociedade lhes pode proporcionar”. IANNI, Octávio. A formação do proletariado



durante os anos 50 no Brasil, para a origem das ligas e dos sindicatos camponeses.

Antes mesmo das Ligas Camponesas de Francisco Julião, a organização das massas camponesas já ocorria pelo menos desde 1945 – com o retorno das garantias democráticas ao apagar das luzes do governo Vargas. Neste ano, centenas de Ligas Camponesas foram fundadas pelo Partido Comunista, em diversos estados brasileiros.

Entretanto, com a prescrição do PCB, em 1947, ocorreu o fechamento e, na seqüência, a perseguição às Ligas, que resultou no assassinato e prisão de diversos de seus membros. As que resistiram, passaram a funcionar na clandestinidade. Clodomir Santos de Moraes, que estudou a história das ligas camponesas no Brasil, analisando este período (1945-47) de atuação do Partido Comunista no meio rural, identificou algumas características importantes na origem destas Ligas. Em primeiro lugar, Moraes destaca que as ligas eram um apêndice da estrutura centralizada e unitária do partido e, por isso, atuavam “segundo táticas ditadas por ele, que propugnava uma política de acumulação de forças”<sup>202</sup> para a composição de uma aliança operário-camponesa, com o intento de por fim a persistente estrutura “feudal” no meio rural.

Em segundo lugar, assevera Moraes, havia uma forte predominância de líderes de origem operária na direção das Ligas, hegemonia que caracterizava a forte dependência política dos camponeses aos movimentos operários. E, finalmente, como conseqüência desta última, não se consolidou no campo lideranças camponesas de expressão, que igualmente possuíam pouca influência sobre as teses programáticas do PCB. Isto é, as teses do programa do partido, referentes à política agrária, eram elaboradas sem a participação dos trabalhadores do campo.

Os períodos seguintes, que se iniciou em 1948, com o Partido Comunista posto na ilegalidade, e se estendeu até 1954, com a fundação das Ligas Camponesas em Pernambuco, foi marcado pela origem dos primeiros ensaios de organizações camponesas independentes dos movimentos de trabalhadores da cidade. Essas manifestações de independência ideológica do “campesinato não se

---

rural no Brasil. In: Stedile, João Pedro (Org.) *A questão agrária no Brasil 2*. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 138-9.

<sup>202</sup> MORAIS, Clodomir Santos. História das Ligas Camponesas. In *A Questão Agrária no Brasil 4*. São Paulo. Expressão Popular, 2006, p. 23

generalizaram, mas surgiram de forma esporádica e em lugares distantes (dos centros operários urbanos), onde predominava a agricultura de subsistência. Na maioria dos casos, emergiram de áreas já politizada ou ‘conscientizadas’ no período 1945-1947”<sup>203</sup>.

Contudo, a fase mais importante da história do campesinato no Brasil somente começou a ser escrita em 1955, com a fundação da associação de foreiros do engenho Galiléia – no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco –, denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que logo ficou conhecida como Liga Camponesa.

A Liga surgiu com a anuência do proprietário do engenho Galiléia, Oscar Beltrão, que aceitou o convite dos camponeses para se tornar presidente de honra da entidade. Mas, em seguida, declinou do cargo e passou a perseguir os camponeses. A indicação de Beltrão era uma tática de cobertura política para sobreviver e fugir à repressão policial, método comum do qual os proprietários rurais se utilizavam para impedir a organização dos trabalhadores.

A história dos movimentos dos trabalhadores rurais é marcada pela violência dos latifundiários, que faziam uso de uma variedade de recursos, do mais brando ao mais violento, para garantir o controle ideológico dos trabalhadores e impedir sua organização em classe. Quando as Ligas se multiplicaram, a violência patronal se exacerbou através de

Intimidação, ameaças, espancamentos ao morador que fosse encontrado com a carteira de associado da Liga; expulsão do morador que se recusasse a dar o cambão, que se evidenciasse, como ‘reivindicativo’; destruição de roçados de subsistência (por meio da invasão do local pelo gado), antes que a colheita fosse totalmente efetuada; invasão de domicílios; destruição de moradias; cooptação, oferecendo trabalho, sobretudo àquele que se apresentasse com características de liderança, num local distante, em geral uma usina ou fazenda do mesmo grupo (sendo quase sempre, despedido em seguida); /.../ a prisão de lideranças, intimação para que elas fossem nas sedes de polícia prestar esclarecimentos; criação de destacamentos e quartel de polícia nas sedes dos municípios cuja mobilização era mais intensa; formação e utilização do serviço de “polícia particular” – a capangagem – em quase todas as usinas

---

<sup>203</sup> Ibidem, p.24.

e fazendas; assassinatos de líderes<sup>204</sup>.

Com a saída de Oscar Beltrão, os camponeses foram em busca de respaldo político, para evitar que a repressão policial continuasse. Conseqüentemente, formou-se o Conselho Regional das Ligas Camponesas, composto por políticos que, graças à imunidade de que gozavam, ajudavam a evitar que a polícia cometesse arbitrariedades contra os núcleos camponeses.

O advento do Conselho foi importante porque garantiu amplitude ao movimento camponês, para além das áreas rurais, fazendo ressoar na cidade as palavras de ordem do campo, contribuindo na sensibilização das áreas urbanas sobre as condições de vida dos camponeses. Ainda, cumpriu importante papel na “expansão do movimento camponês, redigindo os documentos principais, analisando os resultados da experiência diuturna das atividades das Ligas e buscando conceituar os fenômenos que fossem surgindo durante a investigação empírica<sup>205</sup>.

Rapidamente, as Ligas se irradiaram pelo nordeste brasileiro, pois bastava reunir um determinado número de camponeses, redigir uma ata, publicar a síntese dos estatutos no Diário Oficial e registrá-la em cartório<sup>206</sup>, e, com isto, a Liga passava a possuir existência legal, ao contrário dos sindicatos – mais difíceis de serem organizados. Ela atraía e agregava principalmente posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros e foreiros porque, ao contrário do trabalhador rural assalariado – mesmo não sendo camponeses proprietários –, eles tinham assegurado, por força de um contrato civil, o direito de plantar e colher nas terras do fazendeiro para quem trabalhavam. Era desta plantação que tiravam sua subsistência e vendiam o excedente.

Assim, mesmo que entrasse em litígio com o dono da fazenda, em virtude das relações jurídicas que possuíam com o latifundiário, poderiam continuar

---

<sup>204</sup> AUED, Bernadete Wrublevcki. Nos caminhos da cisão. In: Stedile, João Pedro (Org.) *A questão agrária no Brasil 4: História e Natureza das Ligas Camponesas -1954-1964*. São Paulo, Expressão Popular, 2005,p.77-78

<sup>205</sup> Inicialmente fazia parte do Conselho: “os deputados Ignácio Valadares Filho, José Dias da Silva, do Partido União Democrática Nacional; Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista; Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador José Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista, Cunha Primo, do Partido Social Democrático, e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista”. MORAIS, 2005, p. 30.

plantando e colhendo, até que se esgotassem todos os recursos legais estabelecidos pelo Código de Procedimento Civil. Portanto, para sobreviver, não dependiam de alguém que lhes pagassem salário. Por sua vez, o assalariado que denunciasse as injustiças sofridas era imediatamente despedido. E, assim, “sem um teto para abrigar a família, sem terra e sem instrumentos de trabalho para plantar, sem poupança de nenhuma espécie, o assalariado agrícola não dispunha de condições materiais para lutar judicialmente contra o patrão”<sup>207</sup>.

Conforme Ianni, a Liga Camponesa do Engenho Galiléia surgiu como “uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças que morriam”<sup>208</sup>. O estatuto também falava “de outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental de assistência técnica”<sup>209</sup>.

As Ligas Camponesas, que se multiplicaram pelo nordeste brasileiro, surgiram com o objetivo principal de lutar contra a sanha e as injustiças perpetradas pelo proprietário de terras, sendo que a reforma agrária não era sua bandeira principal<sup>210</sup>. Manejar com eficácia o Código Civil contra as ações policiais nas fazendas, contra os castigos corporais e outras formas de violência contra o trabalhador agrícola e seus bens eram objetivos principais das Ligas Camponesas na sua origem. Somente mais tarde, no início dos anos 60, é que elas passaram a lutar pela reforma agrária e a defender posições mais radicais, partindo inclusive para o preparo da guerrilhas no campo, inspiradas na Revolução Cubana.

Ainda nos anos de 1960, como desdobramento das lutas camponesas da década anterior, o governo instituiu um sistema jurídico para a organização de sindicatos rurais, isto é, o Estatuto do Trabalhador Rural. Com seu aparecimento, as

---

<sup>206</sup> Ibidem, p.34.

<sup>207</sup> Ibidem, loc.cit.

<sup>208</sup> IANNI, Octávio. “A formação do proletariado rural no Brasil”. In STÉDILE, João Pedro: *A questão agrária no Brasil - o debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo:Expressão Popular, 2005, p. 140.

<sup>209</sup> Ibidem,loc.cit.

<sup>210</sup> A proposta de reforma agrária como bandeira das Ligas Camponesas surge, sobretudo a partir do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado em Belo Horizonte no ano de 1961. O Congresso foi importante porque elaborou a “Declaração de Belo Horizonte”, que se constituiu como marco na luta pela reforma agrária. Neste congresso as teses do PCB de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, foi duramente derrotada pela bandeira dos delegados das ligas, “reforma agrária na lei ou na marra”, que contagiou a maioria dos delegados presentes.

Ligas Camponesas sofreram forte refluxo, em razão do afinco com que passaram a se dedicar ao PCB e a igreja na fundação de novos sindicatos. Nesse sentido, o “empenho, entretanto, do Partido, parece ter se localizado mais na organização de federações e da confederação sindical do que nas bases sindicais /.../ enquanto que aquela se envolvia mais na organização de sindicatos propriamente ditos”<sup>211</sup>.

A estratégia do partido era assumir o controle do movimento camponês pela cúpula, pois o PCB tentava retomar o controle que havia perdido sobre o movimento no campo e, para isso, funda, em 1955, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criada em São Paulo.

O objetivo primeiro era o de organizar uma entidade capaz de coordenar os grupos camponeses nacionalmente. Para isso, aproveitou-se do aparelho nacional do partido, que contribuiu poderosamente para que a ULTAB medrasse pelo país. Contudo, a organização teve pouca penetração no Rio Grande do Sul Pernambuco, em razão da forte presença do Movimento de Agricultores Sem Terra (Master)<sup>212</sup> e das Ligas, respectivamente em cada Estado. Em 1962, a ULTAB possuía um número dez vezes maior de filiados do que as Ligas, composto predominantemente por trabalhadores assalariados.

Segundo as orientações do partido, a ULTAB defendia uma aliança com a ala nacionalista e progressista da burguesia, lançando peso na possibilidade de uma revolução democrático-burguesa, para pôr fim à estrutura arcaica que imperava no campo, a qual, segundo a interpretação do partido, guardava resquícios feudais, obstáculos à expansão capitalista. Segundo este raciocínio, o monopólio da terra exercida pelos latifundiários impedia a ampliação do mercado nacional e o desenvolvimento da indústria nacional e, portanto, colocava burguesia e latifundiários em oposição.

Os camponeses se integrariam a uma frente antiimperialista e antifeudal, com

---

<sup>211</sup> MARTINS, op.cit.,p.82.

<sup>212</sup> O MASTER era a expressão do trabalhismo na organização e direção no movimento camponês. Foi criado pelas mãos do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Sua fundação foi um esforço para manter os trabalhadores rurais sob a tutela do Estado, sem uma ação autônoma como vinha ocorrendo principalmente com as Ligas, onde ecoava com maior independência a voz do campo.

os operários e a burguesia nacional, num processo de transformação pacífica, sem a ruptura com a ordem, combinando as ações dentro e fora do parlamento. Neste rastro, o caminho para os problemas do campo seria uma série de medidas paulatinas e reformadoras da estrutura fundiária, via meios institucionais.

Não demorou muito para que as divergências entre a ULTAB e a Liga Camponesa aparecessem. Dessa maneira, quando a reforma agrária assumiu o centro das discussões nas lutas camponesas, as diferenças ganharam contornos mais claros e definidos, o que fez só aumentar a disputa e a oposição entre ambas, no interior do movimento camponês. Para as ligas, a reforma se daria somente ao se tocar no direito à propriedade, acabando com o monopólio da terra, substituindo-o pela propriedade camponesa; além de não enxergar qualquer contradição essencial entre latifundiário e burguesia, como entendia o PCB.

Diante da agitação no campo, a igreja católica também não perdeu tempo e passou a se preocupar com a possibilidade de perder o controle ideológico sobre os camponeses, como já havia ocorrido com os operários. Em razão das posições conservadoras que defendia e da identificação que tinha com os donos das terras, a igreja perdia prosélitos para o comunismo. Também advertia o clero que a proletarianização do “operário dos campos e o êxodo rural – que o arrastava para a urbe – o tornava vulnerável à agitação e ao aliciamento dos comunistas”<sup>213</sup>.

Defender uma posição mais progressista era a fórmula para deter o avanço do comunismo entre os trabalhadores rurais. O intento seria fixar o homem no campo (ao transformá-lo em um pequeno proprietário) e evitar, portanto, o êxodo e a proletarianização. A ampliação do número de proprietários serviria como uma barreira de contenção à expansão da ideologia vermelha e preservaria a propriedade privada. Constituir-se-ia, assim, segundo a igreja, o caminho mais fácil para afastar o camponês da onda vermelha. Nesse sentido, além do PCB, a igreja católica tinha a clara intenção de neutralizar o apelo das Ligas Camponesas.

Em 1963, a CNBB publicou documento em que reconhecia a gravidade das condições materiais do homem do campo e admitia a possibilidade da desapropriação como recurso para a realização da reforma agrária. A medida, segundo a CNBB, não seria um atentado contra a propriedade privada, desde que

---

<sup>213</sup> MARTINS, op.cit, p.88.

houvesse uma justa indenização. O documento tornava menos ambígua a posição da igreja que, desde os anos 50<sup>214</sup>, quando se envolvera diretamente com os problemas do campo, condenava as condições de vida dos trabalhadores, mas considerava a propriedade privada intocável.

Com isso, a igreja participava dos debates no Congresso Nacional, sobre o artigo 141 da Constituição de 1946, que só admitia a desapropriação por interesse social, desde que houvesse indenização justa, prévia em dinheiro.

Tais debates também tiveram a participação da *Folha de S. Paulo*, nos quais emitiu suas posições frente ao problema agrário e procurou ter influência no processo de definição das políticas agrária e agrícola. O jornal canalizava, em certa medida, as demandas dos setores ruralistas diante da necessidade de reformular o espaço agrícola.

#### A questão agrária e a *Folha de S. Paulo*

Em vista dos conflitos agrários que se desenrolavam no campo brasileiro, da organização dos trabalhadores rurais, da disputa pela hegemonia sobre o movimento camponês, das condições de vida no meio rural e das discussões parlamentares em torno da reforma agrária, a *Folha de S. Paulo* não se esquivou em participar destes acontecimentos e, em seus editoriais, passou a expressar sua concepção sobre os problemas que grassavam o campo.

No entanto, deu pouca visibilidade aos conflitos agrários, já que seus editoriais quase nunca se referem às mobilizações sociais no campo ou à luta pela terra, restringindo-se apenas a cotejar as propostas de Reforma Agrária enviadas ao Congresso. Essa sua posição nos ajudou a balizar, em traços gerais, uma política agrícola da *Folha* para o Brasil, pois, segundo o jornal, serviria ao mesmo tempo para assegurar “a paz social e o progresso da agricultura”<sup>215</sup>.

No início de 1963, a *Folha de S. Paulo* promoveu, junto com o jornal *Correio da Manhã*, o “Congresso Para Definição das Reformas de Base”. Este funcionou

---

<sup>214</sup> Nesta década, no Rio Grande do Sul, o Bispo Eugênio Sales fundara o Serviço de Assistência Rural que oferecia programas de atendimento na área de educação e Saúde e começava a organizar os trabalhadores para fundação de sindicatos.

<sup>215</sup> “Melhores condições para o trabalhador rural”, *Folha de S. Paulo*, 11/04/63.

como uma atividade de ação ideológica, promovida pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), entidade que, segundo Dreifuss, agregava a elite orgânica que, nos anos 60, agenciou diversas ações para desestabilizar o Governo Goulart, preparando caminho para o golpe em 1964.

Como membro do IPES, a *Folha*, juntamente com outros jornais, participava de atividades de ação ideológica, forma de doutrinação social pela qual os golpistas expressavam seu projeto de modernização conservadora. A ação ideológica se configurava em atividades de doutrinação, através da qual a elite orgânica tencionava “unir o emergente bloco de poder em torno de um programa específico de modernização econômica e conservadorismo sócio-político”<sup>216</sup>. Isto é, o Congresso funcionou como um canal pelo qual o bloco de poder, que articulou o golpe, expressou seu projeto de modernização conservadora, servindo como diretrizes para inúmeras reformas, implementadas pelo governo militar. Assim, conforme Martins<sup>217</sup>, o projeto de reforma agrária, que emergiu desta reunião, serviu como núcleo do Estatuto da Terra, apresentado ao Congresso Nacional durante o governo de Castelo Branco. O evento reuniu empresários, técnicos e especialistas de diversas áreas, com a “tarefa de prepararem um diagnóstico da situação fundiária brasileira e de proporem um projeto de lei de reforma agrária do ponto de vista da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros”<sup>218</sup>.

As conclusões desta comissão técnica serviriam como roteiro de trabalho para o Congresso Nacional, pois apresentariam, segundo o jornal, os pontos de vistas de parte de nossa intelectualidade. A respeito da reforma agrária, o diário destaca que o Congresso para a definição das Reformas de Base tinham

o grande mérito de apontar as falhas e omissões de todos os projetos em curso na Câmara Federal ou Assembléias, ao mesmo tempo em que procura traçar as diretrizes gerais para o estabelecimento dos fundamentos jurídicos, econômicos e sociais daquela reforma /.../ que deve ser conduzida e executada dentro dos princípios políticos, doutrinários e cristãos do povo brasileiro<sup>219</sup>.

---

<sup>216</sup> DREIFUSS, 1980, p.232.

<sup>217</sup> MARTINS, op.cit, p.93.

<sup>218</sup> Ibidem, p.93.



A proposta elaborada por este Congresso foi uma entre tantas de reforma agrária<sup>220</sup> que surgiram entre 1946-64 e que buscavam equacionar os problemas derivados do campo e das pressões dos movimentos camponeses.

É bom que se diga que, apesar de se referir sempre ao tema da reforma agrária, o que, na verdade, o jornal defende não são medidas que visam promover a melhor distribuição das terras, a fim de atender aos princípios de justiça social<sup>221</sup>, mas, antes, resolver o problema da agricultura brasileira, via modernização capitalista<sup>222</sup>, subordinando o campo à indústria, elevando a produtividade e eliminando o latifúndio improdutivo, para aumentar a rentabilidade da grande exploração rural.

Segundo esta racionalidade, a estrutura fundiária no Brasil permanecia como um forte obstáculo ao desenvolvimento capitalista. Assim, aquilo que o jornal chama de “reforma agrária” era, na verdade, um conjunto de medidas que objetivava aumentar a produtividade no campo, por meio da introdução de técnicas de

---

<sup>219</sup> “Desafio ao congresso”, *Folha de S.Paulo*. 05/05/63.

<sup>220</sup> Apesar de somente em 1964 ter surgido a primeira lei de Reforma Agrária no Brasil (Estatuto da Terra), muitas outras propostas surgiram neste período: 1) A proposta da bancada do PCB na constituinte de 1946; 2) A da Igreja Católica no Brasil; 3) o projeto do deputado Coutinho Cavalcanti (PTB/SP) em 1954; 4) A proposta dos movimentos camponeses reunidos no Congresso de Belo Horizonte, em 1961; 5) O projeto do deputado Leonel Brizola (PTS/RS) em 1963 e; 6) o projeto do governo Goulart. Ver. STEDILE, João Pedro (Org). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

<sup>221</sup> Mendonça, assevera que focalizar adequadamente a reforma agrária é compreendê-la por sua acepção distributiva – “como fruto de uma decisão política do Estado para tentar solucionar algo bem mais amplo, a ‘questão agrária’ – que obstaculiza o desenvolvimento da democracia, ainda que não dificulte, ao contrário, o desenvolvimento capitalista”. Portanto, para ela, um país está entravado por uma “questão agrária”, quando existe uma estrutura fundiária altamente concentrada, que produz um dinâmica perversa “que bloqueia tanto o esforço para aumentar a produção e a produtividade no campo, quanto as tentativas de melhorar o nível de vida da população rural e, sobretudo, seu grau de participação no processo político democrático”. Assim, a questão agrária não pode se reduzir a simples fatores de ordem puramente econômicos. “Em verdade”, continua ela, “se esta diante de um problema que também é de ordem institucional, ligado a mecanismos jurídicos, políticos e culturais que recentemente se formaram no meio rural, derivados de três processos interligados: a) o alto grau de concentração da propriedade; b) a existência de uma vasta população no campo destituída da terra; e c) a chamada ‘juridicização’ do ‘problema agrário’, sobre tudo a partir da década de 1980. Logo, a ‘questão agrária’ é estrutural, e não poder ser resolvida apenas com medidas de política agrícola ou social, já que seus efeitos, fatalmente, serão destruídos pela estrutura fundiária defeituosa, mantida preservada”. MENDONÇA, Sônia Regina. “A classe dominante agrária – natureza e comportamento: 1964-1990”. In: Stedile, João Pedro (Org.) *A questão agrária no Brasil 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 77-78. Portanto, não se pode falar em reforma agrária, sem falar no fim do monopólio da terra e na melhoria das condições de vida da população camponesa, questões as quais a *Folha* evita falar

<sup>222</sup> Quando Florestan Fernandes se refere ao caráter conservador e mesquinho de nossa burguesia, entre outros pontos toca no projeto de modernização que ela detém. Onde modernização não se refere ao mundo da participação política das massas, nem a melhoria nas condições sociais da população. Mas, antes se refere a “uma modernização circunscrita ao âmbito empresarial e as

produção capitalista e da extinção do latifúndio improdutivo. Com isso, a estrutura fundiária permaneceria intocada, já que o monopólio da terra, o latifúndio, não era antagônico a esta proposta de modernização do campo. Aliás, conforme Martins, “monopólio de classe sobre a terra e o monopólio de classe sobre o capital /.../ são imprescindíveis no capitalismo para subjugar o trabalho dos trabalhadores”<sup>223</sup>.

O conteúdo do projeto de reforma agrária – ou melhor, de modernização agrícola – do diário previa a necessidade de melhorias das condições de vida da população rural, que vivia “em evidente contraste à situação do trabalhador urbano, protegido pela lei e cada vez mais fortalecido por suas associações de classe”<sup>224</sup>.

Admitia, assim, que o homem do campo vivia em situação de “miséria, subnutrição, analfabetismo, exploração por parte dos gananciosos, falta de habitação condigna e de condições satisfatórias de higiene”<sup>225</sup>. Esta realidade, segundo a *Folha*, alimentava as agitações no campo e servia de caldo de cultura para o comunismo. A elevação das condições materiais de sua existência se daria como consequência do desenvolvimento capitalista na zona rural<sup>226</sup> e pela extensão da legislação trabalhista ao trabalhador do campo. Dessa maneira, acabariam de uma vez por todas com as formas de exploração pré-capitalista predominante no campo, resquícios da sociedade colonial, e serviria também como muro de contenção das mobilizações camponesas. Pois, sofrendo

todas as vicissitudes em estado de quase apatia, a grande massa dos trabalhadores agrícolas vai agora encontrando líderes dispostos a inflamá-la e agitá-la, menos, porém no interesse da elevação social e econômica da classe do que no de seus propósitos de conseguir prestígio político. Surgem, assim, as ligas camponesas, e num e noutro Estados grupos de trabalhadores rurais mal orientados assaltam propriedade e praticam outros

---

condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico”. IANNI, Octávio (org.) *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 429

<sup>223</sup> MARTINS, op.cit,p.162.

<sup>224</sup> “Melhores condições para o trabalhador rural”, *Folha de S. Paulo*, 11/04/1963.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> A respeito da expansão do capitalismo no campo, Martins, explica que as pessoas quando se referem a este termo querem dizer duas coisas “combinadas entre si: de um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra. O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso : - os

atos extremos de desatino, sob acicate de líderes quase sempre oportunistas. /.../ O problema vai, todavia, assumindo proporções cada vez graves e urge que a classe patronal agrícola desperte para ele. Não deve ela encarar o Estatuto do Trabalhador Rural, ou outra lei qualquer de proteção ao trabalhador rural, como ameaça à situação econômica e financeira da lavoura ou como ônus extra a ela imposto, mas como passo necessário e indispensável para a dignificação daquela mão-de-obra, que só assim poderá integrar-se, como deve, de maneira plena em nossa sociedade progressista. /.../ De uma classe rural independente, que tenha condições dignas de vida, que possa encontrar no interior o ambiente adequado ao progresso material e espiritual de suas famílias dependem afinal, em última análise, a paz social e o progresso da própria agricultura<sup>227</sup>

A premissa de que o desenvolvimento capitalista, por si só, irá elevar o padrão de vida da população rural é infundada, segundo Caio Prado. Observa ele que, durante as décadas de 40 e 50, além do aumento da concentração agrária, a introdução dos avanços técnicos na lavoura não significou melhorias nas condições de vida e de trabalho dos camponeses, pelo contrário, serviram para agravá-las.

Dessa maneira, o fim para os quais se modernizaram as técnicas agrícolas não foi outro senão o de aumentar a rentabilidade da produção. Portanto, não guarda relação necessária com a melhoria nas condições de trabalho. Caio Prado inclusive compara as condições de trabalho, principalmente a renda, nas propriedades mecanizadas com as que não fizeram uso dos avanços técnicos e conclui que não há nenhuma modificação sensível. E mais, adverte ele, o que determina a remuneração do trabalhador rural é a oferta de mão-de-obra. Numa sociedade com enorme concentração fundiária, como o Brasil, que já possui uma numerosa população destituída da terra, a tendência é, ao aumentar a oferta de mão-de-obra com a mecanização da lavoura, a depressão dos salários.

Na lavoura canavieira, por exemplo, o progresso técnico foi acompanhado da concentração fundiária, na medida em que a área agrícola foi se expandindo e anexando as terras, antes destinadas às culturas de subsistência, mantidas pelos trabalhadores, das quais tiravam seu principal sustento. Com isso, viram-se, então,

---

trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar” MARTINS, op.cit.,p.152  
<sup>227</sup> “Melhores condições para o trabalhador rural”, *Folha de S. Paulo*, 11/04/1963.

obrigados a adquirir alimentos no comércio “a preços relativamente elevados em confronto com o acréscimo de salário obtido em compensação pela perda do direito de terem suas próprias culturas”<sup>228</sup>.

Apesar das evidências, o jornal assegurava que a melhoria das condições de trabalho no campo e a elevação do nível de vida da população campestre – fruto do avanço capitalista – era a maneira mais adequada para neutralizar os líderes dispostos a “inflamar e agitar” a zona rural e de eliminar o “combustível” que alimentava a desordem e a agitação. Assim, a “reforma agrária”, para o jornal, era condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao derrubar os obstáculos ao progresso das forças produtivas. E criticava, por esta razão, todos aqueles que se opunham à reforma agrária, por entender que a estrutura agrária no país era “intocável” e, desta forma, empenhou-se “teimosamente” em “conservar tudo como está”. Não somente criticava, mas admoestava a direita porque, como consequência desta intransigência, a esquerda prosperava

exatamente porque o extremo oposto lhe fornece o caldo de cultura. Aqueles que se opõem com unhas e dentes a qualquer tipo de reforma que vise a resolver problemas fundamentais do país, estão fazendo o jogo dos agitadores da esquerda. A pregação destes encontra campo propício nos desajustes sociais nos desnivelamentos econômicos chocantes na miséria perpetuada. A instituição de uma ordem social e econômica mais humana seria passo decisivo para eliminar o perigo comunista<sup>229</sup>.

Com estas palavras, a *Folha* passou a justificar sua postura frente ao problema agrário, a defender a necessidade da “Reforma Agrária” e a desaprovar aqueles que afirmavam que o tema não passava de slogan, na boca dos agitadores e extremistas. Por isso, o jornal insistia na emergência da “reforma agrária”, passo decisivo para realizar a justiça social e evitar que falsos líderes, “aproveitando-se do anseio comum de reformas, passem a promover agitação estéril e destrutiva”. Ademais,

---

<sup>228</sup> Cf. PRADO JUNIOR, 2000, p.51.

<sup>229</sup> “Contra os extremismos”, *Folha de S. Paulo*, 23/07/63.

vale a pena salientar que certos temas, como a reforma agrária, dadas as muitas perversas distorções que podem ter na boca de agitadores, apresentam especial tendência para a rápida fermentação, de modo que, quanto mais tardar uma decisão criteriosa do legislativo, tanto mais se terá incentivado o desassossego em todas as camadas sociais com gravíssimas repercussões na vida nacional<sup>230</sup>.

O Congresso para Definição das Reformas de Base foi um esforço do diário para facilitar os trabalhos do Parlamento, para que este respondesse com a urgência necessária às constantes agitações que estavam ocorrendo no campo, em função da estrutura agrária arcaica no Brasil. A espinha dorsal do plano de “reforma agrária”, idealizado pelo jornal, foi elaborada a partir das discussões do Congresso. Nossa missão aqui é apresentar o plano.

Em primeiro lugar, tal plano defende “a regionalização dos estudos e da execução de qualquer programa de reforma agrária”<sup>231</sup>. A defesa deste princípio, segundo a *Folha*, se fundamentava na difícil tarefa de conceituar técnica e juridicamente o termo latifúndio. O Brasil, com suas enormes diferenças regionais, variadas áreas de exploração agrícola, diferentes graus de desenvolvimento econômico e diversidade nos processos de exploração da terra, não podia possuir um projeto único de reforma agrária. Deveria, pelo contrário, elaborar planos diversos, “conforme as peculiaridades das diferentes regiões do país”<sup>232</sup>, considerando, conseqüentemente, suas “diferentes características ecológicas, econômicas e sociais”<sup>233</sup>. Isto é, um programa absoluto e inflexível de reforma agrária não era adequado à nossa realidade, mas sim um que refletisse a heterogeneidade de nosso território, que apresentava

acentuado desequilíbrio no desenvolvimento de suas regiões geoeconômicas, com flagrante diversidade nos processos de exploração da terra, o Brasil tenha um esquema rígido e uniforme para orientar as alterações da estrutura agrária, onde se façam necessárias, dentro de

---

<sup>230</sup> “Desafio ao congresso”, *Folha de S. Paulo*. 05/05/63

<sup>231</sup> “A reforma agrária”, *Folha de S. Paulo*, 25/01/63.

<sup>232</sup> *Idem*.

<sup>233</sup> “Regionalização da reforma agrária”, *Folha de S. Paulo*, 17/03/63.

métodos democráticos e sem maiores comoções<sup>234</sup>.

A defesa da regionalização da reforma agrária, como solução à difícil definição de latifúndio, em virtude das diferenças regionais em um país de dimensões continentais, que, à primeira vista, se reveste de uma sincera preocupação com a execução de uma reforma agrária eficaz, funciona como subterfúgio à discussão central na estrutura fundiária brasileira, a própria existência do latifúndio.

O jornal utiliza deste expediente retórico para passar ao largo da questão e, desta maneira, jamais conceitua, em seus editoriais, o que é latifúndio. Quando passa a se referir à racionalidade técnica do aproveitamento e uso do solo, apenas define-o como improdutivo ou não. Portanto, acaba evitando o problema da extensão das propriedades rurais e, conseqüentemente, do monopólio e concentração de terras.

Segundo Caio Prado, o argumento que elege o “latifúndio improdutivo” como principal problema da agricultura brasileira tem a intenção deliberada de evitar o debate sobre o latifúndio por extensão. Principalmente, diz ele, porque os “adversários do latifúndio improdutivo” nunca o conceituam com precisão, ficando ao sabor da conveniência sua definição mais acabada. E a razão de tal artimanha é evitar o tema da desapropriação.

A *Folha* recorre a este expediente quando, em julho de 1963, o PSD apresenta um projeto de emenda constitucional, com o objetivo de desapropriar áreas improdutivas por interesse social. Dessa maneira,

A emenda pessedista é também inadequada quando discrimina, até com menção de áreas e de porcentagens de aproveitamento econômico os casos em que não poderá efetivar-se à desapropriação. Será preferível confiar tais discriminações ao critério da lei ordinária sempre menos rígida e mais sensível à das condições econômicas, sociais e culturais que prevalecem nas distintas zonas do país, as quais, por si só, impõem o

---

<sup>234</sup> Idem.

princípio da regionalização da reforma agrária<sup>235</sup>.

Apesar de não sabermos quais foram as dimensões estabelecidas pelo projeto do PSD, a *Folha* – favorável ao fim do latifúndio improdutivo – rejeitou a definição de latifúndio produtivo, dada pelo PSD, por ter horror à idéia de desapropriação, fossem ele por extensão ou por produtividade. Aceitar a desapropriação feriria o princípio da inviolabilidade da propriedade privada. Assim, preferiu sair pela tangente, sem qualificar com precisão as áreas que poderiam ser utilizadas para a reforma agrária, por interesse social. Recorre, então, à possibilidade dela ser definida por lei ordinária, devido à sua maior “flexibilidade” para não assumir claramente sua posição frente à desapropriação.

O gesto do jornal só vem confirmar o que Caio Prado disse anteriormente, ou seja, que a discussão sobre o latifúndio improdutivo foi utilizada para evitar o debate da reforma agrária. No entanto, independentemente desta argumentação vazia (latifúndio improdutivo), para Prado Junior, ela de modo algum invalida a necessidade de uma reforma agrária, que acabe com a concentração fundiária e resolva as questões sociais que dela derivam, como, por exemplo, o êxodo rural. Isso porque

o latifúndio improdutivo pode ser, e efetivamente é, um mal a ser combatido. Mas não pode ser isolado e separado, no combate que contra ele se pretende, das demais circunstâncias que tornam possível sua existência; da questão agrária em seu conjunto de que ele não constitui senão elemento derivado que se eliminará, e somente se eliminará na reforma geral da economia agrária brasileira. Proposta noutros termos, a luta ou pseudo-luta contra o latifúndio improdutivo nada mais será que uma diversão, um escamoteamento do problema agrário brasileiro<sup>236</sup>.

O autor é enfático em dizer que o problema no Brasil, muito mais que o latifúndio improdutivo, é a persistente manutenção histórica da grande propriedade, causa da grande miséria da população camponesa. Sua existência tira da grande

---

<sup>235</sup> <sup>235</sup> “Reforma agrária sem espoliação”, *Folha de S. Paulo*, 21/07/1963.

massa de trabalhadores rurais outra alternativa, que não a de vender sua mão-de-obra. Sendo assim, “Uma estrutura fundiária altamente concentrada /../ também determina a concentração, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural”<sup>237</sup>. Portanto, sua existência atravanca a possibilidade de elevar o nível de vida da população rural e, sobretudo, seu grau de participação nos processos de decisão política.

Dados do recenseamento, realizado na década de 1950, nos dão idéia da alta concentração fundiária no Brasil: os pequenos estabelecimentos rurais correspondiam a 85% do total das propriedades e ocupavam 17% da área recenseada; os médios ocupavam 8% da área e correspondiam a 6% dos estabelecimentos, enquanto os grandes, que eram apenas 9%, ocupavam 75% da área cultivável<sup>238</sup>.

Caio Prado, que examinou este recenseamento, afirmava que a propriedade rural era, na realidade, mais concentrada, contudo, o censo não diferenciava proprietário de arrendatário e registrava como proprietário o trabalhador rural. Mesmo assim, os dados não escondem a forte concentração da propriedade fundiária no país, pois, de um lado, uma pequena parte dos proprietários assegura 2/3 das terras cultiváveis e, de por outro, contingentes da população rural não dispõem de um quinhão apropriado de terra para garantir sua subsistência em um nível adequado. Estes somam cerca de cinco milhões de trabalhadores rurais, entre assalariados e parceiros que se vêem obrigados a buscar seu sustento junto aos grandes proprietários, alheando sua força de trabalho. Comparando os números da pesquisa com os da década anterior, Prado observa que houve aumento da concentração fundiária e afirma que,

nesse intervalo, a área média dos estabelecimentos agropecuários passou de 103,8 alqueire para 112,5. O ganho foi inteiramente absorvido pelos grandes estabelecimentos, pois, enquanto a área média dos estabelecimentos até 100 ha sofreu uma pequena redução (de 22,1 para 21,8 alq.), os grandes, de mais de 100 alq., tiveram sua área média

---

<sup>236</sup> PRADO JUNIOR, op.cit.,p.79.

<sup>237</sup> MENDONÇA, op.cit.,p.78.

<sup>238</sup> Cf. PRADO JUNIOR, op.cit.,p.81.



fortemente acrescida: de 431,7 alq. para 642,9<sup>239</sup>.

O monopólio da terra não é antagônico à expansão capitalista, nos países de economia subordinada ao grande capital. Por isso, ao longo da exposição do seu projeto, a *Folha* não faz nenhuma menção à necessidade de extinguir o latifúndio, como passo obrigatório para elevar o padrão de vida da população rural.

Sua proposta reflete apenas a preocupação com o aumento da produtividade agrícola. Portanto, o projeto de “reforma agrária” da *Folha de S. Paulo* não tinha caráter distributivo, mas se configurava como um conjunto de medidas que favorecia a exploração da terra e não dava, por esta razão, nenhuma atenção à questão dos indivíduos ou à função social da terra.

Diferentemente da *Folha*, a proposta do nacional-desenvolvimentismo via o latifúndio como obstáculo à expansão capitalista. No plano Trienal do governo Goulart, elaborado por Celso Furtado<sup>240</sup> (expressão maior do desenvolvimentismo no Brasil), as reformas estruturais, entre elas a reforma agrária, eram parte das medidas antiinflacionárias, a médio e longo prazo. Segundo ele, um dos fatores que contribuía para as pressões inflacionárias era o estrangulamento da oferta agrícola, que provocava a elevação do preço dos produtos alimentícios, devido à escassez na oferta de alimentos para abastecer as cidades, reflexo da estrutura fundiária fortemente marcada pelo latifúndio improdutivo e subutilizada, enquanto milhares de camponeses sem-terra não tinham como produzir.

Por sua vez, dizia ele, a concentração fundiária tinha seus desdobramentos na concentração econômica, quando o camponês sem terra e sem trabalho contribuía para deprimir o valor dos salários no campo e na cidade. Ou quando a pequena extensão de terra inviabilizava a exploração econômica. E, sem a capacidade de compra na cidade ou no campo, o mercado interno para os produtos industriais se via diminuído na sua capacidade de consumo.

Nesta perspectiva, a realização de uma reforma agrária, que transformasse o

---

<sup>239</sup> Idem., p.82.

<sup>240</sup> Ver SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó, Argos, 2004. Em um dos capítulos do livro o autor esboça um quadro com as diferentes percepções da dinâmica inflacionária elaborada por monetaristas e desenvolvimentistas, principalmente entre Gudin e Furtado – respectivos representantes de cada um das correntes

latifúndio em pequenas propriedades camponesas, daria nova dinâmica ao desenvolvimento capitalista; aumentaria a produção de alimentos, tanto como bens de consumo, como bens de produção para indústria; ampliaria o mercado interno para os produtos industriais, etc. Na perspectiva do nacional-desenvolvimentismo, a reforma agrária era parte de uma estratégia de desenvolvimento capitalista independente e antiimperialista.

Contudo, se recolocarmos a problemática dentro de uma conjuntura de um capitalismo dependente e subordinado, como o da realidade brasileira, compreenderemos não só a posição da *Folha*, frente ao latifúndio, como a da própria burguesia que, não só não apoiou a reforma agrária, como também articulou o próprio golpe militar, que pôs fim ao sonho de uma reforma distributiva.

Em primeiro lugar, devemos ter em conta qual foi o papel que o latifúndio ocupou na nossa formação histórica e em nosso desenvolvimento econômico, assim, poderemos vislumbrar com maior clareza sua função social.

Segundo Caio Prado, a concentração fundiária no Brasil torna possível o grande empreendimento agro-mercantil, desde os tempos coloniais, pois parcela considerável da população não tem alternativa senão a de vender sua força de trabalho aos grandes fazendeiros, que produzem para abastecer os mercados externos. Nesse sentido, a “concentração fundiária tem assim duplo efeito: primeiro o de conceder ao empreendimento mercantil uma base territorial conveniente /.../ em seguida, de assegurar /.../ a mão-de-obra indispensável de que necessita”<sup>241</sup>.

A grande massa de trabalhadores, dessa maneira, transforma-se em possível oferta abundante de mão-de-obra a baixo custo, primeiramente no campo e, posteriormente, na cidade, resultado do êxodo rural, deprimindo os salários urbanos e aumentando os níveis de acumulação capitalista, em época de expansão industrial no Brasil. Como explica Rosa Vieira,

A região (se referindo ao nordeste) transformou-se em um imenso reservatório do exército industrial de reserva, oferecendo um vasto contingente de trabalhadores que, em “paus-de-arara”, migravam para o Centro-Sul para alimentar as indústrias e os serviços urbanos, com sua mão-de-obra barata, e possibilitar a manutenção dos salários reais em

---

<sup>241</sup> “Relações econômicas”, *Folha de S. Paulo*, 25/03/1963.

níveis compatíveis com as necessidades de acumulação do capital<sup>242</sup>.

É essa lógica que se viu na época colonial, isto é, os portugueses, como dirigentes do<sup>243</sup> grande negócio, e os indígenas e negros africanos, incorporados como força de trabalho. Disto resultou uma herança fundiária que sofreu poucas modificações (diversificação das atividades econômicas, a constituição de um mercado interno, o afluxo de contingentes migratórios, a produção para a indústria, etc) e deixou intacto a organização e a utilização da terra. Em outras palavras, “a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha /.../ mas em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população”<sup>244</sup>.

Sob esta lógica, organizou-se e se estruturou a vida econômica do Brasil, ou seja, produzindo na grande propriedade, com oferta de mão-de-obra abundante, objetos demandados pelo comércio europeu, deixando para segundo plano a produção de gêneros necessários à subsistência da população local. A produção para o mercado interno era realizada nas grandes propriedades como atividade suplementar e marginal à grande exploração ou, então, em pequenas propriedades, assumindo menor expressão econômica.

Em muitos casos, a pequena propriedade derivou do fracionamento da grande propriedade, como produto dos insucessos da grande exploração, “seja porque não logrou tomar pé, seja porque não resistiu a situações mais graves da conjuntura econômica”<sup>245</sup>.

Para Rosa, o inverso desta lógica também é verdadeiro, ou seja, a prosperidade da grande lavoura anexa e absorve a pequena propriedade dedicada à subsistência. O processo de expansão das lavouras de grande exploração ocorreu, principalmente, quando houve valorização dos preços dos produtos no mercado. Ao absorver um maior número de terras, terminou por agravar conseqüentemente as condições de vida do homem do campo, seja tomando as terras dos pequenos

---

<sup>242</sup> VIEIRA, Rosa Maria. “Celso Furtado e o nordeste no pré-64: Reforma e ideologia”. In *Projeto História* 29 Tomo I. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2004, p.56-57

<sup>243</sup> PRADO JUNIOR, op.cit.,

<sup>244</sup> Ibidem, p.49-50.

<sup>245</sup> Ibidem, p.72.

proprietários, seja acabando com a lavoura de subsistência, e conseqüentemente abriu caminho “à intensificação do êxodo rural, ao crescimento do desemprego e subemprego nas áreas urbanas”<sup>246</sup>.

Pesquisas realizadas por Stolcke – e citadas por Welch – só vêm confirmar a proletarização do trabalhador rural, entre os anos 50 e 60. Elas apontam que o avanço da cultura da cana sobre a lavoura de subsistência provocou a redução no número dos trabalhadores permanentes e aumentou a força de trabalho temporária. Em outras palavras, os trabalhadores transitaram da situação de colono para o de bóia-fria, situação

em que os colonos eram típicos trabalhadores fixos /.../ e os bóias-frias os trabalhadores temporários /.../. Inerente à esta mudança, havia uma perda de status, de dignidade, na medida em que os trabalhadores rurais iam da quase auto-suficiência, como colonos, à total dependência dos salários, como bóias-frias<sup>247</sup>.

A precarização das relações de trabalho não ficou restrita às regiões canavieiras do nordeste, já que atingiram também os cafezais de São Paulo, principalmente com a queda nos rendimentos, depois da crise de 1929. Para reporem as perdas nos preços do café, os cafeicultores reduziram os salários dos plantadores e os “custos não essenciais, tais como aqueles associados à manutenção das residências dos colonos e dos benefícios contratuais”<sup>248</sup>.

Para elucidar melhor porque a burguesia nacional, da qual a *Folha* é uma de suas expressões, não se postou a favor da reforma agrária, como condição necessária para expansão do mercado interno, devemos considerar a integração do Brasil na economia mundial. Na obra *Dialética da dependência*, Marini nos ajuda elucidar a posição da burguesia brasileira. Ele explica que a criação da grande indústria nos países centrais

---

<sup>246</sup> VIEIRA, op.cit.,p.59

<sup>247</sup> WELCH, Cliff. “Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964”. In *Projeto História* 29 Tomo I. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2004, p.371-372.

teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permita a especialização, por parte da sociedade, na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização européia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a extremada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não teria podido ter lugar se estes não estivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Foi isto que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas”<sup>249</sup>.

Saído do período colonial e recém-ingresso na era da revolução industrial européia, o Brasil se integrou à economia mundial como produtor de gêneros primários, para os mercados dos países industrializados. Esta função garantiu aos países industriais a possibilidade de se especializarem na produção de manufaturados, pois a produção de matérias-primas para suas indústrias e os alimentos para o consumo de sua população passaram a ser supridos pela produção agrícola nas periferias do sistema.

Como na grande lavoura açucareira do século XVI, cuja produção satisfazia a demanda pelo produto na Europa, agora, do mesmo modo, a grande lavoura no Brasil serve ao mercado externo. Nossa economia, então, cumpre as exigências da circulação capitalista, na esfera do mercado mundial, produzindo para os países industriais, portanto, sua produção para se realizar não depende da capacidade de consumo do mercado interno. Assim, “a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo”<sup>250</sup>. Portanto, a capacidade de consumo do trabalhador brasileiro não interfere na realização da produção. “Em conseqüência, a tendência natural do sistema será sempre o de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que

---

<sup>248</sup> Ibidem, p.371.

<sup>249</sup> MARINI, op.cit., p.111.

<sup>250</sup> Ibidem, p.134.

esta seja resposta”<sup>251</sup>, aumentando a extração da mais-valia pela superexploração do trabalho, que se exprime na compressão dos salários, ou nas jornadas exaustivas de trabalho. Isto se torna possível nestes países porque a única saída para a produção local é o mercado mundial, e onde os ganhos do trabalhador em nada interferem na composição no mercado interno.

Exposto isso, fica fácil compreender por que o projeto de reforma agrária, com viés distributivo, não interessava às classes dominantes: porque sua produção voltava-se para o exterior. Contudo, interessava uma reforma que resolvesse os problemas da pouca racionalidade, eficiência e baixa produtividade do sistema agrícola.

Deste modo, nada preocupada com a questão da concentração da terra, o discurso da *Folha* se fixou na idéia de que a solução estaria na introdução de técnicas mais racionais na agricultura. Como o latifúndio improdutivo não respondia aos padrões da racionalidade e eficiência capitalistas, deveria ser eliminado, não pela divisão em pequenas propriedades, mas pela otimização do uso da terra, por meio de uma carga tributária que onerasse a propriedade improdutiva ou subutilizada.

Assim, mais um ponto do projeto de reforma agrária do jornal, poucas vezes mencionado, era o investimento público para a capacitação do homem do campo e de técnicos especializados. O que ia de encontro à necessidade de melhoria dos níveis de eficiência e produtividade no campo, ao mesmo tempo em que contribuiria no plano de execução da reforma. A falta deste pessoal (engenheiros-agrônomo, médico-veterinários, zootecnistas, economistas rurais, técnicos agrícolas de nível médio, assistente sociais ), segundo a *Folha*, era tamanha que, qualquer projeto de reforma agrária que não considerasse este aspecto, era pontuado por excesso de “demagogia” e falta de “objetividade”. As afirmações do jornal baseavam-se nas discussões que se desenrolaram no III Congresso Brasileiro de Agronomia, que sugeriu um plano emergencial (devido “a longa duração dos cursos e grande soma de investimentos”) para suprir a falta destes profissionais. Sendo assim,

Efetivamente, com base na experiência adquirida no SENAC e no SENAI,

---

<sup>251</sup> Ibidem,p.134.

preconiza-se a preparação, em cursos rápidos e de baixo custo, de práticos rurais. Seriam eles mobilizados para as tarefas rotineiras de caráter executivo, particularmente para os serviços de assistência às populações do campo, assim atenuado a escassez de técnicos de nível universitário. Além disso, a fórmula sugerida envolve interessantes inovações, como a introdução do regime de externato nas escolas práticas de agricultura (visando manter os vínculos entre os educandos e o meio rural), a entrosagem desses estabelecimentos com as comunidades de sua área de ação e a instalação de cursos rápidos de economia doméstica. /.../ Assim, o congresso dos agrônomos ofereceu lúcida contribuição para o remanejamento do ensino agrícola de grau médio, realmente exigido para a imensa tarefa de renovação da agropecuária brasileira e para a redenção econômica e social das populações rurais<sup>252</sup>.

Um terceiro ponto anunciado pelo matutino, como elemento integrante de seu projeto “reformista”, era o uso do imposto territorial rural como instrumento para equacionar a produtividade da terra. Para ele, os instrumentos tributários não escondiam seus vínculos com uma “reforma agrária” tecnicista. Isso porque visariam, *a priori*, a elevação da produtividade rural e, do ponto de vista da eficiência capitalista, penalizavam o latifúndio considerado improdutivo, por meio de dispositivos fiscais

como instrumento que, ao lado de outras medidas, levará ao melhor e mais proveitoso uso da terra, dentro do ângulo do interesse econômico e social da comunidade. De fato, temos sustentado que esse tributo poderá constituir poderosa arma reformista, desde que sua incidência seja inteligentemente graduada, isto é, gravando fortemente as glebas inexploradas ou de baixo rendimento e instituindo taxas reduzidas (ou mesmo isenções totais) para as propriedades exploradas mediante pleno aproveitamento de todos os seus recursos<sup>253</sup>.

Dessa maneira, consideravam que o valor do imposto a ser cobrado era

---

<sup>252</sup> “Técnicos para a reforma agrária”, Folha de S. Paulo, 18/07/63.

<sup>253</sup> “Regionalização da reforma agrária”, *Folha de S. Paulo*, 17/03/63.

<sup>253</sup> Idem.

inversamente proporcional ao tamanho e à produtividade da propriedade. E sua vantagem em relação à desapropriação é já contava com a manifestação favorável da classe agrônômica brasileira que vinha reforçar

as correntes de opinião que entendem indispensável à inclusão dos instrumentos de ordem fiscal no conjunto de medidas capazes de operar, dentro de normas democráticas, a reformulação da estrutura agrária. Com efeito, em pronunciamento desapaixonado e objetivo, fundado exclusivamente no exame dos aspectos econômicos e técnicos do problema, o III Congresso Brasileiro de Agronomia reconheceu que o imposto territorial rural deve ser vinculado a qualquer programa de reforma agrária. /.../ Nas condições atuais, o imposto territorial aplicado ao inteiro arbítrio de cada município quase sempre sem atendimento a seus objetivos sociais e econômicos – perdeu todas as características de arma reformista que se lhe poderia atribuir, não passando de simples item da receita /.../, o tributo poderia atuar no sentido de acelerar a eliminação dos latifúndios improdutivos e de estimular o bom aproveitamento das terras, dentro dos princípios do interesse social<sup>254</sup>.

As medidas fiscais corrigiriam o uso da terra, “mediante taxações progressistas, na ordem direta do tamanho das propriedades e na inversa de seu rendimento”, e não feririam os direitos “dos proprietários que a exploram (a terra) em função do bem-estar coletivo /.../ e dispensando tratamento corretivo àqueles que deixam suas glebas abandonadas ou improdutivas, por incapacidade técnica e financeira ou por especulação imobiliária”<sup>255</sup>.

Para sua execução, o imposto, do âmbito municipal, seria transformado num imposto federal e os municípios teriam uma compensação pela perda de arrecadação. Para o jornal, as medidas fiscais anunciadas seriam instrumentos eficazes para realizar justiça social, ao atacar o latifúndio improdutivo e solucionar “um problema do maior interesse para vida econômica, social e política do Brasil”<sup>256</sup>.

No entanto, a tributação territorial, no discurso do jornal, mais do que corrigir o problema da baixa produtividade da terra, onerando as propriedades subutilizadas,

---

<sup>254</sup> “Armas fiscais na reforma agrária”, *Folha de S. Paulo*, 25/07/63

<sup>255</sup> “Atuação dos partidos em face a reforma agrária”, *Folha de S. Paulo*, 25/04/63



nos possibilita entrever que a adoção de tal medida evitaria os processos de desapropriação.

O último item presente, em seu projeto de reforma agrária, dizia respeito ao valor e à forma de pagamento das indenizações das desapropriações. As indenizações não necessitavam ser feitas à vista, porém, as correções deveriam cobrir as perdas inflacionárias.

O texto constitucional de 1946 condicionava, no parágrafo 16 do art. 141, à prévia e justa indenização em dinheiro aos proprietários das terras incluídas no programa de reforma agrária. Este artigo constituía um dos mais debatidos, pois, do ponto de vista do governo, era um dos maiores óbices às desapropriações, tornando qualquer reforma inexequível, dados os custos. Em um dos seus discursos públicos, Goulart qualificava esta determinação um negócio agrário, pois afirmava que

Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública em longo prazo. A Reforma Agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e em dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. /.../ Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica.<sup>257</sup>

Em razão disso, desde logo, o presidente propôs uma reforma agrária que alterasse a forma das indenizações: em longo prazo, com títulos da dívida pública, com correção limitada a 10% do valor total, para compensar as perdas provocadas pela inflação. Ao proprietário de terra, seria dada a escolha da fórmula do cálculo do valor da indenização, de acordo com o valor declarado para o recolhimento do imposto de renda; ou o valor declarado para o recolhimento do imposto territorial;

---

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> Discurso do presidente João Goulart no comício do dia 13 de março na Central do Brasil – 1964. extraído de STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil* 3. São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 97-110

ou, mediante avaliação judicial<sup>258</sup>.

O projeto de reforma agrária<sup>259</sup>, apresentado ao Congresso em março de 1963, não poderia ser formalmente apreciado sem antes ser precedido por uma emenda constitucional, já que conflitava com a Constituição de 1946. A Folha vai acompanhando, durante os anos de 63 e 64, todos os debates, no Congresso, derivados do projeto, principalmente no tocante à reforma constitucional e às contrapropostas dos partidos.

No primeiro momento, quando a proposição do presidente é apresentada, o jornal apenas lamenta a ausência das medidas tributárias para a correção da estrutura fundiária, argumentando que,

Já que o governo federal entende que a execução da reforma agrária está condicionada à prévia reforma constitucional, parece-nos que se perde na elaboração daquele projeto excelente oportunidade para a utilização do imposto territorial rural como instrumento que, ao lado de outras medidas, levará ao melhor e mais proveitoso uso da terra, dentro do ângulo do interesse econômico e social da comunidade. /.../ Infelizmente, o projeto não contempla esse aspecto do problema agrário, limitando-se a enfrentar a barreira imposta pela Constituição, nos casos de desapropriação por interesse social<sup>260</sup>.

O projeto presidencial inicialmente circulou entre as lideranças partidárias sem consenso na maioria dos pontos. O mais polêmico deles era o tocante às indenizações com pagamento da dívida pública com 10% de correção, que foi duramente rechaçado. Além disto, como ele dependia de alteração na Constituição, em torno da defesa de sua inviolabilidade, cerraram fileiras todos os membros e

---

<sup>258</sup> Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 115.

<sup>259</sup> "O projeto enfatizava a redistribuição de terra, visando, basicamente, aumentar tanto o acesso à terra quanto o número de unidades familiares. Propunha igualmente corrigir as imperfeições da estrutura agrária existente pela eliminação das formas anti-sociais e antieconômicas de uso da terra, bem como pela incorporação das terras inexploradas ou cultivadas inadequadamente. O projeto continha também incentivos para o desenvolvimento de empresas agrícolas, para a expansão e diversificação do abastecimento de produtos agrícolas, e para a adaptação do uso da propriedade às características ecológicas regionais. Regulamentava a desapropriação de terras de acordo com o interesse social e estabelecia condições para o planejamento e a implementação da reforma agrária por meio de um órgão executivo central". Cf. FIGUEIREDO, op.cit. p. 114.

partidos conservadores no Congresso, principalmente deputados do PSD e da UDN. Como o artigo 141 tornava intocável a propriedade privada, ela era garantia de que nenhuma reforma agrária alteraria a estrutura fundiária no país, pois, para isso, qualquer artigo da lei havia necessidade de um fórum qualificado de 2/3 dos membros das duas casas. Aglutinar uma maioria desta natureza significava que o governo deveria ceder aos apelos dos partidos mais à direita, que não aceitavam nenhuma emenda constitucional, como era o caso da UDN<sup>261</sup>, ou defendiam que o valor dos títulos fossem totalmente “protegidos dos efeitos da inflação, e que apenas propriedades não exploradas fossem à desapropriação”<sup>262</sup>, como defendia o PSD. Esta postura dos partidos, para o jornal, era um exercício da atividade democrática, porque revelava “senso de equilíbrio e moderação” e com ela

as lideranças de grandes partidos manifestam o firme propósito de não aceitar passivamente, em sua integridade, o anteprojeto/.../ Certamente contribuirá para aprimorá-lo, aparando excessos, corrigindo distorções e introduzindo inovações, no sentido de possibilitar que a implantação da reforma agrária se processe sem maiores traumatismos para o país<sup>263</sup>.

Diante da contenda entre os partidos, o diário manteve uma postura que se aproximava muito da UDN na defesa intransigente da propriedade privada. Este era mais um sinal de que a “reforma agrária” do jornal visava, antes de tudo, a proteção dos interesses dos setores agrários mais modernos, que defendiam a intensa renovação tecnológica com enormes ganhos na produtividade, o aprofundamento do desenvolvimento capitalista, que sepultasse de uma vez por todas as formas arcaicas de exploração da terra. A questão era vista com um olhar puramente economicista. Deste modo, às tentativas de melhorar o nível de vida da população rural e, sobretudo, seu grau de participação no processo político<sup>264</sup>, eram totalmente ignoradas, ou, percebidas como consequência dos ganhos de produtividade..

---

<sup>260</sup> “Regionalização da reforma agrária”, *Folha de S. Paulo*, 17/03/63.

<sup>261</sup> “A Convenção Nacional, ocorrida no final de abril, terminou por rejeitar completamente a reforma agrária através de mudanças na Constituição: foi firmemente declarado que a Constituição era intocável”. Cf. FIGUEIREDO, op.cit. p.118

<sup>262</sup> *Ibidem*, p.117.

<sup>263</sup> Atuação dos partidos em face da reforma agrária”. *Folha de S. Paulo*, 21/04/1963.

<sup>264</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *A classe dominante agrária - natureza e comportamento: 1964-1990*. São Paulo. Expressão Popular, 2005, p.78.

No tocante a Reforma Constitucional, os editoriais analisados, que aparentemente, sinalizam favoravelmente, desde que fosse obedecido o quorum qualificado de 2/3 dos parlamentares. Era na verdade um pedido de calma aos setores mais conversadores, pois, sabia bem o jornal, que nenhuma reforma agrária era possível sem a alteração no artigo da Constituição. Então, a cláusula dos 2/3 funcionava como uma barreira de contenção às pretensões do governo. Por isto, o cuidado que os partidos de direita deveriam ter era em relação à possível pretensão do governo em querer promover modificações na cláusula do quorum mínimo. Por isso dizia,

Nada em princípio justifica a tese da intocabilidade das Constituições /.../ A própria Carta Magna Federal prevê a possibilidade de sua emenda /.../ **O que todos os democratas devem defender intransigentemente é que, no processo de modificação constitucional, se obedçam rigorosamente as disposições prescritas na própria Constituição.** Só com quorum qualificado (2/3 dos membros das duas casas do Congresso) se poderá aceitar qualquer emenda a lei maior da República. Não se justificam, mas antes devem ser encaradas com muita dúvida quanto à sua sinceridade, as tentativas de baixar esse quorum e “facilitar” as emendas, como se se tratasse de leis ordinárias. **Mais do que simples cautela, o quorum qualificado é garantia sabiamente estabelecida** para que as alterações na Constituição só possam efetivar-se quando correspondam às aspirações e necessidades gerais e profundas do povo brasileiro. Afrouxar aquelas exigências seria permitir que maiorias ocasionais pudessem a qualquer momento forçar a aprovação de modificações na estrutura do país”<sup>265</sup>.

Como foi colocado anteriormente, o governo não possuía uma base parlamentar suficientemente numerosa para obter a maioria necessária para provocar a alteração. Para isso, fazia-se necessário contar com a bancada do PSD e UDN, as maiores bancadas, junto com o PTB (partido do presidente), no Congresso. Ambos eram contrários às alterações nas formas de indenização, desta maneira nenhuma proposta de reforma constitucional ocorreria se PSD e UDN não desejassem. Portanto, os partidos mais à direita tinham o controle sobre este

---

<sup>265</sup> “Reformas sem facilidade”, *Folha de S. Paulo*, 09/05/1963. Grifos nossos.

processo.

Com este poder em mãos, a maioria no Congresso funcionaria como moeda de troca para negociar com o governo aquilo que mais interessava aos partidos, isto é, a alteração no cálculo das reparações financeiras às desapropriações, sua forma de pagamento, a definição das áreas a serem utilizadas na reforma. Nesse sentido, o conteúdo político-ideológico da reforma agrária que se desejava poderia ser definida dentro do Congresso, sem as pressões dos movimentos sociais. Com o quorum qualificado, a maioria conservadora do Congresso poderia neutralizar as forças sociais que impulsionavam o governo a adotar posições mais progressistas. Assim, anteparar a propriedade privada não era defender a intangibilidade da Carta Constitucional, mas proteger o proprietário do confisco, sem a compensação financeira adequada.

Sendo assim, para proteger a proposta de reforma, desejada pelos grupos agrários mais modernos, havia a necessidade de se refrear as ações populares e suas tentativas de influenciar os processos políticos. Uma dessas possibilidades de participação popular se apresentou quando o Marechal Lott aventou a necessidade de realizar uma consulta popular, por meio de um plebiscito, para que o povo expressasse seu pensamento relativo à reforma agrária, como forma de pressionar o Congresso pela demora em votar a proposta presidencial.

O periódico rejeitou com veemência. Em hipótese alguma a Folha aceitava a participação popular nas decisões políticas. Por outro lado, não só aceitava, como considerava um dever dos ruralistas participar ativamente das discussões sobre a reforma, como deixam transparecer nos editoriais, quando ressaltam que “cabe às classes patronais rurais, neste momento, é apoiar por todos os modos a ação legislativa que vise a proteger o camponês, e nela colaborar com sinceridade e compreensão”<sup>266</sup> e, ainda, “não só ao Congresso cabe a tarefa de debater amplamente a iniciativa presidencial, mas também e principalmente compete às associações representativas das classes rurais o dever de contribuir para seu aperfeiçoamento”<sup>267</sup>.

Entretanto, não admitia que a outra parte envolvida nos problemas agrários, o

---

<sup>266</sup> “Melhores condições ao trabalhador rural”, *Folha de S.Paulo*, 11/04/63.

<sup>266</sup> Idem.

camponês, manifestasse sua postura sobre os debates correntes na época. Considerava que os canais de participação popular eram as vias institucionais que existiam, como, por exemplo, o voto. Como o poder e a autoridade do parlamento foram delegados pelo povo, este não tinha mais qualquer outra forma de assegurar legitimidade de participação política, porque

Nesse festival de demagogia em que se vai transformando o debate em torno da reforma agrária aparece agora uma sugestão inaceitável: realizar um plebiscito para que o povo opine sobre o assunto /.../ O sistema político em vigor no país é o de democracia representativa, em que o povo toma suas decisões através daqueles que elege livremente. A reforma agrária, bem ou mal, é assunto neste momento de competência do Congresso e a este cabe definir-se sobre a questão<sup>268</sup>.

O maior desafio do Congresso era, portanto, conforme a postura defendida pelo jornal, aceitar o desafio de fazer as reformas sem traumatismos para a nação, e sem a renúncia de suas prerrogativas, como a de delegar suas funções ao executivo e ao povo, por meio do plebiscito. Se fizesse isso, o Congresso proclamaria a “própria falência e ‘assinaria’ seu atestado de óbito”<sup>269</sup>.

Assim, aconselhava o matutino, o povo deve apenas vigiar as ações do Parlamento. “A necessária vigilância para que as reformas prometidas correspondam aos verdadeiros interesses da nação”<sup>270</sup>, porém, esta não deve “confundir-se com manifestações de duvidoso teor democrático, fomentadoras de agitação e mal-estar”<sup>271</sup>.

Nenhum outro órgão, segundo ela, tinha “condições de deliberar soberanamente sobre a matéria, em consonância com as aspirações populares e os interesses nacionais”<sup>272</sup>, senão o Congresso. O jornal declarava, então, que o plebiscito tinha sido usado em outros países para fortalecer o poder executivo diante do legislativo, e que o plebiscito iria virar moda para deliberar sobre qualquer

---

<sup>267</sup> “Regionalização da reforma agrária”, *Folha de S. Paulo*, 17/03/63.

<sup>268</sup> “Plebiscito, não”, *Folha de S. Paulo*, 14/05/63.

<sup>269</sup> “Reformas e congresso”, *Folha de S. Paulo*, 17/03/1963.

<sup>270</sup> “Plebiscito, não”, *Folha de S. Paulo*, 14/05/63.

<sup>271</sup> *Idem*.

<sup>272</sup> *Idem*.

assunto, sendo a reforma agrária pretexto para que o executivo concentrasse poderes, ou seja,

O plebiscito representa sempre um precedente perigoso. Vingada agora a tese, a propósito da reforma agrária, nada impediria que a “moda” pegasse. E, de plebiscito em plebiscito, não seria de estranhar que chegássemos a consultar o povo sobre a conveniência da revogação do capítulo constitucional das inelegibilidades, sendo fácil de perceber a extraordinária arma de que dispõem os governantes para continuarem no poder<sup>273</sup>.

Dessa forma, negava o plebiscito igualmente porque considerava fácil o governo influenciar os resultados das consultas, como teria feito, segundo o diário, no plebiscito que pôs fim ao parlamentarismo. Sendo assim, “qualquer plebiscito realizado eventualmente, em torno de temas que o governo tem agitado com incomum insistência, estaria sujeito à mesma distorção”<sup>274</sup>. A advertência de que era “exatamente por isso que o apelo ao pronunciamento popular direto é tão caro a ditadores ou aspirantes a ditadores”<sup>275</sup>, de onde conclui com a afirmativa de que “nunca é demais lembrar que na Alemanha de Hitler se recorreu com freqüência aos plebiscitos”<sup>276</sup>. Ademais,

agitar a bandeira do plebiscito significa promover a desmoralização do Congresso, apontando-o como incapaz de tomar as decisões que lhe competem. É dentro da atual estrutura jurídica do país, e com respeito às instituições vigentes, que haveremos de resolver os nossos problemas. Atalhos como esse, do plebiscito, conduzem ao desconhecido – que no fim, vai-se ver, bem pode ser uma ditadura<sup>277</sup>.

A própria *Folha* reconhecia que a “exigência de indenização prévia e em dinheiro era de fato entrave praticamente insuperável a realização de qualquer

---

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> Idem.

reforma agrária digna de nome”<sup>278</sup>; do mesmo modo, considerava absurdo que os “proprietários atingidos por essa medida (desapropriação por interesse social) com pagamento em títulos especiais da União resgatáveis em vinte anos”<sup>279</sup> tivessem assegurada somente a “correção do valor nominal de cada parcela vencida, em função das alterações verificadas no poder aquisitivo da moeda, /.../ limitada a dez por cento”<sup>280</sup>.

O limite de correção seria considerado “inaceitável, porque implicaria em espoliação dos proprietários, quando a desvalorização monetária ultrapasse o índice tão arbitrariamente fixado”<sup>281</sup>. Sua propositura era que não houvesse limite para as correções, já que para que os “proprietários expropriados sejam resguardados dos efeitos da desvalorização da moeda, de forma real e efetiva, sem nenhuma limitação /.../ caso contrário /.../ o surto inflacionário /.../ converterá a indenização em mero ou disfarçado confisco”<sup>282</sup>.

Em conformidade com este posicionamento, quando o PSD apresentou emenda constitucional tratando do valor das correções dos títulos da dívida pública, utilizados para pagar as indenizações que variavam entre 30% e 50%, a *Folha de S. Paulo* refutou qualquer definição arbitrária do valor das correções e, insistia, que as correções deveriam cobrir as perdas inflacionárias.

Como era de se esperar, em abril de 1963, quando o líder da bancada do PTB na câmara apresentou o projeto de emenda constitucional a uma Comissão Parlamentar e começaram as negociações para o impasse na arena legislativa, o PTB sinalizou claramente que a cobertura total da inflação convertia a reforma em “negócio agrário” e, portanto, era impraticável. A emenda sofreu uma derrota fragorosa de sete votos contra três na comissão.

---

<sup>278</sup> “Nem ao mar nem à terra”, *Folha de São Paulo*, 28/04/1963.

<sup>279</sup> “Atuação dos partidos em face à reforma agrária”, *Folha de São Paulo*, 21/04/1963.

<sup>280</sup> *Idem.*

<sup>281</sup> *Idem.*

<sup>282</sup> *Idem.*



## **CAPÍTULO IV: A QUESTÃO DEMOCRÁTICA E A SOLUÇÃO BONAPARTISTA PARA “SALVAR A DEMOCRACIA”**

Diversas obras da historiografia brasileira, como vimos no início deste trabalho, imputam a intransigência da esquerda e da direita à ruptura democrática em 1964. Afirmam que a falta de compromisso, de ambos os lados, com o jogo democrático foi à causa do golpe, porque os grupos se polarizaram e se radicalizaram sem buscar uma solução negociada, demonstrando que, nesta disputa, as reformas sociais pretendidas pelos setores mais progressistas da sociedade não foram adiante porque os grupos que a defendiam queriam “maximizar” os ganhos. Tal raciocínio chega à conclusão de que o golpe de 1964 veio revelar as fragilidades de nossas instituições democráticas, que estavam pouco solidificadas, e, por isso, não suportaram os conflitos políticos e sociais do período.

Entres os autores que defendem esta abordagem historiográfica, guardadas as particularidades de cada análise, estão Argelina Figueiredo, Wanderley Guilherme dos Santos, Jorge Ferreira, entre outros. Há nestes trabalhos certa supervalorização da democracia e das instituições democráticas, que as tira do solo histórico de onde elas germinam, e as convertem em idealidades, valores absolutos e universais. Ou seja, aquilo que Quartim de Moraes chama de “canonização” da democracia”. No contexto que estamos estudando, aqueles autores apontam que a crise dos anos 60 poderia ser solucionada democraticamente dentro dos marcos institucionais que lá existiam. Deste que todos os atores envolvidos tivessem compromisso com a democracia. Afirmam, que entendemos, expressar muito mais uma profissão de fé ético-político, do que propriamente uma compreensão histórico-objetivo da democracia. Isso porque, quando se referem a democracia não dão a ela nenhum predicado. Como se ela não necessitasse de explicação, pois, o seu conteúdo estaria determinado a priori. Assim, a construção histórica que brota das relações sociais entre os homens, não passa de uma abstração, de uma idealidade, já que o conceito é exposto de maneira a-histórico, cujo sentido se aplica em todas as épocas e lugares. Como se ontem e hoje, democracia tivesse o mesmo sentido e não fosse urdida na trama das relações humanas. Dessa forma, ocultam, com esta abordagem, antes de tudo, que a democracia é uma forma de

poder político, conseqüentemente uma forma de Estado, que adquire conteúdo de classe. Portanto, “o ponto de partida do raciocínio é a suposição de o Estado consiste numa organização material/humana que pode, mesmo numa sociedade como a nossa (isto é capitalista), ser colocada a serviço de ‘todo o povo’, do ‘bem comum’ ou do “interesse geral”<sup>283</sup>.

Assim, os autores não revelam o que significava falar em democracia nos anos 60, numa sociedade de classe, num contexto de fortes tensões sociais internamente e, externamente, sob o espectro da guerra-fria, “na qual os Estados Unidos não hesitaram em apoiar golpes militares para garantir o poder de seus aliados na América Latina, ditos liberais e defensores da democracia”<sup>284</sup>. Nem se questionam que democracia era aquela, incapaz de sequer considerar as demandas das classes trabalhadoras por distribuição de riqueza e participação política.

não se toma em conta também que aquela democracia (1946-1964) era restrita até mesmo para os parâmetros daquilo que às vezes é adjetivado como democracia ‘burguesa-representativa-liberal’. O PCB não possuía registro legal, a estrutura sindical era herdada da ditadura varguista, a polícia política também era uma permanência daquela fase e mostrava-se cada vez mais especializada e atuante, apenas para listarmos alguns elementos que dizem respeito às organizações dos trabalhadores<sup>285</sup>.

Esta discussão é aqui retomada não com a intenção de esmiuçar o conceito de democracia inerente às obras destes autores, mas para buscar um gancho para discutir o conceito dentro do próprio jornal. Que conceito de democracia emerge de suas páginas? Tarefa fundamental para a compreensão da postura do matutino, que condenava veementemente as manifestações sociais daquele período, consideradas por ele como manifestação do comunismo no país, como vimos no segundo capítulo desta dissertação. Lá afirmamos que a *Folha* possuía uma visão maniqueísta e reducionista da realidade social e que expressa uma ideologia

---

<sup>283</sup> SAES, Décio. República do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001, p.33.

<sup>284</sup> MORAES, João Quartim de. “Contra a canonização da democracia”. In *Crítica Marxista* 12. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 9-40.

<sup>285</sup> MATTOS, op.cit., p. 15.

adjacente à Doutrina de Segurança Nacional – ideologia que entende os conflitos sociais como manifestações da infiltração comunista, que vai provocando fissuras no edifício social e que, a qualquer momento, pode vir a ruir-se. Dissemos ainda que as lutas e os movimentos sociais dos anos 60 foram enquadrados, pela *Folha de S.Paulo*, nesta categoria e não deveriam ser tolerados pelas instituições democráticas e sim reprimidos.

Para uma instituição como a *Folha de S. Paulo*, que dizia prezar muito a democracia e suas instituições, tais posições são aparentemente contraditórias. Como compreender a defesa do golpe bonapartista, para salvar a democracia, feita pelo jornal?

O jornal apresenta o fenômeno como uma medida defensiva, utilizada para salvaguardar a ordenação constitucional. Dessa maneira, o golpe militar de 1964 é apresentado pelo jornal como uma “revolução restauradora dos pressupostos das próprias instituições ‘democráticas’”, feridas mortalmente pelo governo Goulart.

Começamos, então, analisando o conceito de democracia, impregnado nos editoriais da *Folha*. Ele é o fio que conduz a uma compreensão mais clara desta aparente contradição. Vejamos o que nos fala o editorial, em janeiro de 1963, referente ao plebiscito sobre o regime político do Brasil, ele diz que

o eleitor brasileiro tem hoje um encontro marcado com as urnas, seja para o ‘sim’ que significará aprovação do Ato adicional, seja para o ‘não’ que restabelecerá o presidencialismo, seja ainda para o platônico voto em branco – única forma admissível de protesto para os que, por um motivo ou por outro, se recusam a fazer a opção que se lhes pede /.../. Não chegaremos jamais ao estágio ideal de maturidade política, enquanto o povo não participar atuamente das grandes decisões, de que depende o futuro da Pátria. /.../ Ninguém deve deixar, pois, de comparecer hoje as cabinas eleitorais. O voto é ainda a grande arma dos cidadãos, no regime democrático e mesmo num referendo, ninguém tem o direito de alhear-se<sup>286</sup>.

No editorial aparece um dos principais traços do regime democrático, na

---

<sup>286</sup> “As urnas”, *Folha de S.Paulo*, 06/01/1963.

perspectiva do jornal, senão o pilar de sustentação do edifício democrático, isto é, a participação do cidadão, por meio do voto, na vida política. Ele é considerado tão fundamental para o exercício da cidadania que, na passagem acima, é mais que um direito, é concebido como um dever, do qual o indivíduo não poderia esquivar-se, já que tinha a missão de atender ao chamamento da Pátria. Deste modo, a participação nas eleições era encarada como um ato cívico, típica atividade de um bom patriota. Ademais, o pleito também seria o local onde os concidadãos demonstravam seu descontentamento com os poderes instituídos, contudo restrito ao único admissível e legítimo ato de protesto, o voto em branco. O voto era visto como a arma que o cidadão tinha e da qual podia se utilizar para aprovar ou desaprovar um determinado candidato, governo ou partido.

A este sistema democrático devemos acrescentar um outro pressuposto fundamental, enfatizado pelo jornal, do processo eleitoral, isto é, a livre competição entre concorrentes, que se apresentavam como possíveis destinatários do poder que emanava diretamente do povo e que, por isso, disputavam o voto entre si.

A construção conceitual do modelo de democracia, que o jornal promove, vai ao encontro da definição de Schumpeter, segundo a qual a democracia é um método político, com certo tipo de arranjo institucional, sob o qual uma nação toma decisões políticas<sup>287</sup>. Isto é, em Schumpeter a democracia é tomada como um procedimento adotado para se fazer escolhas, para isso os mecanismos eleitorais têm papel chave no sistema de escolhas. Dessa forma, a Justiça eleitoral, dizia a *Folha*, “demonstra de maneira clara e flagrante que a democracia funciona e que a organização eleitoral, como todas as demais peças do delicado sistema, só existe para o povo”<sup>288</sup>.

O método político democrático de Schumpeter é descrito de maneira mais acabada por Chauí, em *“Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas”*. Desta obra, citamos aqui alguns dos itens mais importantes, para fins de nossa explanação:

- a) a democracia é um mecanismo para escolher e autorizar governos /.../, associados em partidos políticos e escolhidos por voto; b) a função dos

---

<sup>287</sup> SCHUMPETER, Joseph. “Equacionamento do problema”. In: *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984, p. 295- 375.

<sup>288</sup> “A lição do TRE”, *Folha de S.Paulo*, 22/10/63.

votantes não é a de resolver problemas políticos, mas a de escolher homens que decidirão quais os problemas políticos e como resolvê-los /.../ c) a função do sistema eleitoral /.../ tem como tarefa preservar a sociedade contra os riscos da tirania; /.../ e) a natureza instável e consumidora dos sujeitos políticos obriga a existência de um aparato governamental capaz de estabilizar as demandas da vontade política pela estabilização da “vontade geral”, através do aparelho do Estado, que reforça acordos, aplaina conflitos e modera aspirações<sup>289</sup>.

Neste método, o mais importante são antes os meios através dos quais se escolhe, de como os eleitores manifestam seus interesses e suas preferências, do que propriamente os fins e os resultados alcançados com as decisões do governo, o atendimento ou não das demandas sociais. Feita a escolha, o eleitor que delega poderes a outrem e, que passa a decidir por ele, restando-lhe apenas o direito de acompanhar o mandato do seu candidato e fazer uso dos mecanismos “democráticos” de cobrança, isto é, respeitando o ordenamento legal e institucional. No tocante

à pressão da opinião pública sobre os que a representam, no Congresso Nacional, é legítima quando exercida em termos. Através de abaixo-assinados e moções enviadas aos congressistas; por meio de reuniões e praças públicas ou em recintos fechados; por manifestos distribuídos a todos os órgãos de divulgação; pelo envio de comissões às casas de leis, para entender-se diretamente com os membros do Poder Legislativo – pode e deve influir decisivamente, o povo em geral, para que se transforme em realidade aquilo a que se aspira. /.../ O remédio é insistir, pelos mesmos processos democráticos e a cada eleição, melhorar o Congresso<sup>290</sup>.

Fica claro, então, que os meios (greves, comícios, ocupações de terra, assembléias), de quais os trabalhadores urbanos e rurais se utilizaram para pressionar o Congresso para que se votasse as Reformas de Base, mais do que antidemocráticos, eram subversivos e nocivos. Todos estes eram designados, pela

---

<sup>289</sup> CHAUI, Marilena. “A questão democrática”. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006, 144-340. A citação se encontra na página 145

<sup>290</sup> “Pressões descabidas”, *Folha de S. Paulo*, 16/04/63.

*Folha*, como “maus patriotas, responsáveis pela tentativas de agitação estéril<sup>291</sup>”. Primeiro, porque, as pressões não eram exercidas pelos métodos ordeiros disponíveis da democracia, como os que ela descreveu acima. Segundo, as organizações e associações de trabalhadores não tinham sequer representatividade para exercer pressões legítimas sobre o Parlamento. Pois, alerta o jornal, era de “todos conhecida a ínfima porcentagem de sindicalização do trabalhador: cerca de 10% apenas, deles, pertencem aos seus respectivos sindicatos”<sup>292</sup>. Portanto, não tinham representação popular. E, terceiro, “o sistema político em vigor no país é o da democracia representativa, em que o povo toma suas decisões através daqueles que elege livremente. A reforma, bem ou mal, é assunto, neste momento, da competência do Congresso e a este cabe definir-se sobre a questão”<sup>293</sup>.

Nesse sentido, os eleitos trabalhavam em nome do bem comum e no interesse da coletividade. Por isso, o Congresso era, de fato, a expressão das vontades coletivas, das aspirações gerais, porque ele sim era revestido da autoridade e legitimidade que os grupos de interesses (sindicatos) não tinham. Ou, ainda, “não estará o Congresso em condições de deliberar soberanamente sobre a matéria, em consonância com as aspirações populares e os interesses nacionais?”<sup>294</sup>, como faz crer “os organismos espúrios na tentativa de articulação de greves subversivas”<sup>295</sup>.

Se isso, de fato, fosse verdade, ou seja, que o Congresso não refletia mais as aspirações da coletividade, não seria, segundo o jornal, com pressões sobre o Congresso que se haveria de corrigi-las, porque, se os representantes do povo eram escolhidos em eleições livres e se os pleitos organizados resultavam em deputados e senadores eleitos, que estavam distantes dos anseios e das vontades coletivas, o problema estava no sistema eleitoral, que necessitava de correções.

Este problema a *Folha* já identificara e condenara quando no Congresso abria-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>296</sup>. A CPI concluiu que

---

<sup>291</sup> “Agudas apreensões”, *Folha de S. Paulo*, 04/04/63.

<sup>292</sup> “Pressões descabidas”, *Folha de S. Paulo*, 16/04/63.

<sup>293</sup> “Plebiscito, não”, *Folha de S. Paulo*, 14/05/63.

<sup>294</sup> *Idem*.

<sup>295</sup> “Desvirtuamento”, *Folha de S. Paulo*, 19/11/63.

<sup>296</sup> O IBAD foi uma organização anticomunista fundada em maio de 1959 que congregou vários jovens empresários e ao qual se articulou o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), dois

“considerável número de deputados e senadores apareciam como beneficiários do IBAD”<sup>297</sup>. Desde o fim das investigações, o jornal vinha cobrando a “necessidade de tornar mais rigorosa a legislação eleitoral com o fim de combater o desvirtuamento do pleito”<sup>298</sup>, que, por força do “poder econômico, tenta sufocar /.../ as espontâneas manifestações dos eleitores”<sup>299</sup>. Portanto, se as eleições “não são tão livres como deveriam ser, e os representantes do povo na realidade não o representam bem, o problema é outro; este será solucionado com o aperfeiçoamento do processo eleitoral”<sup>300</sup>.

Estas seriam as características fundamentais do processo democrático: a existência e o funcionamento livre do sistema eleitoral, por meio do qual haveria uma transferência de poder do povo para os homens e partidos que representassem suas aspirações. As eleições funcionariam, assim, como um contrato, onde o povo detentor do poder transmitia ao destinatário (o Parlamento) o poder-fazer, embora não renunciasse a ele, mas apenas abria mão de exercê-lo diretamente. Ao fazer esta transferência de poder, ocorria uma delimitação e o estabelecimento de tarefas distintas para o povo e para o governo. Ao primeiro, cabia trabalhar ordeiramente e obedecer às decisões emanadas do Estado e, ao segundo, o executar e o decidir. A cada um, cabia executar o seu papel, determinado “naturalmente”, de que redundaria no benefício de todos. Dessa maneira,

Estudante, por exemplo, é para estudar. Escola é lugar de estudo e pesquisa e não de subversão. Professor, por seu turno, é para ensinar. Isso significa que o estudante pode estudar, jogar futebol, namorar etc /.../. O que ele não pode é ocupar-se da ‘etimologia alheia’. Não tem o poder /poder-decidir/. Se ele resolver fazer política, estará cometendo um crime de ‘lesa-etimologia’<sup>301</sup>

---

anos e meio depois. Entre eles, Gilbert Huber Jr. (Grupo Gilberto Huber - Páginas Amarelas), Glycon de Paiva e Paulo Ayres Filho. O financiamento para sua criação do instituto se deu a partir de contribuições de empresários brasileiros e norte-americanos. A finalidade inicial era *combater* o estilo populista de JK e possíveis vestígios da influência do comunismo no Brasil

<sup>297</sup> “Saneamento eleitoral”, *Folha de S. Paulo*, 16/11/63.

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> “Plebiscito, não”, *Folha de S. Paulo*, 20/02/1964.

<sup>301</sup> PROENÇA apud FIORIN op.cit., p.77.

No discurso da *Folha de S. Paulo*, a ruptura com o ordenamento democrático, que coloca sob ameaça a permanência das instituições, tem como um de seus sinais a confusão entre as tarefas de cada um, onde os sujeitos políticos estão se ocupando do afazer alheio, como, por exemplo, o movimento estudantil, que estava se envolvendo em processos de agitação política e transformando as Universidades em verdadeiros “centros políticos”, sendo que isso era fruto da omissão dos professores e de sua “participação desorientadora /.../ que vinha esquecendo de sua missão educativa, fazendo de suas cátedras verdadeiras tribunas de pregação política”<sup>302</sup>.

Os ministros de educação também eram responsáveis pelo agravamento da situação, já que “alguns /.../ tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo ou pelo menos da desintegração nacional”<sup>303</sup>. Por esta razão, diz a *Folha*, ser necessário /.../ separar a atividade política da escolar”<sup>304</sup>, pois o papel da universidade é a “pesquisa, o ensino, a transmissão do legado cultural e o conhecimento técnico especializado, dos quais dependem o avanço técnico-científico, o progresso, a produtividade do trabalho”<sup>305</sup>. Assim, estão transformando a “mocidade que estuda, ou que deve estudar, numa simples força política, na mão de políticos ambiciosos ou de hábeis agentes da desordem”<sup>306</sup>.

Os sindicatos também fogem às suas funções caracterizadas “pelo estudo, defesa e ordenação dos interesses econômicos e profissionais dos que exercem a mesma atividade ou profissão”<sup>307</sup>, para se tornarem numa “máquina” nacional de greves. Sob o poder destas agremiações de trabalhadores, a greve, antes um “legítimo direito reconhecido pelas democracias aos trabalhadores”<sup>308</sup>, se converteu em instrumento de subversão. Isso porque as “direções sindicais dominadas em grande parte por elementos extremistas, de minorias sem escrúpulos, vem lançado sindicatos e categorias profissionais em aventuras inglórias que comprometem a paz social no país”<sup>309</sup>.

---

<sup>302</sup> Estudantes e agitação”, *Folha de S. Paulo*, 12/01/1964.

<sup>303</sup> Idem.

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> Idem,

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> “O presidente e os monstros”, *Folha de S. Paulo*, 23/05/63.

<sup>309</sup> “Uma campanha urgente”, *Folha de S. Paulo* 12/06/63.

<sup>308</sup> Uma campanha urgente”, *Folha de S. Paulo* 12/06/63



Sob esta lógica, o jornal passou a responsabilizar os grupos sociais e o governo Goulart pelo “caos político-administrativo” e pelo “clima de radicalização das posições políticas”, que foi pouco a pouco tomando conta do país, como uma “sucessão de greves” e “a pregação da violência e da subversão”<sup>310</sup>.

Paralelamente a esta denúncia de desvirtuamento da ordem democrática, provocada pela falta de autoridade do governo, que permitia aos sindicatos e aos movimentos estudantis infiltrados por “agentes da ideologia vermelha” debelar com a paz social e a argamassa que sedimentava a vida social, o jornal vai operando três processos, simultaneamente, para abrir caminho e garantir legitimidade ao golpe bonapartista.

Primeiro, insinuando que o próprio presidente tem a intenção de estabelecer um governo com um poder executivo fortalecido, por meio de um golpe.

Segundo, provocando uma separação entre o povo e o governo. Assim, o povo de vocação centrista e o presidente aliado dos extremistas se distanciam em virtude das posições políticas de cada um. O discurso recorre à índole patriótica e ordeira do povo brasileiro que, dotado destas características, teria refutado um governo que se desviou do caminho da ordem e se deixou se levar pelo comunismo, a violência e o caos.

E, finalmente, a medida que o povo ia se distanciando da figura do presidente, por que este corromper as instituições democráticas, elegia as Forças Armadas como a única instituição capaz de restaurar e preservar o “império da lei”. O jornal faz crer que a vontade popular escolheu as Forças Armadas por suas qualidades (o desinteresse, a coragem, a incorruptibilidade, a energia, a perseverança e o patriotismo) para assumirem o poder político e serem estimuladas para realizar as aspirações coletivas das quais Goulart havia se distanciado.

Começamos pelas denúncias de tentativas de golpe do presidente, para criar um super poder, acusações que começaram quando o governo se aproximou dos movimentos trabalhistas, com a finalidade de utilizar seu apoio para pressionar o Congresso na aprovação do Programa das Reformas de Base, entre elas a Reforma Agrária. Como vimos no capítulo sobre a Reforma Agrária, a questão agrária se configurava como um dos nossos problemas sociais mais sérios, resultado de uma

---

<sup>310</sup> “Sítio”, *Folha de S. Paulo*, 05/10/63.

forte concentração da propriedade rural, permanência da estrutura fundiária colonial. A alta concentração acarretava, de um lado, em um padrão de riqueza, poder e privilégio, e, de outro, pobreza, analfabetismo, fome, e subordinação. A estrutura fundiária produzia efeitos negativos para a nação como um todo. A pobreza decorrente disso excluía do mercado de consumo de bens industrializados a maior parcela da população do país, já que mais da metade dos brasileiros habitava a zona rural, até os anos 1950.

A pressão sobre o Congresso foi considerada, pelo jornal, antidemocrática, em virtude de sua concepção de democracia, visto que a pressão extra-parlamentar era um recurso impróprio para o regime de plena legalidade. Apreciar e debater emendas, projetos e anteprojetos eram de competência do próprio Congresso, mas ele deve fazê-los com liberdade e sem pressão. A crítica ao governo se recrudesceu, ainda mais, diante das sucessivas greves e ameaças de paralisação – sinais do fim da tutela do Estado sobre o movimento operário e de uma ação mais autônoma<sup>311</sup> – e o governo, principalmente na figura de seu ministro do trabalho, buscava sempre o caminho da negociação, evitando o confronto e soluções de forças que requeriam o uso dos aparelhos repressivos de Estado. Evidências, segundo a *Folha*, da falta de autoridade, ou melhor, da conivência e do compromisso do governo Goulart com as forças que perturbavam a ordem e disseminavam o caos. Assim,

Na raiz da sublevação, encontra-se o clima de indisciplina geral e a falta de autoridade que vem sendo entretido no país, sob protesto de todas as pessoas de bom-senso, não raro pelas próprias autoridades federais. E de maneira muito particular se encontrará, na raiz desse motim, a dubiedade manifestada pelo governo federal ante às decisões dos tribunais,

---

<sup>311</sup> Goulart enfrentou, durante seu governo, inúmeras greves motivadas não apenas por reivindicações salariais, mas também para pressionar o governo a realizar as reformas de base. Nestes anos as ações sindicais, inclusive as greves, ampliaram e explicitaram a participação dos sindicatos nas grandes questões da política nacional. Um belo exemplo, desta atuação sindical autônoma, fora do controle estatal, foi luta pela antecipação do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não ao regime presidencialista. Em setembro de 1962 foi decretada greve geral que só foi suspensa após a aprovação da antecipação do plebiscito, pelo Congresso. Mostrando a grande influência que o movimento exercia sobre o governo, as lideranças sindicais reuniram-se com o presidente para discutir a organização do novo gabinete provisório, que governaria até a realização do plebiscito em janeiro de 1963

relativamente a determinados tipos de agitadores, especializados em manter a nação em regime de greves constantes”. Pois, na medida /.../ em que se dilui o princípio da autoridade, mais aumentam as possibilidades de choques entre os que devem manter a ordem e aqueles que /.../ ameaçam perturbá-la. Na medida em que a administração se omite, deixando de entregar-se as suas tarefas fundamentais, crescem as chances de desentendimentos entre brasileiros<sup>312</sup>.

No final de 1963, quase um ano depois de ter restaurado seu poder presidencial, Goulart ainda não havia conseguido efetivar as almeçadas reformas de base e nem tido sucesso com o Plano Trienal, medidas consideradas fundamentais para driblar a inflação e retomar o crescimento econômico.

Sem contar com o apoio do Congresso para realizar a reforma constitucional necessária à implementação do seu programa de reformas, o presidente – isolado politicamente – deu início a um conjunto de medidas, parte de uma nova estratégia, para organizar uma ofensiva política para garantir o apoio às reformas de base.

A primeira parte desta estratégia foi a organização da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base (FP), por iniciativa do ex-ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, em outubro de 1963. A FP era integrada por políticos da ala mais moderada do PTB e de outros partidos progressistas, inclusive o PC, denominada por Dantas de "esquerda positiva". Seu programa<sup>313</sup>, segundo dizia, baseava-se na

---

<sup>312</sup> “Afronta ao país”, *Folha de S. Paulo*, 13/09/63.

<sup>313</sup> A primeira versão do programa elaborada da Frente Parlamentar, foi apresentada em dezembro de 1963 e, segundo Figueiredo, possuía diferenças significativas da versão final apresentada em fevereiro de 1964. “Entre as reformas, a agrária recebeu a maior ênfase. O programa da Frente insistia na necessidade de mudança da Constituição para permitir a desapropriação sem pagamento prévio em dinheiro. Mas, ao mesmo tempo, propunha uma revisão do decreto SUPRA que o tornasse mais aceitável pelos os conservadores. Estabelecia que a um programa anual especificaria as áreas selecionadas para desapropriação. Além disso, excluía de desapropriação as pequenas propriedades e as áreas adequadamente cultivadas. (...) O documento propunha também o apoio à organização sindical em áreas rurais e a implementação de medidas efetivas para sua aceleração. (...) Finalmente, o programa da Frente propunha a regulamentação do arrendamento rural e do estabelecimento do direito de renovação compulsória do arrendamento. Além das medidas relativas à reforma agrária, o documento propunha apenas pautas gerais sobre cada um das outras reformas. Propunha que o sistema empresarial fosse reestruturado para que permitisse uma participação crescente dos trabalhadores. (...) Quanto à reforma política o documento propunha quatro medidas: ampliação do direito de voto aos analfabetos e aos praças de pré; a elegibilidade para cargos públicos para todas as pessoas com direito a voto; a eliminação das limitações *ad personam* derivadas da Lei de Segurança; e a livre organização de partidos políticos, inclusive o Partido Comunista. (...) Entre as propostas relativas às políticas gerais de governo, destacamos as seguintes: 1. na área financeira o documento propunha conter a inflação e o déficit público, melhorar o sistema tributário, transferir para o Banco do Brasil a responsabilidade pelo controle do crédito e “negociar um refinanciamento a longo

necessidade de efetivação das reformas, dentro de princípios democráticos, na preservação do processo eleitoral constitucional e no repúdio ao golpe e à conspiração dos grupos conservadores. Lançado em 5 de fevereiro de 1964, foi apresentado com o apoio do presidente Goulart.

Em dezembro de 1963, o governo anunciou o Decreto nº 53.700, da Superintendência para a Reforma Agrária (a SUPRA foi criada em 1962 com a função de planejar e executar o programa Reforma Agrária). O decreto declara que o objetivo é de

interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade e dá outras providências<sup>314</sup>.

O decreto foi assinado em 13 de março de 1964, em um grande comício, denominado de Comício das Reformas, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde compareceram perto de 150 mil pessoas, entre membros sindicais, servidores públicos civis e militares, estudantes, etc. Multidão que o jornal disse “lembrar as maciças concentrações populares organizadas e dirigidas para sustentar ditadores ou aspirantes a tal”<sup>315</sup> e, ainda, população “arregimentada /.../ para bater palmas nas horas certas às palavras do presidente, que se porta com um ‘pré-

---

prazo (10 ou 20 anos) da dívida brasileira; 2. na área comercial, propunha as seguintes medidas: a criação de monopólio estatal para controlar o câmbio de moedas e o comércio do café; a regulamentação da lei, aprovada em 1962, restringindo a remessa de lucros; e a diversificação comercial para estimular o intercâmbio comercial com os países socialistas e da América Latina; 3 na área educacional, propunha a eliminação do analfabetismo, a reforma universitária, com a participação efetiva dos estudantes na administração das universidades, e a expansão das escolas secundárias públicas; 4. quanto à política de abastecimento interno, o programa propunha “combater a corrupção e a intermediação e (...) introduzir medidas efetivas para proteger a economia popular”, embora omitisse as medidas concretas a serem implementadas; 5. na área de política externa, propunha a manutenção da “política externa independente”, a defesa do princípio da autodeterminação e da não-intervenção, e a coexistência pacífica entre os blocos do leste e do ocidente”. FIGUEIREDO, 1993, p.147-149.

<sup>313</sup> “O projeto de reforma agrária do governo João Goulart”. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil* 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.111.

<sup>314</sup> “O projeto de reforma agrária do governo João Goulart”. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil* 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.111.

<sup>315</sup> “Comício-provocação”, *Folha de S.Paulo*, 13/03/64.

fueher”<sup>316</sup>. Durante o ato público, Goulart assinou o decreto, proclamou a necessidade de mudar a Constituição e anunciou a adoção de importantes medidas, como a encampação das refinarias particulares de petróleo.

O novo plano de ação do governo consistia em comparecer a uma série de grandes comícios, nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a maioria da população brasileira em favor das reformas (agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral) bloqueadas pelo Congresso. As repercussões contra o comício foram imediatas e manifestações anti-governamentais ocorreram em todo o Brasil. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, considerou o comício "um ataque à Constituição e à honra do povo" e o discurso do presidente, "subversivo e provocativo". Neste barco, também ingressou a *Folha de S. Paulo*, afirmando que “a organização e o tom do discurso têm muito dos movimentos que os candidatos a ditador seguem, para matar a democracia – a democracia tão rudemente caricaturada pelo presidente em suas palavras”<sup>317</sup>.

Para a *Folha*, não havia dúvida que as atitudes do presidente sinalizavam o desejo de romper com o regime de plena legalidade. Na medida em que o presidente e o governo foram “prestigiando as forças extremistas da sociedade”, o discurso da *Folha* promoveu o divórcio entre ele e o povo – de vocação centrista. O discurso afirmava que o povo brasileiro de índole patriótica e ordeira condenava o governo que se desviou do caminho da ordem e que se deixou levar pelo comunismo, pela violência, pelo caos e pela desordem. Desta maneira, o “sentimento nacional/.../, a grande massa de brasileiros /.../ alheios as provocações e grupos extremistas e radicais”<sup>318</sup> querem apenas que a “deixem trabalhar e progredir”<sup>319</sup>.

A maioria do povo brasileiro é centrista – e não há como negar essa afirmativa. Recente pesquisa de opinião o demonstrou. Fatos de todos os dias provam a repulsa popular aos extremistas da esquerda e da direita. /.../ Assim, o presidente da República apenas estará se reidentificando com o povo, se se afastar dos radicalismos e, eqüidistante deles, procurar na

---

<sup>316</sup> “Para quê?”, *Folha de S. Paulo*, 14/03/64.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> “Lenda destruída”, *Folha de S. Paulo* 30/07/63.

<sup>319</sup> Idem.

tranqüilidade centrista à solução dos problemas nacionais<sup>320</sup>.

Para que o presidente voltasse a se identificar com o povo, a *Folha* sugeriu-lhe que “ausculte o pensamento do homem comum, do trabalhador ordeiro, das donas de casa, da classe média, enfim de todas as camadas que, com seu mourejar de todos os dias, constrói este fabuloso país que sobrevive a tantas e tão graves lesões”<sup>321</sup>.

Segundo ela, o povo estava cansado das esquerdas, com “seu pseudo-reformismo que servia de fundo para a pregação subversiva”<sup>322</sup>, ao se utilizarem da “necessária reformulação de algumas de nossas estruturas”, não para perseguir “com objetivos sinceros e elevados”<sup>323</sup>, mas para “estimular lutas de classes, lançando cizânia entre brasileiros e tentando fasciná-los com soluções contrárias a nossa índole”<sup>324</sup>.

No entanto, “surdo ao bom senso, preferiu o Sr. João prestigiar uma iniciativa vista com justificada apreensão por toda a opinião pública nacional que não deixa embair pela pregação de uma dúzia de extremistas interessados em subverter o regime”.<sup>325</sup> Como isso a nação passou a creditar às Forças Armadas a capacidade para assumir poder político, em razão de ter ele se cansado das agitações e “por não possuir espírito revolucionário”<sup>326</sup>.

Com a democracia sob ameaça, as Forças Armadas, “bastião da democracia no Brasil”, vão sendo “convidadas” pelo jornal para assegurar a restauração e manutenção da ordem e a preservação das instituições políticas. Suas virtudes a colocavam em oposição ao sinuoso caminho em que enveredou o país, durante o governo Goulart.

As características das Forças Armadas apresentadas pelo jornal são encaradas como intrínsecas à instituição militar que historicamente tinham intervindo em situações de crise política, como já havia ocorrido no passado recente

---

<sup>320</sup> “Centrismo”, *Folha de S. Paulo*, 18/10/63

<sup>321</sup> “A linha acertada”, *Folha de S. Paulo*, 27/09/1963.

<sup>322</sup> “Intolerância e provocação”, *Folha de S. Paulo*, 27/02/64.

<sup>323</sup> “Vigilância de natal”, *Folha de S. Paulo*, 24/12/63.

<sup>324</sup> *Idem*.

<sup>325</sup> “Para quê?”, *Folha de S. Paulo*, 14/03/1964.

<sup>326</sup> “Quem paga”, *Folha de S. Paulo*, 04/10/63.

(1945,1954, 1955 e 1961). Assim, o exército era visto caracterizado como “uma força de alto padrão técnico e de acendrados sentimentos patrióticos”<sup>327</sup>, possuidor “de um espírito legalista/.../, que tem surpreendido os pregadores da subversão”<sup>328</sup> e nos “momentos cruciais para as instituições brasileiras, tem ele surgido como elemento acautelador da democracia”<sup>329</sup>. Dessa maneira, dizia o matutino, essa instituição no Brasil “tem sido uma das mais sólidas garantias do regime democrático e de que repetidas vezes os seus mais altos chefes têm dado exemplo de desambição política e extremado zelo patriótico”<sup>330</sup>, porque

a quem ler a Constituição Federal ressaltará meridianamente claro o dever e a função das Forças Armadas: defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. /.../ Mais de uma vez temos dito que as Forças Armadas constituem um das mais preciosas reservas da legalidade em nosso país<sup>331</sup>.

Com toda esta “responsabilidade” sobre os ombros das Forças Armadas, ela será termômetro a indicar a gravidade dos problemas que corroem as instituições do país. Sua preservação era, nesta postura, garantia de continuidade da legalidade e da ordem constitucional, porque aos “inimigos da ordem democrática pode interessar a cisão naquelas forças e o seu divórcio do povo. Devemos, pois precaver-nos contra esses maus brasileiros e recordar-nos de que as Forças Armadas no Brasil”<sup>332</sup> “representam uma garantia de respeito à lei e à ordem”<sup>333</sup>.

Então, para o jornal, acabar com esta instituição, reserva moral da nação, seria passo obrigatório para quem desejava perverter a ordem, e isso vinha ocorrendo, segundo a *Folha*, durante o governo Goulart, já que

está em curso sub-reptícia campanha que visa a dividir as classes armadas, intrigá-las com a opinião pública, desmoralizá-las, talvez. Não é preciso ser muito arguto para descobrir a finalidade dessa movimentação: criar condições para subverter as instituições democráticas, de que as Forças

---

<sup>327</sup> “Honra ao mérito”, *Folha de S.Paulo*, 20/11/63.

<sup>328</sup> Idem.

<sup>329</sup> Idem.

<sup>330</sup> “Cedant arma togae”, *Folha de S.Paulo*, 06/08/63.

<sup>331</sup> “Forças armadas e reformas”, *Folha de S. Paulo*, 26/01/64.

<sup>332</sup> “Cedant arma togae”, *Folha de S.Paulo*, 06/08/63.

<sup>333</sup> “Campanha contra as Forças Armadas”, *Folha de S.Paulo*, 10/05/63.

Armadas, em toda a nossa história, tem o principal sustentáculo. Privadas da autoridade moral de que sempre se revestiram, incompatibilizadas com os setores de opinião, cindidas por divergência internas artificialmente fomentadas, deixaram elas de ser obstáculo mais temível que os agitadores têm de enfrentar<sup>334</sup>.

A importância do dispositivo militar, como instrumento para preservação das instituições democráticas, era fundamental na perspectiva do jornal. As Forças Armadas eram, no pensamento da *Folha*, parte integrante do que ela chamava de ESQUEMA DA ORDEM, denominado assim porque os elementos que o constituíam eram instituições que, bem fortalecidas, evitariam os elementos desintegradores no seio da nação, anulando seus efeitos deletérios.

Primeiro, seria necessário possuir um ministro da fazenda que, por suas qualidades técnicas e cívicas, pudesse garantir o cumprimento dos programas traçados e ter o respeito “de todos os círculos seriamente interessados na recuperação financeira e econômica do país”<sup>335</sup>; segundo, a existência de um “dispositivo militar disciplinador e atento para defender o país contra os abusos de determinados grupos”<sup>336</sup> e, terceiro, um legislativo cômico do verdadeiro sentido de sua missão. Por último, um presidente da República, a altura de suas funções.

A *Folha de S. Paulo* se dava conta de que o esquema da ordem estava, a seus olhos, fragmentado, e que, portanto, somente uma intervenção militar restauraria a estabilidade política, social e econômica perdidas. Como já dissemos em outra ocasião, foi fazendo isso, sutilmente durante o ano de 1963 e no de 1964, quando então o presidente, ao seu ver, saiu do espectro político de centro e caminhou em direção à esquerda, que a *Folha* justificava sua adesão aos “revolucionários” e apresentava como necessidade inexorável à intervenção militar, porque diante do envolvimento e da associação de Goulart com “grupos de agitação política” não poderia tomar outra posição. E, ao se colocar em tal atitude, dizia que não fazia senão representar “correntes de opinião, das quais” o jornal, “recebe o apoio de que necessita para sobreviver”<sup>337</sup>. Nesse sentido,

---

<sup>334</sup> “Esquema da ordem”, *Folha de S. Paulo*, 22/09/63.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.



Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante à cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade, os frutos de um regime democrático sabiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo. /.../ Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos à Constituição, à lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas.<sup>338</sup>

Ou, ainda,

Pois aí temos implantado no país um novo governo, nascido de um movimento revolucionário alicerçado no idealismo do respeito às instituições e às tradições nacionais /.../. Um governo disposto a restituir a tranqüilidade à família brasileira, o respeito ao trabalhador /.../, a autoridade e a austeridade aos que, por força de seus mandatos ou de seus cargos, elaboram as leis, fazem cumpri-las e dirimem as dúvidas surgidas em tono delas /.../. Revolução restauradora da democracia, da legalidade, da paz , da verdade nas relações entre governo e povo<sup>339</sup>.

O termo “Revolução” é empregado nos editoriais com a função de demarcar as diferenças entre o “governo pós-revolucionário” e o Governo Goulart. Por isso, funciona no plano do discurso como um marco divisor de águas que institui o antes e o depois, balizado por um conjunto de oposições entre o Governo Goulart e o governo bonapartista: comunismo/ democracia, desordem/ ordem, legalidade/ ilegalidade, etc.

Assim, após 31 de março de 1964, a *Folha* foi pontuando nos editoriais os diversos contrastes entre o governo Goulart e os primeiros gestos do “Alto Comando Revolucionário” e, *a posteriori*, do governo Castelo Branco. Desta forma, defendeu

---

<sup>337</sup> “Missão da imprensa é informar e formar a opinião pública”, *Folha de S. Paulo*, 31/03/64

<sup>338</sup> “Em defesa da lei”, *Folha de S. Paulo*, 02/04/64.

que “voltou a nação, felizmente, o regime de plena legalidade que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo do ex-presidente João Goulart”<sup>340</sup> e que, “no passado governo, quem gritava contra os privilégios eram, sintomaticamente, alguns dos maiores privilegiados deste país”<sup>341</sup>, entre eles o “próprio ex-presidente, um grande latifundiário que provocava /.../desmandos evidentes contra a lei e contra a ordem”<sup>342</sup>. Nas mãos do qual a reforma agrária não passava de “bandeira de agitação política”. Por outro lado, o governo do general Castelo Branco foi aquele capaz de levantar as mesmas bandeiras, porém, “promovendo as mudanças dentro da ordem institucional”<sup>343</sup>, na “legalidade”, com “paz”, “segurança” e “tranqüilidade”.

Estratégia discursiva semelhante é encontrada por Fiorin que, ao estudar os pronunciamentos oficiais dos militares-presidentes, identifica essa mesma lógica em suas falas para, logo em seguida, nos chamar a atenção sobre a profunda contradição no próprio léxico utilizado (revolução), quando se refere ao movimento de 31 de março de 1964. Demonstra ele que o léxico contradiz à própria terminologia empregada nos discursos, porque, quando os generais se referem às tarefas do governo “revolucionário”, os léxicos empregados – tais como: “restabelecer plenamente a ordem jurídica/.../ restabelecer o regime democrático”, “restabelecer o regime de legalidade”, “recuperar as instituições democráticas tão profundamente ameaçada pelo deposto governo”, “restituir à família brasileira”, “revolução restauradora da democracia, da legalidade e da paz”, “reimplantar a democracia”, “restituir a credibilidade do sistema democrático e do congresso”<sup>344</sup> – indicam que, a tão propalada “revolução”, não passou de um movimento que visava a manutenção de uma ordem já instaurada, a preservação do *status quo* que, segundo sua visão das classes dominantes, estava prestes a ser rompida” Por isso, a solução de força. Este mesmo procedimento, que Fiorin encontra como parte integrante das falas presidenciais, também está presente nos editoriais da *Folha de S. Paulo*.

Conquistado uma vez o poder, o periódico alerta Castelo Branco para que tenha cuidado pra que o governo não se afastasse do povo, que legitimou o “ato

---

<sup>339</sup> “Reformas sem demagogia”, *Folha de S. Paulo*, 19/04/64.

<sup>340</sup> “O Brasil Continua”, *Folha de S. Paulo*, 03/04/64.

<sup>341</sup> “Privilégios”, *Folha de S. Paulo*, 23/04/64.

<sup>342</sup> *Idem*.

<sup>343</sup> *Idem*.

<sup>344</sup> FIORIN, op.cit.,p.60.

revolucionário”, e que contivesse “as pseudo-lideranças civis que agindo em nome dos nobres ideais da Revolução /.../ retirava ganhos pessoais”<sup>345</sup>, não ponham tudo a perder. “Caso contrário, virá o desencanto /.../ desgastando o prestígio dos chefes da Revolução, se estes não se derem pressa em coibir a ação dos maus políticos e dos régulos sociais”<sup>346</sup>. Desse modo, “torna-se imperativo /.../ que o governo federal dê mostras de capacidade de ação, assim como da habilidade em não deixar que o povo confunda os idéias da Revolução com as ações de falsos líderes civis”<sup>347</sup>.

Foi com grande ânimo que o jornal saudou o pronunciamento do general Castelo Branco, no qual ele afirmava ser “o presidente de todos os brasileiros e não chefe de uma facção”<sup>348</sup> – diferentemente de Goulart que, segundo a *Folha*, sempre se aliou a uma minoria de radicais, da qual nunca se afastou. Finalizando com conselhos aos “revolucionários”, chama atenção para que o Comando Revolucionário vá “ao povo, a fim de ganhar-lhe o coração”<sup>349</sup>, pois o fato do povo ter acolhido a “Revolução” não basta, “é preciso que ele (o povo) se identifique profundamente com o movimento e seus objetivos /.../Do contrário, terá o governo construído uma barreira que o isolará do povo. E nenhum governo isolado do povo sobrevive”<sup>350</sup>.

Uma nova similaridade se identifica aqui, entre o jornal e os generais, já que ambos afirmavam, em seus discursos, a sintonia e a afinidade das Forças Armadas com o “querer popular”. Em seus estudos, Fiorin desnuda o que se oculta por detrás do “querer popular”, ou seja, os interesses de classes e a “diluição” das diferenças sociais entre as classes. Por meio do emprego desta terminologia e de expressões correlatas – aspirações nacionais, objetivos nacionais, anseios nacionais, vontade nacional, entre outras –, os grupos sociais perdem suas identidades particulares para plasmar a nacionalidade. Dessa maneira, a nação é apresentada como uma entidade de vontade única e homogênea, nega-se a individualidade e reconhece apenas o indivíduo e as classes sociais como partes integrantes do todo. Percebemos que, sob tal perspectiva, o jornal se recusa a reconhecer a luta de classes como elemento inerente ao desenvolvimento do capital, ao mesmo tempo

---

<sup>345</sup> “Necessidade de ação”, *Folha de S.Paulo*, 29/04/64.

<sup>346</sup> Idem.

<sup>347</sup> Idem.

<sup>348</sup> “O presidente de todos” *Folha de S.Paulo*, 16/04/64

<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> “Ganhemos a paz”, *Folha de S.Paulo*, 21/04/64.

em que apresenta como universais os interesses de classe por detrás do golpe de 1964.

No discurso dos militares, o Estado é qualificado como o porta-voz dos interesses da Nação e considerado um órgão acima dos interesses de classe e individuais, que encarna a vontade da Nação. Assim, assevera Fiorin, que nesta concepção, o “Estado é erigido em elemento autônomo e separado da sociedade”<sup>351</sup>, isto é, ente que corporifica as aspirações da nacionalidade e dos interesses coletivos. Dessa maneira, não é conduzido por interesses políticos porquanto é agente desapaixonado, guiado por uma racionalidade, uma realidade racional, idêntica e identificável, previsível e controlável<sup>352</sup>. Do mesmo modo, aqueles que fazem oposição ao Estado – organismo que paira acima dos interesses individuais ou de classe e representa a nação e as suas aspirações, segundo a concepção do jornal e dos militares – não podem representar outra coisa senão os interesses escusos e particulares. Portanto, para eles, aqueles de se opunham ao Estado não eram outra coisa senão o anti-povo, a anti-nação, os traidores dos interesses coletivos e das vontades gerais, etc.

Como desdobramento deste pensamento, para o “Comando Revolucionário”, nos diz Fiorin, quando ele está governando, significa que está realizando a vontade coletiva, as aspirações nacionais, os objetivos nacionais e, por isso, levando o país a cumprir seu destino, sua vocação em transformar-se numa grande potência. Sendo assim, na acepção do Comando Militar, o Brasil não possuía história, mas destino, o qual estava sendo impedido de cumprir por seus inimigos internos. Então, o objetivo dos “revolucionários”, ao deporem Goulart, era recolocar o país novamente no caminho do qual fora tirado. Assim, os obstáculos para sua realização devem ser superados. Para isso empreendem uma guerra contra seus inimigos.

Em busca deste objetivo e ameaçado por seus inimigos, o Estado assumiu um caráter autoritário, resultando nos golpes contra a democracia, que foram justificados pela necessidade da guerra interna. Compactuando com o pensamento dos militares, a *Folha de S. Paulo* não se constrange em dar legitimidade às ações do “Alto Comando Revolucionário”, perante a opinião pública. Assim, o AI-01 (Ato Institucional Nº 01) é saudado como a expressão da consciência e da ponderação

---

<sup>351</sup> FIORIN, op.cit.,p.42.

<sup>352</sup> Cf. CHAUI apud FIORIN, 1988, p43..

dos militares, em relação aos “problemas da segurança nacional, efetivamente muito ameaçada pelo comunismo no país /.../ e pela corrupção que se infiltrou na administração pública”<sup>353</sup>.

No entanto, adverte o diário, “as medidas de exceção haverão de manter-se dentro do estritamente necessário à consolidação do processo democrático”<sup>354</sup>, pois “confiamos que a Revolução se fez para re-implantar a democracia”<sup>355</sup> e o Ato Institucional veio estabelecer a “responsabilidade pela efetivação da Revolução ao Alto Comando, ao mesmo tempo em que limita as garantias constitucionais do cidadão, porém, sendo um gesto ponderado, dá a cada um a medida exata daquilo que lhe pertence”<sup>356</sup>.

A presença da ameaça e do traidor internos – antes e depois da “Revolução” – será tema constante nos pronunciamentos militares e nos editoriais do jornal, servindo, conseqüentemente, para endossar as ações militares à guerra revolucionária e à repressão que se seguem. Ao assinalar as características dos “inimigos da nação” e o seu modo de agirem, o jornal já apresentava a necessidade imperiosa de um fazer defensivo, impulsionado e legitimado pela radicalização das oposições, identificados como comunistas.

Essa marca é constante nos editoriais do jornal, antes do golpe, – quando já solicitava uma ação das Forças Armadas, – e posteriormente, – quando justificava as medidas que golpeavam fundo o que ainda restava da democracia. Tal estratégia, que é denunciada por Federem, a partir de sua análise sobre os discursos oficiais dos ditadores, e também identificada na *Folha*, por nós, quando analisamos seus editoriais. Em ambos, a ação do governo sempre é justificado pela ação do oposição, como nos explica Federem:

A falha é sempre do outro e o castigo infligido pelo governo não só é merecido, mas o governo lamenta fazê-lo. As ditaduras justificam o seu fazer, mudando o esquema narrativo: a sua performance torna-se sempre a sanção de um fazer alheio. A estratégia consiste em culpabilizar o oponente e em negar toda a responsabilidade os sujeito, tornando o seu fazer a

---

<sup>353</sup> “Ato institucional”, *Folha de S.Paulo*, 10/04/64.

<sup>354</sup> *Idem*.

<sup>355</sup> “Revolução definitiva”, *Folha de S.Paulo*, 12/04/64.

expressão de uma ‘justiça impessoal’<sup>357</sup>]

Portanto, a Folha se valeu deste artifício para justificar as reações da direita – durante o governo Goulart –, que reagia frente às provocações da esquerda, porque, segundo o periódico, havia naqueles tempos “uma radicalização de posições políticas em nosso país /.../provocada em grande parte exatamente /.../ pelo radicalismo de esquerda /.../empenhado em atizar o radicalismo de direita para a prática de atos insensatos”<sup>358</sup>

Porém, a história termina por desmentir este discurso, que apresenta a intervenção militar como uma necessidade pontual e transitória e que eliminaria as ameaças contra a ordem e as instituições democráticas. Então, todas as medidas jurídicas, o aparato repressor, as torturas, cassações, enfim, todo o arcabouço político e policial que vai sendo erigido é legitimado, um após outro, como já foi dito, pela necessidade do momento, de tal modo que as “necessidades da guerra contra o comunismo” continuaram, porque os inimigos estavam por toda parte, tornando imperiosa a manutenção de um “governo de exceção”, que se estendeu por 21 anos.

---

<sup>356</sup> Idem.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> “Comício provocação”, Folha de São Paulo, 13/03/64.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, por meio desta pesquisa, na década de 1960, a *Folha* se apresentava como um jornal neutro e imparcial que “não se posicionava diante dos conflitos e tensões daquele tempo”. Por isso, afirmava conservar-se sempre imparcial e equilibrado.

Porém, as análises das fontes documentais e bibliográficas apontam aquilo que o jornal se empenhava em negar: seus vínculos mais profundos com os promotores do golpe. Se não, vejamos.

Um os temas recorrentes no discurso da *Folha* foi o “caos provocado pelo comunismo que se infiltrava nas estruturas do Brasil”, devido à complacência e permissividade do governo Goulart. As lutas sociais dos anos de 1960, em torno das reformas de bases e das reivindicações salariais, foram enquadradas, pela *Folha*, como manifestações desta infiltração. Seguindo esta lógica, a CGT, UNE, Ligas Camponesas foram considerados instrumentos pelo qual o comunismo ia realizando sua obra.

Segundo esta perspectiva, o funcionamento desse tipo de entidade era nocivo à existência da paz social, da democracia e da ordem, pois, todas tinham como objetivo fundamental, desmoralizar e subverter as instituições. A ruptura com a ordenação democrática começava, segundo o diário, com homens do próprio governo, ou a ele vinculados, que pregavam abertamente a subversão e criavam um clima favorável a um levante incontrolável. Tais acusações foram se intensificando no decorrer de 1963, na medida em que o Governo João Goulart ia trilhando um caminho diferente daquele que o jornal considerava ideal, que era : 1) garantir a ordem, a manutenção do *status quo*, sem concessões de espécie alguma; 2) adotar um programa de combate à inflação; 3) distanciar-se e reprimir os movimentos sociais; 4) recusar-se ao diálogo com parlamentares mais radicalizados e aproximar-se dos partidos mais moderados.

Assim, na medida em que o presidente fugia à estes princípios estabelecidos pelo jornal o tom das acusações e das denúncias foi recrudescendo. Até quando, a *Folha* passou a defender, mais nitidamente, uma ação das Forças Armadas para conservar as “instituições democráticas” tão ameaçadas. Vimos então que este discurso, entendido como ação política, serviu para legitimar a mobilização das forças bonapartista que instaurou um modelo de desenvolvimento econômico assentado na superexploração do trabalho, garantida pelo regime de força inaugurado em abril de 1964.

Além disso, os fios que unem ao Golpe de 1964, se concretizam em outras formas de prática política. Dreifuss nos revelou que a *Folha de S.Paulo* era membro do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), entidade que agregava a elite orgânica e que, entre outras coisas, promovia ações para desestabilizar o Governo Goulart. No IPES, juntamente com outros jornais, a *Folha* participava das atividades de ação ideológica, forma de doutrinação social pela qual os golpistas expressavam seu projeto de modernização conservadora.

Ademais, nas próprias palavras de Boris Casoy, editor-chefe da *Folha* em 1981, o jornal por questões financeiras ficou atrelada à ditadura durante todos os anos 60. E sinais disso, foi que a partir de 1966, a *Folha de S.Paulo* promoveu sua modernização tecnológica, com incentivos do governo militar – através do programa GEIPAG (Grupo Executivo da Indústria do Papel e Artes Gráficas). Além de se beneficiar também da venda de espaços publicitários para o governo militar.

Portanto, ficou demonstrado por intermédio desta pesquisa que os laços do jornal com o golpe e a ditadura eram mais profundos, do que o jornal nos dias atuais diz ter havido. O jornal defendeu a supressão do regime “democrático”, porque como parte, de uma burguesia subordinada, que não realizou seus compromissos históricos, é autoritária e nega a classe trabalhadora participação nos processos de decisão política e alterações no modelo de desenvolvimento econômico, mesmo dentro dos limites da ordem capitalista. Questões que desencadearam as lutas sociais dos anos 60. Assim, o que está por detrás dos objetivos da solução bonapartista, não é a deposição do Governo Goulart, mais antes o refrear dos avanços sociais que estavam no seio destas lutas. Por isso, a *Folha de S.Paulo*, não hesitou em manifestar favoravelmente ao bonapartismo.



## **FONTES**

### **1963 - Editoriais do Jornal A Folha de São Paulo, intitulados:**

- Balanço e esperanças 01/01
- As urnas 06/01
- O referendo e o comportamento popular 07/01\*
- Articulações legítimas 09/01
- Pela volta imediata ao presidencialismo 10/01
- Plano trienal: uma tentativa necessária 12/01
- Inflação e desenvolvimento em face do plano trienal 14/01
- Os efeitos internos e externos da inflação 15/01
- A bela mensagem de Kennedy – 16/01
- O dever do congresso 17/01
- Respeito ao judiciário 18/01
- Dinamização das relações econômicas com o exterior\*
- A reforma constitucional \*
- Oportuno reexame do comercio exterior 23/01
- A reforma agrária 25/01
- A reestruturação do governo federal 26/01
- Capital e credito problemas de base 27/01
- A inflação pode corrigir distorções salariais 29/01
- Confiança condicionada 31/01
- Os bons propósitos do governo federal 02/02
- Dinheiro não resolve o problema ferroviário 03/02
- Os inimigos do congresso 07/02

- Novo parlamento ou soviete em marcha 08/2
- O direito de veto dos empregados da Petrobrás 10/2
- Essencial a disciplina também dos preços 12/02
- A colaboração de todos na luta contra a inflação 13/2
- A empresa particular ante a inflação 15/2
- Crédito de confiança 21/02/1963
- Ato inamistoso 23/02
- Ajuda aos estados, mas sem emissões 24/02
- Monopólio estatal aceitável 26/02
- No caminho certo a política da união 03/03
- A defesa do indefensável 07/03
- Aspectos da missão Dantas aos eua 08/03
- Posição certa em face da divida externa 10/03
- Sacrifício e confiança 14/ 03
- Tudo indica êxito da missão Dantas 15/ 03
- Aspirações de todos 16/03
- Regionalização da reforma agrária 17/03
- Brasil, pais democrático 19/03
- Falta de unidade 20/03
- Êxito da missão Dantas e a teimosia do fmi 23/03
- A defesa do congresso 24/03
- No caminho certo 26/03
- O êxito de Dantas e esforços internos 27/03
- A confiança que se impõe 28/03
- O dia e a semana 30/03

- Nem fanáticos nem exaltados 03/04
- A responsabilidade do congresso dos setores privados 02/04
- Agudas apreensões 04/04
- Esclarecimentos indispensáveis 05/04
- Mais respeito 06/04
- A legalização do CGT 07/04
- Desagravo inoportuno 09/04
- Amigos incômodos 10/04
- Melhores condições para o trabalhador rural 11/04
- Recolhimento espiritual 12/04
- Tensões políticas e desenvolvimento econômico 13/04
- Pressões descabidas 16/04
- Harmonização nas forças armadas 18/04
- Remédios contra os males da “desinflação” 20/04
- Atuação dos partidos em face da reforma agrária 21/04
- Basta de belas palavras 23/04
- Vigilância sem pressão 24/04
- A convenção da UDN 25/04
- Os bons resultados da viagem presidencial 27/04
- Nem ao mar nem à terra 28/04
- Reformismo realista 29/04
- Confusionismo 30/04
- Aumento do funcionalismo federal 03/05
- Emissões anulariam aumento de salários 4/05
- Sacrifícios gerais 06/05

- Desafio ao congresso 05/05
- A desinflação e a colaboração da indústria 08/05
- Reformas sem facilidade 09/05
- Campanha contra as forças armadas 10/05
- Plebiscito, não 14/05
- Manifestação subversiva 15/05
- A caminhada e o passo 17/05
- A subversão não é o caminho 18/05
- O presidente e os monstros 23/05
- Fomentando a desordem 24/05
- Positivos os resultados da política antiinflacionária 25/05
- Enquanto as reformas não vêm 28/05
- Uma revolução em marcha 29/05
- Moratória, não 30/05
- Nacionalizar nem sempre é melhorar 31/05
- Governo vs. Governo 04/06
- A seara da desordem 05/6
- A liquidação do regime democrático 06/06
- Querem parar o Brasil 08/06
- Crime de lesa-pátria 09/06
- Política econômico-financeira 11/06
- Uma campanha urgente 12/06
- Fim das incoerências 13/06
- Não se interrompa a luta contra a inflação 14/06
- Nada resiste ao trabalho 15/06

- Sucessivas crises 16/06
- O exemplo das forças armadas 18/06
- Escolha acertada 19/06
- A necessária liberdade de ação 20/06
- Mãos à obra 22/06
- Sacrifícios e não milagres 23/06
- Repúdio aos golpistas 25/06
- Bacharelismo e politiquice 28/06
- A fala do presidente 31/06
- A necessária oposição 02/07
- Café: arte de dosar concessões 03/07
- Polícia federal e autonomia dos estados 05/07
- Sinceridade e boa intenção na fazenda 06/07
- Seria ameaça à liberdade de radiodifusão 07/07
- Cabeça fria 09/07
- Governo despolicidado 10/07
- Guanabara sitiada 11/07
- Saneamento eleitoral 13/07
- Restaurar a confiança popular 14/07
- Fim da crise 16/07
- Técnicos para a reforma agrária 18/07
- Ajuntamento subversivo 19/07
- Jogo demorado 20/07
- Reforma agrária sem espoliação 21/07
- Contra os extremismos 23/07

- Armas fiscais na reforma agrária 25/07
- Lentidão enervante 27/07
- Lenda destruída 30/07
- Vitória da justiça 01/08
- As falhas da imprensa 02/08
- A oportuna ofensiva do ministério da fazenda 04/08
- Cedant arma togae 06/08
- Comissões parlamentares de inquérito 07/08
- De João XXIII a John Kennedy 08/08
- As palavras do ministério da fazenda 10/08
- Criticas injustificadas 11/08
- Duvidosa sinceridade 15/08
- Burla a constituição 17/08
- Melancólico aniversário 18/08
- Mal-avisado 20/08
- Reformas e perturbação 22/08
- Indústria do golpismo 23/08
- Hora de definição 24/08
- Realejo 25/08
- Culpas repartidas 27/08
- Os derrotados 28/08
- Santos QG da greve 31/08
- Ideologia e fisiologia 01/09
- Incentivo a desordem 03/09
- Sem perda de tempo 04/09

- Greve contra a nação 05/09
- Confiança apesar de tudo 06/09
- Dia da pátria 07/09
- Os inimigos de santos 10/09
- Fogo e reforma 11/09
- Precipitação 12/09
- Afronta ao país 13/09
- Encruzilhada 14/09
- Descaminhos 15/09
- Militares e política 17/09
- 17 anos 18/09
- Instigadores 20/09
- Esquema da ordem 22/09
- Temeridade 24/09
- Opção 26/09
- A linha acertada 27/09
- Rótulos 28/09
- Fazenda mais rigor 29/09
- Violências em Brasília 30/09
- Locaute 01/10
- Entrevista 02/10
- Serenidade ausente 03/10
- Quem paga 04/10
- Sítio 05/10
- Na expectativa 06/10

- Militares 09/10
- Ministério 10/10
- Atentado 12/10
- Inflação 13/10
- Opção 16/10
- Centrismo 18/10
- A lição do tre 22/10
- Psd 23/10
- O problema agrário 24/10
- Lições do pleito 25/1
- Inflação: êxito parcial 26/10
- Greve 29/10
- A lição de São Paulo 31/10
- Salvar a aliança 03/11
- Esforço necessário 05/11
- Aliança 07/11
- Capuava 09/11
- Vigilância com trabalho 10/11
- Saneamento eleitoral 16/11
- Desvirtuamento 19/11
- Honra ao mérito 20/11
- Quem dá o tom 21/11
- Um verdadeiro democrata 23/11
- Coordenação 24/11
- Expectativas 26/11



- Volúpia da crise 27/11
- Fazenda 01/12
- Pressa 03/12
- Ministério 04/12
- Fermentação 05/12
- Salário móvel: fuga 06/12
- Subterrâneos 07/12
- Contra extremismos 10/12
- Fazenda 11/12
- Imprensa ameaçada 12/12
- Incompatibilidade 17/12
- Reformas, de novo 18/12
- Populares 19/12
- O caminho do caos 20/12
- Mudança perigosa 21/12
- Expectativa 22/12
- Vigilância de natal 24/12
- Carta desvirtuada 27/12
- Desapropriações 28/12
- Simplismo 31/12

- 01/64
- O ano das reformas 02/01
- Progresso, mas pouco 05/01
- Desapropriações, ainda 07/01
- A necessária discussão 08/01
- Improvisação 09/01
- Alfabetização e educação 10/01
- Estudantes e agitação 12/01
- Estados unidos e Panamá 14/01
- Alfabetização suspeita 15/01
- Greve e governo federal 18/01
- Remessa de lucros 19/01
- Frente: cepticismo 21/01
- Folhetim 23/01
- Petrobrás em crise 28/01
- Petrobrás: solução feliz 29/01
- Reforma urbana 30/1
- Vices 31/01
- Inflação: atos e não palavras 02/02
- Exercito sem soldados 04/02
- A demagogia do mínimo 06/02
- Legalidade do pc: mistificação 08/02
- Reeleição, não 09/02
- Beneficiários da inflação 12/02
- Depois do carnaval 13/02

- Agitação agrária 14/02
- Humor negro 15/02
- Combate a inflação: o que faltava 16/02
- O impasse reformista 19/02
- Plebiscito, não 20/02
- Frente única 21/02
- Folga cambial, se... 21/02
- Mínimo e carístia 23/02
- Demagogia e intervencionismo 25/02
- Educação ameaçada 26/02
- Intolerância e provocação 27/02
- Campanha lançada 28/02
- Reescalonamento 29/02
- Federação ameaçada 04/03
- Ora, a lei... 05/03
- Radicalização 06/03
- Comício 07/03
- Desorientação do governo 08/03
- Queremismo, não 10/03
- De 9 a 13 11/03
- Antes tarde 12/03
- Comício provocação 13/03
- Para que? 14/03
- Reformas e congresso 17/03
- Audácia e insensatez 18/03

- “Impeachment”, não 19/03
- Povo, apenas povo 20/03
- Fé no regime 21/03/64
- Governo de garra 22/03
- Habilidades e definições 24/03
- Ilegalidade 25/03
- Imprensa 26/03
- Marinha: o bom caminho 30/03
- Missão da imprensa é informar e formar a opinião pública 31/03
- Discurso infeliz 01/04
- Em defesa da lei 02/04
- O Brasil continua 03/04
- Expurgos 04/04
- Legalidade mesmo 05/04
- O presidente definitivo 06/04
- Respeito a constituição 07/04
- Comunismo e corrupção 08/04
- Volta a normalidade 09/04
- O ato institucional 10/04
- Novo presidente 11/04
- Revolução definida 12/04
- Lista 13/04
- Livremente e sem pressões 14/04
- Carta o presidente 15/04
- O presidente 16/04

- Ministérios 17/04
- A necessária advertência 18/04
- Reformas sem demagogia 19/04
- Juízo Congresso! 20/04
- Ganhemos a paz 21/04
- Política externa 22/04
- Privilégios 23/04
- O sacrifício necessário 24/04
- Fim aos excessos 5/04
- Cautela na desinflação 26/04
- A tática das homenagens 27/03
- Necessidade de ação 29/04

## BIBLIOGRAFIA

AGAMBEM, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo, 2005

ALMEIDA, Alberto Carlos Melo de. *Conflito político e colapso da democracia: o caso do governo Goulart (1961-1964)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação de Ciência Política do IUPERJ. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

ALTHUSSER, Leus. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença. 1980.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru, EDUSC, 2005

AQUINO, Maria Aparecida de. “*Estado autoritário brasileiro pós-1964: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades*”. *Revista de Pesquisa Comunicare* (Vol. 4 n° 2) Faculdade Cásper Libero, São Paulo, 2004.

ARBEX JR, José. *Showrnlismo: A notícia como espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela. 2002.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da PUC-SP. São Paulo, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 2004.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978.

BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 2004.

BARROS, Edgard Luiz. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo, Contexto. 1990.

BIELCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1996

BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade*. São Paulo,

Cultrix. 1995.

BRAIT, Beth (Org.) Bakhtin – *Conceitos Chaves*. São Paulo, Contexto, 2005.

CAPELATO, Maria H. Rolin. *Os Interpretes da Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)*. Doutorado. USP. 1986.

CARONE, Edgard. *A República Liberal: Instituições e Classes Sociais (1945-1964)*. São Paulo. Difel. 1975.

\_\_\_\_\_ *A República Liberal: Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo. Difel. 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

CERQUEIRA, Luiz Egypto. *Imprensa e Indústria da Consciência: A Informação e a Contra-informação Militante*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação de História da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, 1983.

CHASIN, José. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: O Golpe Militar à Crise Social*. Santo André, Edições Ad Hominem, 2000.

CHAUÍ, Marilena de S. *O Que é Ideologia*. São Paulo. Brasiliense. 1984

COMBLIN, Padre Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. São Paulo: Relume Dumará, 1998.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil 1961-1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p.55.

DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da Unesp/ Assis. Assis, Unesp, 1993.

DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento: o Estado civil-militar brasileiro*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da PUC-RS. Porto Alegre, 1999.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo, Unesp e Boitempo, 1997
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília, UNB. 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução brasileira: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil Republicano 3*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964. Discurso e Ideologia*. São Paulo, Atual. 1988.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Ana Cláudia Masagão de Paula. *A Cruzada Anticomunista de Carlos Lacerda - A Tribuna da Imprensa na Crise de 1964*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, 1995.
- GONÇALVES, Maria da Glória. *Natureza da Crise Política no Brasil de 1964: Abordagens e Diagnósticos*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do IUPERJ. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994.
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo, Brasiliense. 1986
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- IANNI, Octávio. *O Pensamento Social no Brasil*. Bauru, Edusc, 2004.



- \_\_\_\_\_. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- \_\_\_\_\_. (org). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- LAGE, Nilson Lemos. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis-RJ. Vozes. 1979.
- LIMA, Maria Cleidiane. *Imprensa e Poder: O Golpe de 64 nos Jornais do Ceará*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da Unesp/Franca. Franca, Unesp, 2000.
- LOWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: Elementos Para Uma Análise Marxista*. São Paulo. Cortez. 1991
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a Imprensa*. Rio de Janeiro, Editora Revan/Editora Unicamp, 1998.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Petrópolis - RJ, Buenos Aires. Vozes/ CLACSO. 2000
- MARX, Karl. *Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec. 1984.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia*. In *Revista História e Luta de Classes: 1964 – Golpe de Estado*. Associação Para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa (ADIA) 2005, n°1.p. 7-18.
- MOLINARI FILHO, Germano. *Controle Ideológico e Imprensa: O Anticomunismo no O Estado de São Paulo (1930-1937)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação de História da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP. 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S.Paulo*. São Paulo, Impress, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, Pontes. 2001.

PAULA, Christiane Jalles. *Imprensa Nacionalismo e Radicalização no Brasil (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação de Ciência Política do IUPERJ. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_ *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2000.

RAGO FILHO, Antonio. "A Lógica Perversa do Capital Atrófico". *Revista de Pesquisa Comunicare* (Vol. 4 n° 2) Faculdade Cásper Libero, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_ "O Ardil do Politicismo: Do Bonapartismo à Institucionalização da Autocracia Burguesa. In *Projeto História* 29 Tomo I. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrófico*. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação de História da PUC-SP. São Paulo, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_ *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá (Org.) *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 Anos Depois*. Bauru, Edusc, 2004.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: A polícia política no pós-guerra*. Editora FGV. São Paulo, 2004

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param*. São Paulo, Ática, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e ditadura militar. In: *Revista História e Luta de Classes: 1964 – Golpe de Estado*. Associação Para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa (ADIA), 2005, n°1.p.43-54.

SILVA, Marcos (org.). *1964-1968: A ditadura já era ditadura*. São Paulo, LCTE, 2006.

SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó, Argos, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1990.

STRINATI, Dominic. *Cultura Popular, Uma Introdução*. São Paulo. Hedra. 1999.

TASCHER, Gisela. *Folhas ao Vento*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo, Editora Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_ (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

VIANA, Nildo. Acumulação capitalista e o golpe de 1964. In: *Revista História e Luta de Classes: 1964 – Golpe de Estado*. Associação Para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa (ADIA) 2005, n°1, p.19-29.

VIEIRA, Rosa Maria. “Celso Furtado e o nordeste no pré-64: Reforma e ideologia”. In *Projeto História 29* Tomo I. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2004, p.56-57

WELCH, Cliff. “Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964”. In *Projeto História 29* Tomo I. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2004, p.371-372.

ZANCHETTA, JUNIOR, *Juvenal. Imprensa Escrita e Telejornal*. São Paulo, Unesp, 2004.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)